



M (RE)existência da Mulher

na **SOCIEDADE:**
INTERSECCIONALIDADES
RACIAIS E GERACIONAIS.

Organização:

Lúcio Flávio Ribeiro Cirne, S.J.

Maria Rita de Holanda Silva Oliveira

Maria do Rozário Claudio

Valdenice José Raimundo



Lúcio Flávio Ribeiro Cirne, SJ
Maria do Rozário Claudio
Maria Rita de Holanda Silva Oliveira
Valdenice José Raimundo
Organização

**(RE)EXISTÊNCIA DA MULHER NA SOCIEDADE
interseccionalidades raciais e geracionais**



RECIFE-PE
2021

É proibida a reprodução total ou parcial desta publicação, por quaisquer meios, sem autorização prévia, por escrito, da editora.

Comissão Editorial:

Marília Montenegro Pessoa de Mello

Maria Paula de Miranda Losada

Valdênia Monteiro de Brito

Maria Izabel de Oliveira Santa Cruz

Revisão ortográfica:

José Maria da Silva Filho

Capa:

Java Araújo

Diagramação:

Lílian Maria de Oliveira

R332 (Re)existência da mulher na sociedade [recurso eletrônico] : interseccionalidades raciais e geracionais / Lúcio Flávio Ribeiro Cirne ... [et al.] organizadores. – Recife : FASA, 2021.
137 p. : il.

ISBN 978-65-86359-28-2 (E-Book)

1. Mulheres - Condições sociais. I. Cirne, Lúcio Flávio Ribeiro... [et al.] orgs. II. Título.

CDU 396

Pollyanna Alves - CRB 4 /1002

* Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista do Instituto Humanitas Unicap

SEMANA DA MULHER NA UNICAP: MAIS DO QUE UM SINAL DE RESISTÊNCIA, A CERTEZA DE QUE A VIDA SÓ SEGUE COM A ESPERANÇA NA HUMANIDADE E POSSIBILIDADE DE SUA CONSCIENTIZAÇÃO – APRESENTAÇÃO

A Universidade Católica de Pernambuco, desde o ano de 2002, realiza, dentre tantas outras atividades, uma semana de extensão que propõe estudos e reflexões sobre temáticas relativas à mulher. Sempre no mês de março, a Semana da Mulher na Unicap passou a dedicar-se aos problemas da vulnerabilidade da mulher em suas mais diversas intersecções na sociedade, adotando como eixo norteador de seu debate a temática proposta pela Campanha da Fraternidade, organizada anualmente pela Igreja Católica no Brasil. A partir do ano de 2011, sob a coordenação do Instituto Humanitas Unicap, a semana cresceu em amplitude na comunidade acadêmica e pernambucana em geral, somando esforços com diversas outras instituições públicas, privadas e organizações da sociedade civil. Nos bastidores, um belo trabalho em mutirão – reunindo docentes, funcionárias(os), colaboradoras(es) e parceiras(os) – visando construir pontes e diálogos que viabilizem ações e políticas públicas que assegurem a vigência dos direitos da mulher.

É importante ressaltar que as duas últimas semanas da mulher na Unicap foram atípicas, nesse momento conturbado para a humanidade, tendo sido a do ano de 2020 realizada no mês de outubro, dado ao cancelamento das atividades presenciais no mês de março. Reinventando-se, a Universidade manteve suas atividades através das interlocuções remotas, tanto no ensino, como na pesquisa e extensão, de forma a manter o debate em torno do tema, mormente tendo no entorno um vírus que potencializou outros vírus pré-existentes e ainda cultivados pela humanidade, tendo como base a cruel desigualdade material de gênero. O silêncio importaria em retrocesso. No contexto pandêmico atual, a temática tornou-se ainda mais relevante pelo aumento da violência contra a mulher, bem como dos feminicídios. Manter a Semana foi um desafio e um imperativo. Em uma sociedade solapada por milhares de mortes de seus cidadãos e entes queridos, realizar a Semana da Mulher, no ano de 2020, com o tema *Mulher e Educação: o caminho para a transformação*, foi mais do que um sinal de resistência, mas também a certeza de que a vida só segue com a esperança na humanidade e possibilidade de sua conscientização. Da mesma forma, no ano de 2021, e desta vez no mês de março, comemorativo da luta da mulher pela

sua emancipação, a Semana se realizou com o tema *Mulher: diálogo e denúncia no enfrentamento do feminicídio*. Impactada com os efeitos nefastos das medidas de isolamento nas vidas das mulheres, que potencializou o ódio secular de seus agressores, a Semana fez ecoar vozes que propuseram caminhos de revalorização da humanidade e (re)existência da mulher. Como nos anos anteriores, para propagar os resultados de suas ações, as duas últimas edições da Semana da Mulher na Unicap geraram frutos, entre os quais a elaboração de textos que contam a história de resistência e vulnerabilidades cumuladas, que decorrem de uma situação econômica, racial e geracional. O presente trabalho é fruto desse esforço coletivo. Que ele possa contribuir, no horizonte da diferença de gênero e seus efeitos, para um despertar das responsabilidades individuais e comunitárias.

À Ir. Maria do Rozário Cláudio, presente desde a primeira hora, um merecido reconhecimento.

Uma boa leitura!

Lúcio Flávio Ribeiro Cirne, SJ

Coordenador do Instituto Humanitas Unicap

SUMÁRIO

PARTE I: O PASSADO DE RESISTÊNCIA

MULHERES NEGRAS E CONTROLE URBANO EM FINS DO SÉCULO XIX
Fernanda Lima da Silva 7

CORRUPTORAS: O PROBLEMA DA NEGRA NA FORMAÇÃO DA SOCIEDADE NACIONAL A PARTIR DA OBRA “OS AFRICANOS NO BRASIL” DE RAIMUNDO NINA RODRIGUES
Naila Ingrid Chaves Franklin 15

QUILOMBOS: LUTA, RESISTÊNCIA E INSURGÊNCIA FEMININA – UMA ABORDAGEM SOCIOLOGICA
Givania Maria da Silva 29

PARTE II: A RESISTÊNCIA CONTEMPORÂNEA

O PENSAMENTO LIBERTADOR FREIREANO: FIOS DA EXISTÊNCIA, RELAÇÕES COM AS DIFERENÇAS E CONTRIBUIÇÕES PARA O CAMPO DE GÊNERO
Maria do Carmo Gonçalo Santos 39

A DEPENDÊNCIA FINANCEIRA DA MULHER E SEU IMPACTO NO CONTEXTO FAMILIAR
Maria do Socorro Costa Brito 53

A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DA MULHER SOCIEDADE PÓS-PANDÊMICA
Rogéria Gladys; Flora Oliveira; Patrícia Carvalho 60

(RE) PENSANDO O PAPEL DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO: UMA ANÁLISE SOBRE A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA ECONOMIA À LUZ DAS COOPERATIVAS DE ARTESANATO
Flora Oliveira Bianca Nunes 72

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM TEMPOS DE PANDEMIA
Ciani Sueli das Neves 87

O RACISMO INSTITUCIONAL COMO ALICERCE DO APRISIONAMENTO DAS MULHERES NEGRAS
Waneska Viana 97

PARTE III: EXPERIÊNCIAS DE RESISTÊNCIA

REFERÊNCIA PARA EDUCAÇÃO DAS NOVAS GERAÇÕES – TROCA DE SABERES: O CASO DA CASA VOVÓ BIBIA DE APOIO À FAMÍLIA
Aparecida Brito Andrade; Betânia Xavier da Silva; Cirlene Francisca Sales da Silva 115

ECONOMIA SOLIDÁRIA: ARTESÃS TECENDO SUA AUTONOMIA ECONÔMICA E (RE)CONSTRUINDO ESPAÇOS AUTOGERIDOS POR MULHERES
Rogéria Gladys Sales Guerra; Wanessa de Oliveira Holanda 127

PARTE I: O PASSADO DE RESISTÊNCIA

MULHERES NEGRAS E CONTROLE URBANO EM FINS DO SÉCULO XIX

Fernanda Lima da Silva¹

Introdução

Neste texto, pretende-se abordar muito rapidamente algumas questões atinentes à relação entre as mulheres negras nas cidades de fins do século XIX. Sem pretensão alguma de esgotar a temática, a intenção aqui é colocar em discussão o papel das mulheres negras na tessitura das cidades e a maneira como se relacionaram com o controle urbano, mais particularmente o controle policial. A discussão aqui empreendida é fruto de um diálogo entre os campos da história e da criminologia crítica, e resultado, também, de pesquisa documental, realizada no Arquivo Público do Estado de Pernambuco, Jordão Emerenciano (APEJE). A partir dos ofícios da polícia, que compõem o fundo da Secretaria de Segurança Pública, dos registros de entradas e saída de presas da Casa de Detenção do Recife e, ainda, de notícias de jornais da época, procurou-se acompanhar os passos dessas mulheres pela cidade e um fragmento de sua experiência com o controle urbano.

1 Cidades negras

Pensar as cidades em fins do século XIX é ser apresentado a um cenário de intenso fluxo de indivíduos negros. As cidades brasileiras não eram apenas espaço de trânsito de escravizados – como se costuma pensar, fazendo uma associação direta entre o período, os sujeitos negros e a escravidão – mas também de grande contingente de negros livres e forros, nas mais diversas condições: pequenos comerciantes, artesãos, mendigos e, ainda, como tem demonstrado a historiografia, funcionários públicos e literatos (PINTO, 2010).

O fato é que, em fins daquele século, a escravidão era uma instituição em processo de desmonte – não tanto pela ação de figuras ilustres, como os abolicionistas das classes abastadas, mas pelo agir incessante dos próprios negros (escravizados ou não). O Brasil, diferente de seus países vizinhos e de outras nações

¹ Mestra Em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília. Integrante dos grupos Asa Branca de Criminologia (Unicap, UFPE) e Maré – Núcleo de Cultura Jurídica e Atlântico Negro (UnB). Contato: ffernanda.slima@gmail.com.

onde o escravismo fora institucionalizado, era um lugar onde a alforria era conquistada por uma quantidade expressiva de escravizados (CHALHOUB, 1988). Somada a isso, havia ainda a dificuldade de aquisição de mão de obra escravizada após o do tráfico – o que explica a queda pronunciada do número de escravizados, se comparados aos números do início do século. É de se mencionar, ainda, o elevado número de fugas, não necessariamente para quilombos, mas para “esconderijos na multidão” das próprias cidades, as chamadas *fugas para dentro* (REIS, SILVA, 1989).

Em suma: as cidades brasileiras nos fins de século XIX eram, fundamentalmente, marcadas pela presença negra, mas não tanto pela presença escravizada. Na massa que circulava cotidianamente pelo espaço público, negros de todas as condições se misturavam e se confundiam. Forros, livres e escravizados, fugidos ou não, estavam em circulação cotidiana.

Como mencionado, esses sujeitos ocupavam o espaço urbano em busca, a um só tempo, de sustento, divertimento e sociabilidade. É nas ruas que vendiam seus produtos, prestavam serviços variados, realizavam muitas de suas festas (CHALHOUB, 1990; FARIAS, 2006). Não apenas davam densidade ao urbano, como o territorializavam de modos próprios – o que nos dá mais precisamente a dimensão do significado da categoria *cidade negra*.

O cenário acima exposto pode-nos sugerir preponderância das figuras masculinas, mas isso está longe de corresponder à realidade. A circulação de mulheres negras pelas ruas era regra. Além das atividades que, em geral, são associadas ao feminino, como o trabalho doméstico nos lares senhoriais na condição de cozinheiras, amas de leite e arrumadeiras, quantidade significativa de mulheres negras retirava seu sustento do trabalho nas ruas (NOVAES, 2017).

Vendeiras, aguadeiras e lavadeiras, por exemplo, não apenas ocupavam como caracterizavam o espaço público. Sua experiência em muito se aproxima à dos homens negros, afinal, assim como seus companheiros, a escravidão as marcara pela necessidade do trabalho. O espaço público como ambiente interdito e o recolhimento ao lar, sob a vigilância e o “cuidado” patriarcal, foram, assim, experiências marcantes para as mulheres brancas, mas não para as mulheres negras. A cidade negra era, enfim, também uma cidade das mulheres.

2 O controle na cidade negra

Expôs-se, de modo breve, como as cidades brasileiras, em fins do século XIX, eram espaços de intensa circulação de homens e mulheres negras dos mais diversos *status* e condições sociais. A essa “multidão” de indivíduos negros, a historiadora Célia Marinho (1987) vai chamar *onda negra*.

Pensar a presença dessa onda negra ajuda a dimensionar o problema do controle numa cidade que era, na prática, bastante africanizada. A ocupação dos espaços públicos urbanos pela população negra, afinal, não se dava sem conflitos e tensões. O “elemento” negro era visto como fonte constante de perigo. Carregava, aos olhos das elites e classes médias brancas, características corruptoras e contaminadoras da civilização (DUARTE, 1998; BATISTA, 2003). Seu perigo estava nos hábitos sujos, imorais, ilegais e, ainda, insubordinados. Nesse sentido, Célia Marinho Azevedo nos provoca a pensar a existência de um *medo branco* de uma *onda negra* (AZEVEDO, 1987)².

O medo branco se apresenta numa cidade onde não é possível, ao breve lance de olho, distinguir o *status* dos passantes, diferenciar os escravizados dos livres, identificar se os escravizados circulam sob o permissão e o serviço de seus senhores... Em suma, o medo branco cresce em um espaço onde o contingente de indivíduos negros é grande e as ferramentas de controle algo precárias.

A necessidade de vigilância sobre a onda negra ajuda, neste sentido, a compreender uma ampla agenda de organização administrativa das cidades. Falo de políticas de controle da população negra, em geral, através do controle de seus hábitos e costumes. As posturas municipais são talvez a expressão mais característica dessa imposição de ordem. Através de suas prescrições, condicionavam-se os fluxos urbanos, impunham-se regras de comportamento e de administração de espaços e serviços públicos (BERTÚLIO, 1989; DUARTE, 1998; MAIA, 2008).

As posturas procuravam regular, por exemplo, o funcionamento dos mercados públicos, a venda de frutas e carnes e a prestação de pequenos serviços, todas essas atividades que engajavam sobretudo a população negra. Impunham regras, ainda, à

² O medo branco da onda negra é informado por uma série de fatores, sendo, inclusive, as revoltas populares do período regencial e também a Revolução Haitiana alguns desses fatores. Para maiores informações, sugiro consultar o trabalho de QUEIROZ (2017).

ocorrência de festas e divertimentos e à circulação de escravizados pela cidade (MAIA, 2008).

Semelhantes regras podem ser tomadas como uma agenda de branqueamento dos costumes como forma de controle de ilegalismos e, ainda, sufocamento de lutas por liberdades (ABATH, 2018; NOVAES, 2017; FRANKLIN, 2017; QUEIROZ, 2017). É que o movimento fluido do espaço urbano – se comparado, é evidente, à realidade dos engenhos, por exemplo, onde o controle senhorial tinha mecanismos muito mais eficazes de vigilância – impunha, por si, inegáveis fissuras ao escravismo. Como mencionado, escravizados podiam circular como livres sem que ninguém desse, de imediato, por sua condição. Mais que isso: uma significativa população de costumes próprio – rechaçados pelas elites e classes médias brancas – tomava as ruas ao seu modo, com seus cantos, com suas festas.

As políticas de branqueamento e controle de uma população cujo contingente crescia, acionando medos e inquietações (AZEVEDO, 1987), ficavam, em grande medida, a cargo das polícias da época. As elites governantes veem nelas um mecanismo de concretização de seu projeto de cidade e sociedade, dentro do qual não cabem a balbúrdia e a imoralidade da vida negra.

Um passeio pelos registros policiais da época demonstra que, de fato, o dia a dia da instituição estava marcado pelo encontro com diferentes indivíduos negros na cidade. Eram os policiais que recolhiam os mendigos – praticamente todos “pretos velhos”, pelo que se pode perceber – ao Asilo de Mendicância. Eram os policiais que recolhiam os tidos como “alienados”, quase sempre “de cor”. Eram, ainda, os policiais que, amparados pelas posturas municipais, tiravam de circulação outros indesejáveis como vagabundos, bêbados e capoeiras. Para estes últimos, como demonstram os registros da CDR, algumas noites no xadrez (e algumas cacetadas, pelo que podemos inferir, aqui e ali na documentação) eram corretivo apropriado.

Onde estavam, no entanto, as mulheres quando a polícia vinha “tomar conta” das ruas? Estavam também nas ruas, a driblar a polícia como podiam, é evidente!

3 As mulheres negras e o controle urbano

Os registros policiais demonstram que as mulheres que tinham a rua como um espaço de circulação constante – pejorativamente chamadas “mulheres públicas” (SILVA, 2003) –, em mais um quesito, tinham experiências semelhantes àquelas dos

homens negros. É possível perceber pela documentação que as mulheres que circulavam pelo espaço público estavam sujeitas a todo o tipo de violência.

Não eram raros os conflitos com outras mulheres – alguns dos quais terminavam em morte ou em lesões graves. Mas são também frequentes os registros de conflitos, envolvendo violência verbal e física, com homens – fossem eles seus companheiros, clientes em busca de produtos quaisquer por elas vendidos, ou, ainda muito frequentemente, marinheiros, policiais e soldados em conflito com supostas prostitutas.

Frisa-se, aqui, o *supostas* para que tenhamos dimensão de que todo registro documental está atravessado pelos vieses dos indivíduos por eles responsáveis. Como mencionei logo acima, as mulheres que ocupavam as ruas eram pejorativamente chamadas mulheres públicas. Tal alcunha sugeria prostituição. São muitas as vezes que notícias de jornal e mesmo registros policiais se referem, de modo quase fugidio, a mulheres, diretamente como prostitutas. É de se questionar, considerando a representação que pesava sobre as mulheres negras em geral e sobre as mulheres negras das ruas, em particular, a verdade de semelhante qualificação.

Esse cenário é importante para que possamos compreender alguns discursos acerca do comportamento e da honra da mulher negra. Como pontua Angela Davis (2016), “[a] julgar pela crescente ideologia da feminilidade do século XIX, que enfatizava o papel das mulheres como mães protetoras, parceiras e donas de casa amáveis para seus maridos, as mulheres negras eram praticamente anomalias”. Construiu-se uma representação social destas mulheres enquanto agressivas, lascivas, desleixadas, afeitas a imoralidades e desordens de todo tipo (GONZALES, 1983).

É provavelmente semelhante representação social o que justificava o tratamento violento que também a polícia adotava diante das mulheres negras. Percebeu-se, analisando os registros, que não são raras as cenas de policiais agredindo mulheres, dando-lhes “bofetadas” ou “cacetadas de pau”. A violência policial, em geral pensada como algo dirigido aos homens, apresentava padrões de gênero muito diferentes daqueles que costumamos imaginar. Na narrativa dos subdelegados e delegados de polícia e também dos jornais, muitas vezes essas mulheres eram representadas como tendo hábitos ofensivos à moralidade pública (a qualificação de prostitutas, por exemplo, mencionada acima), o que justificava – e

apagava – a violência por elas enfrentada. O direito a não sofrer investidas – de irmãos, amantes ou policiais – se restringia às moças de família e “de respeito”.

Os termos utilizados acima não são aleatórios. De fato, o controle sobre as mulheres dizia respeito sobretudo às regras de comportamento, moralidade e sexualidade então vigentes. Embora pudessem ser violentas e de fato criminosas – como os arquivos demonstram em muitas ocasiões – o seu maior problema estava construído no âmbito da moral. Os registros de suas detenções, quando comparados às detenções masculinas, sugerem isso. Enquanto a rubrica utilizada para os homens contraventores é quase sempre a de “desordem”, as mulheres são presas tanto por desordens quanto, muitas vezes, por “ofensas à moralidade pública”.

Voltamos ao problema da representação da mulher negra na sociedade escravista – e não apenas nela, é evidente. Em pesquisa sobre a criminologia positivista de Nina Rodrigues e suas representações de raça e gênero, Naila Franklin (2017) observa como, em seus estudos sobre a criminalidade feminina, o médico maranhense entendia que os correspondentes ao delito no universo feminino seriam condutas como aborto, infanticídio, adultério e prostituição. Para o autor, ainda, semelhantes condutas seriam observáveis apenas nas mulheres negras, mulheres ainda em estado de selvageria (FRANKLIN, 2017).

Sobre o corpo das mulheres negras pesava a sexualização. Por um suposto comportamento anormal, lascivo e vulgar, elas representariam risco de corrupção para a cidade “civilizada”. Ao que parece, seus ilegalismos eram vistos como uma espécie de derivação deste problema original: sua sexualidade desviante.

Considerações finais

O presente texto, como mencionei no início, não teve a pretensão de esgotar ou mesmo aprofundar o debate sobre a relação entre as mulheres negras e o controle urbano em fins do século XIX, mas, muito mais, apresentá-lo. Ao que parece, a quantidade de pesquisas a respeito do tema tem crescido, o que é importante para que desnaturalizemos cenários cristalizados na academia e avancemos para entender o que estava implicado nesse confronto entre controle urbano e mulheres negras.

Há muitas perguntas ainda por serem feitas sobre como as instituições lidavam com a criminalidade e a violência praticadas por mulheres e, ainda, sobre a relação entre controle urbano e controle de moralidade e sexualidade. O cenário brevemente

apresentado dá indícios interessantes para que nos perguntemos sobre a relação entre territorialidade urbana e gestão do corpo feminino e negro. Trata-se, em todo caso, de um campo que demanda ampla investigação.

Referências Bibliográficas

- ABATH, Manuela. **Soberania policial no Recife do início do século XX**. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018.
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites - século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BATISTA, Vera Malaguti. **O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003.
- BERTÚLIO, Dora Lúcia. **Direito e relações raciais: uma introdução crítica ao racismo**. Dissertação de mestrado do curso de pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1989.
- CHALHOUB, Sidney. Medo branco de almas negras: escravos, libertos e republicanos na cidade do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de História**. V. 8, n. 16, p. 83-105, mar/ago, 1988.
- CHALHOUB. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das letras, 1990.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo editorial, 2016.
- DUARTE, Evandro Charles Piza. **Criminologia e racismo: introdução ao processo de recepção das teorias criminológicas no Brasil**. 1998. 399 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.
- FARIAS, Juliana et al. **Cidades negras**. Africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX. São Paulo: Alameda, 2006.
- FARIAS, Juliana et al. **Mulheres negras**. No Brasil escravista e do pós-emancipação. São Paulo: Selo Negro, 2012.
- FRANKLIN, Naila. **Raça, gênero e criminologia**. Reflexões sobre o controle social das mulheres negras a partir da criminologia positivista de Nina Rodrigues. 150 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.
- GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: **Revista Ciências Sociais Hoje**, 1983, p. 223-244.
- MAIA, Clarissa Nunes. **Sambas, batuques, vozerias e farsas públicas: o controle social sobre os escravos em Pernambuco (1850 – 1888)**, São Paulo: Annablume, 2008.
- MAIA. **Policiados: controle e disciplina das classes populares na cidade do Recife, 1865 – 1915**. 252 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.
- NOVAES, Bruna de. **Embranquecer a cidade negra: gestão do trabalho de rua em Salvador no início do século XX**. 142 fl. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

PINTO, Ana Flávia M. **Imprensa negra no Brasil do século XIX**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

QUEIROZ, Marcos. **Constitucionalismo brasileiro e o Atlântico Negro**: a experiência constitucional de 1823 diante da Revolução Haitiana. 200 f., Dissertação (Mestrado em Direito) — Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

REIS, João José. SILVA, Eduardo. **Negociação e Conflito**. A Resistência Negra no Brasil Escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SILVA, Maciel Henrique. **Pretas de honra**: vida e trabalho de domésticas e vendedoras no Recife do século XIX (1840-1870). Recife/Salvador: EDUFPE/EDUFBA, 2011.

CORRUPTORAS: O PROBLEMA DA NEGRA NA FORMAÇÃO DA SOCIEDADE NACIONAL A PARTIR DA OBRA “OS AFRICANOS NO BRASIL” DE RAIMUNDO NINA RODRIGUES

Naila Ingrid Chaves Franklin¹

Introdução

Entre os meados e os finais do século XIX, a elite brasileira convivia com o problema “do que fazer com o negro” na formação da sociedade nacional. A ruptura formal das relações escravocratas e a maciça presença negra, especialmente no contexto urbano, exigiam esforços de diversos setores da sociedade para redefinir e perpetuar o controle sobre a população negra firmado na escravidão. (CORREA, 2013; 2006; DUARTE, 2002).

A literatura corrente aponta que havia um medo de que o “Brasil virasse um Haiti”, em alusão à Revolução de São Domingos, ocasião em os negros escravizados deste local conquistaram a liberdade através da luta armada. Neste sentido, diversas instituições se imiscuíram no papel de servir ao propósito de evitar tal acontecimento, bem como de discutir qual seria o lugar da população negra na sociedade que se formava (AZEVEDO, 1987, 1996; CHALHOUB, 1986).

Dentre tais instituições, a ciência encarregou-se de tal análise, sendo a mola propulsora de inúmeras hipóteses que pregavam a superioridade do homem branco sobre o homem negro, o que serviu se justificativa para a exploração deste último. No contexto nacional, não era incomum entre os cientistas avaliarem a presença da população negra após a abolição como um fardo para a sociedade nacional, que contribuiria para a manutenção do Brasil como um país atrasado (SCHWARCZ 1993; 1994).

Neste sentido, Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), médico maranhense e professor da Faculdade de Medicina da Bahia, figura dentre as vozes mais representativas desta visão em finais do século XIX. Seu interesse pelo estudo das “raças” no Brasil perpassa quase toda a sua obra, sendo considerada importante ferramenta para entender o “dilema nacional” das elites frente a população negra, bem como o controle social exercido sob esta população (DUARTE, 2008; GOES, 2015).

¹ Mestra em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília (UnB). Professora Titular da disciplina de Direito Penal da Fundação de Ensino Superior de Rio Verde (FESURV) – Campus Caiapônia/GO. Advogada.

No entanto, a discussão na literatura sobre a questão racial na obra de Raimundo Nina Rodrigues é realizada sob a ótica do masculino, não havendo muitos estudos que tematizem, de maneira específica, como a mulher negra é retratada em sua obra, apesar de o médico tematizar constantemente o feminino (CORREA, 2013).

Assim, propõe-se este texto discutir o “problema do negro na formação da sociedade nacional” sob a ótica da mulher negra, partindo da obra “Os africanos no Brasil”, publicada pela primeira vez em 1933. A escolha desta obra deu-se em razão dos objetivos explicitados pelo próprio autor quando da apresentação do livro: debater a permanência dos costumes africanos no Brasil, revelando como o negro estava presente na sociedade brasileira e se configurava como um elemento que impossibilitaria o progresso nacional (RODRIGUES, 2010).

Parte-se aqui do pressuposto de que a mulher negra foi a personagem central para a preservação da cultura africana no Brasil (CARNEIRO, ABDON, 1993). Neste sentido, a intenção é discutir, de maneira a não exaurir o tema, “o problema da negra na formação desta sociedade”, ou seja, qual a dimensão do feminino nesta problemática do negro que Raimundo Nina Rodrigues desenha? Como ele descreve as mulheres negras? Elas são personagens centrais para o entendimento da perpetuação dos costumes africanos? Como se dá seu entendimento da perpetuação da criminalidade sob a ótica da mulher negra?

Assim, minha análise se dá no sentido de compreender se e como Raimundo Nina Rodrigues representa tais mulheres nesta obra. Em caso positivo, planeja-se discutir se e como elas podem ter se convertido no principal “problema” na formação nacional do ponto de vista da ciência.

1 Raimundo Nina Rodrigues e os “Africanos no Brasil”

Raimundo Nina Rodrigues é considerado um autor central do século XIX. Eis que seus estudos refletem a sociedade daquele século. Formado em medicina, foi apontado como o principal representante das ideias de Cesare Lombroso no Brasil (GOES, 2015). Foi estudioso das “raças no Brasil”, vinculando a população negra e indígena à criminalidade e à imagem de um país atrasado em diversas de suas obras (RODRIGUES, 1895,1899).

Por sua vez, Os africanos no Brasil, obra de análise no presente texto, foi uma obra póstuma publicada em 1933, cujo nome inicial era “O problema da raça negra na

América Portuguesa”, que condensava estudos de 15 anos que Raimundo Nina Rodrigues desenvolveu no período de 1890 a 1905. Em 1906, quando o autor faleceu, a obra se encontrava já em estágio de impressão, “à pág. 280, quase ao fim do sétimo capítulo de um volume em 8º grande”, dizia Homero Pires no prefácio da obra (PIRES, 2010: 2) ². Após a morte do médico, Oscar Freire recebeu o encargo de publicá-la, ficando sob sua responsabilidade os capítulos e toda a documentação que acompanhava a obra de seu mestre. No entanto, foi igualmente surpreendido pela morte e não conseguiu cumprir tal missão (PIRES, 2010:3).

Mais tarde, seu sucessor na Faculdade de Medicina da Bahia, Homero Pires tem acesso à sua obra e ao vasto material alocado naquele instituto sobre o médico Nina Rodrigues e assume a tarefa de divulgar a obra, publicada, então, em 1933. Suas considerações sobre a obra, no entanto, revelam as transformações ocorridas desde o falecimento de Nina Rodrigues até o ano de sua publicação, tendo Homero Pires classificado as conclusões a que chegara o médico maranhense na obra como “pessimistas”, uma que o Brasil não teria se constituído em uma nação de pretos, como propugnava Nina Rodrigues (PIRES, 2010:3).

Não deixando de estar correta a classificação das conclusões de Raimundo Nina Rodrigues, enquanto “pessimistas”, pois “Os africanos no Brasil” é uma tradução do medo branco da presença negra na formação do Brasil, sentimento que se instalou nos finais do século XIX, Nina Rodrigues analisa o que ele denomina de “problema do negro” na formação da sociedade nacional na época em que este debate estava no centro das mentalidades das classes dominantes e intelectuais (1890-1905) (RODRIGUES, 2010:9).³

Para ele, já naquela época, as teorias abolicionistas fizeram um retrato muito positivo do negro, desconsiderando os malefícios que a conservação da raça negra no Brasil pode representar para a formação da sociedade nacional (RODRIGUES, 2010:12).⁴

Assim, inicia por criticar o discurso pró abolicionista que, segundo ele, imprimia aos negros as características psíquicas e morais dos brancos, com o fim de despertar

² Citação constante no próprio texto “Os africanos no Brasil”, no prefácio da obra.

³ Rodrigues (2010:9) colocava-se no papel de pensador a partir de uma perspectiva racial. O problema “o negro no Brasil” era, segundo ele, uma esfinge do futuro do país.

⁴ “Todavia domina no país a simpatia da campanha abolicionista e instintivamente todos se quem pôr de protetores da Raça Negra” (RODRIGUES, 2010:12).

um sentimento geral de piedade que acabou por conferir aos africanos, características que eles não possuíam (RODRIGUES, 2010:11).⁵

Na sua finalidade de criticar esse pensamento nacional abolicionista de cunho “piedoso” em relação ao negro, Nina Rodrigues vai exaltar as teorias científicas da época, que propugnavam a ideia de que o negro não estava no mesmo estágio de desenvolvimento cultural, moral ou psíquico que os brancos⁶, tal como ocorre em sua obra “As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil” (RODRIGUES, 2010:12).

Deste modo, conforme já mencionado, o aspecto central debatido pelo autor é a presença do negro no Brasil e os impactos negativos que essa presença haveria de conferir à formação da sociedade nacional. Ao contrário de outros cientistas da época que tentavam adaptar as teorias racialistas ao Brasil, valorizando o papel que a mestiçagem poderia possuir no branqueamento da população do país, Nina Rodrigues tinha uma visão profundamente negativa da mestiçagem, uma vez que ele era cético em relação à crença de que os negros existentes no Brasil iriam se diluir em meio a população branca (RODRIGUES, 2010: 13)⁷. Para ele, não havia nenhuma evidência de que este “problema” estaria resolvido com a extinção do tráfico ou com o incentivo à imigração europeia. Pelo contrário, o autor acredita que o “problema negro” não está resolvido, sendo sua permanência na sociedade brasileira um fenômeno incontestável (RODRIGUES, 2010:14-15). O estudo realizado por Nina Rodrigues nesta obra parte da Bahia, porque era o local em que o autor entendia que existia o maior número de africanos.

Para sustentar a sua ideia de que a população negra estava presente na formação nacional, Nina Rodrigues faz uma descrição minuciosa do que ele denomina

⁵ No texto: “O sentimento nobilíssimo da simpatia e piedade, ampliado nas proporções de uma avalanche enorme na sugestão coletiva de todo um povo, ao Negro havia conferido, autoridade própria, qualidades, sentimentos, dotes morais ou ideias que ele não tinha, que ele não podia ter; e naquela emergência não havia que apelar de tal sentença, pois a exaltação sentimental não dava tempo nem calma para reflexões e raciocínios. Em compensação, inconscientemente, nesta ilusão benéfica e progressista, operava-se para o Brasil a maior e a mais útil das reformas, — a extinção da escravidão” (RODRIGUES, 2010:11).

⁶ “A ciência que não conhece estes sentimentos está no seu pleno direito exercendo livremente a crítica e estendendo com a mesma imparcialidade a todos os elementos étnicos de um povo. Não o pode deter a confusão pueril entre o valor cultural de uma raça e as virtudes privadas de certas e determinadas pessoas [...] para a ciência não é esta inferioridade mais do que um fenômeno de ordem perfeitamente natural, produto da marcha desigual do desenvolvimento filogenético da humanidade nas suas diversas divisões ou seções” (RODRIGUES, 2010:12).

⁷ Rodrigues (2010:13) se coloca extremamente contrário à crença propugnada pela campanha abolicionista que acreditava que “Os negros existentes se diluirão na população branca e estará tudo terminado”.

de colonos brancos, atentando-se até as ocupações que os negros desempenhavam. No entanto, mais que isso, era necessário que ele atacasse a personagem central na preservação dos costumes africanos: a mulher negra.

2. O problema da negra na formação da sociedade nacional

Se o objetivo de Raimundo Nina Rodrigues era analisar e demonstrar como os negros africanos estavam presentes na sociedade, seja numericamente ou por meio de heranças culturais que, segundo ele, corrompem os bons costumes da população branca no Brasil, a mulher negra aparece como o elemento central, seja por sua maior proximidade com relação à população branca em comparação com os homens negros ou pelo papel ativo que desempenha no comércio de rua, o que a propicia a venda de diversos produtos africanos.⁸

O médico constrói a figura de uma mulher negra que corrompe o Brasil por conservar o vestuário, a culinária, a religião e o folclore africanos e repassar tais costumes à população branca como um todo. Além disso, em seus exemplos, atribui a essas mulheres a preservação das leis de Talião (vistas como atraso para o país) e do hábito de sacrificar crianças para seguir a religião de matriz africana, revelando que Nina Rodrigues considerava-as mães e avós impiedosas.

Em sua obra, o feminino surge de modo explícito e por vezes, implícito como inserido dentro da problemática do negro no Brasil. Para evidenciar tais fatos, cita-se, a priori, a análise que o autor faz sobre o vestuário africano, se referindo às negras baianas da seguinte maneira:

Os negros crioulos, em particular as mulheres, adotaram e conservam o vestuário de origem africana. As operárias pretas usam saias de cores vivas, de larga roda. O tronco coberto da camisa é envolvido no pano da Costa, espécie de comprido xale quadrangular, de grosso tecido de algodão, importado da África. O pano da Costa passa a tiracolo, sobre uma espádua, por baixo do braço oposto, cruzadas na frente das extremidades livres. Na cabeça trazem o torso, triângulo de pano cuja base cinge a circunferência da cabeça, indo prender-se as três extremidades na parte posterior ou nuca. Este vestuário, sobretudo usado pelas negras da Bahia, valeu-lhe no resto do país o qualitativo de baiana, dando a expressão popular; uma mulher vestida à baiana, ou uma baiana (RODRIGUES, 2010:127).

⁸ Vale dizer que a mulher negra, de acordo com a literatura vigente, se dedicava sobretudo ao comércio urbano. Eram as ditas ganhadeiras, que ocupavam posição de destaque nas cidades pela venda de gêneros alimentícios, chegando, inclusive, a controlar determinados produtos. Sobre isso, ver: SOARES, 1994; 1996.

O vestuário de matriz africana, portanto, foi conservado especialmente pelas negras da Bahia e foi tão incorporado à população brasileira que suas características ficaram conhecidas na nação, originando a expressão popular (brasileira) “baiana”. Nina Rodrigues também traz pistas sobre a condição social de algumas dessas mulheres, ao dizer que “as negras ricas da Bahia carregam o vestuário à baiana de ricos adornos”, como “braceletes de ouro” e “saias de seda fina” (RODRIGUES, 2010:127).

De outra parte, o autor também bradava que “os africanos tornaram habitual nas operárias baianas a condução dos filhinhos atados às costas em larga toalha” (RODRIGUES, 2010:127). Há, neste ponto, um discurso que revela algo sobre a condição social da mulher negra naquela localidade – não havia apenas um único prisma de ser mulher negra. Por mais que a maior parte fosse operária, uma menor parte também havia conseguido superar alguma mobilidade social, especialmente sob o prisma do importante papel que as negras desempenharam no comércio urbano no século XIX. Assim, apesar de haver as operárias, também se faziam presentes “as negras ricas da Bahia”.

A dedicação dessas mulheres ao comércio remete, em grande parte, também, à exposição que Nina Rodrigues faz da culinária. A cozinha africana também aparece como outro elemento da presença negra na população brasileira e, segundo o autor, se manifestava na perseverança de onze pratos incorporados à vida alimentar da população: o vatapá, o caruru, o bobó, o efó, acarajé, abará, mugunzá, acaçá, aberem, arroz de Haussá e cuscuz (RODRIGUES, 2010:128).

Apesar de não fazer menção expressa às mulheres negras quando cita a culinária, em momento anterior de sua obra, Nina Rodrigues, ao descrever os números de negros no Estado da Bahia, descreve as ocupações a que as negras libertas se apegaram, sendo, sobretudo, em vendas ou quitandas, nas portas das casas ou ambulantes. Dedicavam-se, pois, ao comércio urbano de comidas feitas de preparados culinários africanos⁹ (RODRIGUES, 2010:109). Assim, a conservação da culinária africana na Bahia tinha estreita vinculação com as atividades comerciais desenvolvidas por estas mulheres, negras.

⁹ “As mulheres, em vendas ou quitandas, nas portas das casas, ou ambulantes em tabuleiros, praticam o comércio urbano de comidas feitas, especialmente em preparados culinários africanos, muito do sabor da população, de condimentos, frutos, legumes, produtos da Costa (xoxó, abuxó, azeite de dendê, banha, obi, pequenos objetos de serventia doméstica, contas usadas na África e utilizadas nas práticas do culto nagô-gege)”. (RODRIGUES, 2010:109).

Em continuação à sua análise da cultura africana no país, o feminino aparece de maneira evidente no “problema negro” quando o autor descreve a escultura feita por um negro de uma mulher que ele diz ser mestiça por carregar caracteres da raça branca, como boca pequena e lábios medianos. Contudo, a questão principal na reflexão sobre a peça trazida pelo autor é se o mestiçamento seria fruto da imaginação do artista negro ou se seria reprodução de algum corpo físico real. No caso da primeira opção, Nina Rodrigues demonstra como beleza feminina e raça branca eram atributos conectados e, portanto, não presente nas mulheres puras das “raças inferiores”:

Que os caracteres da Raça Branca, em cujo seio aqui vivem os Negros e sob cuja direção e ascendente se forma e se educa na América o espírito dos escultores pretos, possam modificando-os, ter exercido decidida influência nos seus ideais e concepções da beleza feminina, nada mais natural. Antes seria este um caso banal e simples da influência social, de sugestão ou imitação inconsciente, que, de regra, exercem as classes superiores dirigentes sobre as classes inferiores ou dirigidas (RODRIGUES, 2010:176).

Neste discurso, nota-se que em que pese seu pensamento ser baseado numa concepção negativa sobre a mestiçagem, traduzida no não desaparecimento do negro com os fenômenos do cruzamento¹⁰, pode-se dizer que, quanto à beleza feminina, o cruzamento das raças não adquire papel tão negativo na aparência da mulher, quando sob a mestiça prevalecem os atributos físicos da raça branca. Assim, quanto mais próximo os atributos físicos da mestiça à raça branca, mais bonita ela seria. Tanto é assim que o contato com a raça branca pode ter levado o artista negro, segundo Nina Rodrigues, a repensar as concepções sobre beleza feminina. Evidente torna-se, portanto, que as características físicas valoradas numa mulher eram, sobretudo, conectadas às suas características raciais. Mulheres belas pertenciam à raça branca e a presença “negra” numa mulher era sinônimo de imperfeição.

Mais adiante, ao analisar as sobrevivências religiosas de matriz africana na cultura brasileira, outro ponto adquire relevo para se analisar o papel desempenhado pelas mulheres nessa religião. Ao descrever os terreiros e os cultos de candomblé na Bahia, conjuntamente com seus rituais, ele fala sobre o papel desempenhado pelas “mães de santo” nestes espaços, que seriam espécies de sacerdotisas. Contudo, por visualizar a origem do ritual na cultura gegê, ele compara as mães de santo na cultura

¹⁰ Defendo, como Duarte (2002) que, embora pareça, a priori, que a preocupação de Nina Rodrigues se direcione ao problema do entrecruzamento entre raças (do mestiço), o que se estava em discussão era, em verdade, a continuidade da raça negra na construção da sociedade nacional e, em relação a isso, ele se alinhava ao grupo dos pessimistas, por acreditar que o elemento negro não se diluiria no projeto de branqueamento que estava em curso à época, especialmente nos incentivos à imigração europeia.

originária africana com as sacerdotisas da sociedade nacional, demonstrando uma visão extremamente negativa quanto ao papel desempenhado pelas negras no rito.

Veja-se:

As nossas *filhas-de-santo* não são como as *kosi* gêges, prostitutas de profissão que, depois de um noviciado de três a quatro anos, consumidos em aprender os cânticos e as danças próprias do culto e a se prostituir nos seminários, passam a residir em quarteirões especiais das cidades. No pressuposto de que são esposas dos deuses, elas não se podem casar e são destinadas à prostituição sagrada com os sacerdotes nas grandes solenidades. Desnecessário afirmar que tal restrição é fácil e impunemente esquecida. Estas mulheres não são reputadas responsáveis pelos excessos que praticam, pois é de fé que nesses casos se acham possuídas de deuses ou *orichás*, à satisfação de cujos desejos servem de meros instrumentos. No Brasil, os cultos negros não estabeleceram uma prostituição sagrada assim regulamentada. Mas são notórios os excessos e orgias que reinam nos grandes *candomblés*. Este conhecimento é mais do que transparente nos artigos e notícias da imprensa baiana, que sobre os *candomblés* mais adiante vão transcritos. E todo o mundo sabe que o culto fálico das mitologias gêge e iorubana admite, melhor autoriza a prostituição nas suas solenidades. A obediência passiva dos filiados ao chefe ou diretor do terreiro é tal que as filhas de santo não se animariam a resistir a uma ordem dos deuses ou *orichás*, intimada pelo pai de terreiro, a ele facilmente abandonando as filhas ou a si própria (RODRIGUES, 2010:262).

Aqui há a comparação das negras baianas “filhas de santo” no Brasil a prostitutas e a mães irresponsáveis. Há, neste ponto do discurso de Nina Rodrigues, um processo de animalização das mulheres que praticam o culto, por considerá-las não racionais a ponto de aceitar quaisquer ordens dos deuses. Entregar-se aos sacerdotes dos cultos e outras espécies de “orgias” era uma condição natural destas mulheres, que se justificavam na religião. Assim, a prostituição seria um encargo naturalmente emanado da fé destas mulheres.

Neste excerto, Rodrigues cita o papel da violência policial como forma de conter as manifestações religiosas africanas, trazendo à obra alguns exemplos de notícias que circulavam na época e que denunciavam os cultos africanos que, ao final, eram reprimidos pelas forças policiais, ou seja, criminalizados¹¹. Neste aspecto, tem-se a vinculação da relação policial com as mulheres negras caracterizada pela repressão religiosa.

¹¹ “No Brasil, na Bahia, são (os cultos africanos) ao contrário considerados práticas de feitiçaria, sem proteção nas leis, condenadas pela região dominantes e pelo desprezo, muitas vezes apenas aparente, é verdade, das classes influentes, que as temem. Durante a escravidão, não há ainda vinte anos portanto, sofriam elas todas as violências por parte dos senhores de escravos, de todo prepotentes, entregues aos Negros, nas fazendas e plantações, à jurisdição e ao arbítrio quase ilimitados de administradores, de feitores tão brutais e cruéis quanto ignorantes. Hoje, cessada a escravidão, passaram elas à prepotência e ao arbítrio da polícia não mais esclarecida do que os antigos senhores e aos reclamos da opinião pública que, pretendendo fazer de espírito forte e culto, revela toda hora a mais supina ignorância do fenômeno sociológico” (RODRIGUES, 2010:264).

A religião de matriz africana, portanto, também é chave para se pensar o problema do negro na formação da sociedade nacional sob a ótica do feminino, eis que pelo papel desempenhado por estas mulheres no culto que, aqui, ele cita como sacerdotisa, mas que é reconhecidamente um papel de liderança, há uma dimensão feminina na perpetuação dessa religiosidade (FRANKLIN, 2019).

Contudo, o “problema da negra” no Brasil adquire a maior evidência nos contos populares cuja permanência, segundo Nina Rodrigues, confirma a poderosa influência exercida pelos negros na formação da psicologia popular nacional, possuindo caráter intrinsecamente negativo, pois reproduziam o totemismo¹² da cultura africana na sociedade nacional (RODRIGUES, 2010:238).

O folclore africano, na forma de contos populares, havia se incorporado na cultura brasileira, especialmente por meio daqueles escravizados que estavam em contato direto com a casa grande e que, portanto, tiveram o poder de repassar esses contos: as mulheres, especialmente as amas de leite:

Mas basta conhecer a tendência incoercível do Negro a falar, a contar histórias, no que são capazes de gastar dias e noites; basta acrescentar a isto que à convivência íntima dos escravos com senhores cresceu sempre, durante a escravidão, o encargo de amas de menino confiado às negras, para prever-se que a contribuição africana ao nosso *folk-lore* devia ter sido de inesgotável opulência. (RODRIGUES, 2010:209)

A presença do negro na cultura brasileira que levaria à degradação da população estava, portanto, consolidado numa área de extrema significância para a construção da identidade nacional graças às amas de leite. O problema negro era, sobretudo, um problema das mulheres.

Essa função materna atribuída às mulheres negras da casa grande na época da escravidão é colocada em evidência no texto de Lélia Gonzalez (1983:235), que analisa um pouco desta internalização de valores que é passada pelas negras e vista com tão maus olhares pelos brancos.

E quando a gente fala em função materna, a gente tá dizendo que a mãe preta, ao exercê-la, passou todos os valores que lhe diziam respeito pra criança brasileira, como diz Caio Prado Júnior. Essa criança, esse infans, é a dita cultura brasileira, cuja língua é o pretuguês. A função materna diz respeito à internalização de valores, ao ensino da língua materna e a uma série de outras coisas mais que vão fazer parte do imaginário da gente (Gonzalez, 1979c). Ela passa pra gente esse mundo de coisas que a gente

¹² Segundo Nina Rodrigues, o totemismo é o “parentesco do homem com os objetos naturais, e que se apoia sobre o caráter sagrado desses objetos para motivar as interdições em matéria de casamento e as vinganças obrigatórias (*blood-feuds*), que faz da habilidade na magia um título a uma posição elevada”. (RODRIGUES, 2010:197). O totemismo estaria presente nos estados selvagens.

vai chamar de linguagem. E graças a ela, ao que ela passa, a gente entra na ordem da cultura, exatamente porque é ela quem nomeia o pai. Por isso a gente entende porque, hoje, ninguém quer saber mais de babá preta, só vale portuguesa. Só que é um pouco tarde, né? A rasteira já está dada. (GONZÁLEZ, 1983:235-236)

Tendo deixado evidente a “culpa” que a mulher negra carrega no que tange à degradação da população brasileira, Rodrigues acaba por reforçar a ideia de que os caracteres da raça negra não podem ser transformados rapidamente e seu atraso na escala evolutiva era muito grande quando comparado à população branca (RODRIGUES, 2010:295).¹³

Essa concepção principal do autor vai servir como base para que ele desenvolva seus estudos em matéria da “criminalidade negra”. Ao final da obra *Os africanos no Brasil*, o autor fala do que ele denomina de criminalidade étnica, cuja sobrevivência na sociedade nacional era incontestável por conta dos negros e dos indígenas, ou seja, povos e raças que estavam em nível de evolução atrasado:

A sobrevivência criminal é, ao contrário, um caso especial de criminalidade, aquele que se poderia chamar de criminalidade étnica, resultante da coexistência, numa mesma sociedade, de povos ou raças em fases diversas de evolução moral e jurídica, de sorte que aquilo que ainda não é imoral nem antijurídico para uns réus já deve sê-lo para outros. Desde 1894 que insisto no contingente que prestam à criminalidade brasileira muitos atos antijurídicos dos representantes das raças inferiores, negra e vermelha, os quais, contrários à ordem social estabelecida no país pelos brancos, são, todavia, perfeitamente lícitos, morais e jurídicos, considerados do ponto de vista a que pertencem os que os praticam. (RODRIGUES, 2010:301)

Rodrigues atribui à persistência das ideias de Talião, o fator responsável pela criminalidade negra e mestiça no país e dá exemplos de práticas oriundas desta ideia.¹⁴ No entanto, nos casos práticos que Raimundo Nina Rodrigues traz em sua obra, fica evidente que as mulheres negras são determinantes para essa sobrevivência criminal oriunda das leis de Talião. Além disso, nos casos narrados, o médico traz exemplos em que essas mulheres sacrificam crianças próximas, como netos e enteados, demonstrando, mais uma vez, uma adjetivação das mulheres negras que a distanciam do ideal de mulher bondosa que imperava em fins do século XIX:

¹³ “Por mais instrutivo que seja o conhecimento desta desigualdade na capacidade evolutiva e civilizadora de negros e brancos, ela não esgota hoje a questão dos negros no Brasil” (RODRIGUES, 2010:295).

¹⁴ “A contribuição dos negros a esta espécie de criminalidade é das mais elevadas. Na sua forma, esses atos procedem, uns do estágio da sua evolução jurídica, procedem outro do das suas crenças religiosas” (RODRIGUES, 2010:301).

Numerosos casos destes, em que particulares não fizeram mais que aplicar modalidades do talião (sofrer pela parte que pecou), conheço eu na nossa criminalidade negra.

A gravura nº I 1 mostra as mãos aleijadas do menino J., a quem a sua avó meteu ambas as mãos em uma panela d'água fervendo, para puni-lo de haver furtado comida de uma marmita colocada no fogão.

A gravura nº II 2 mostra as mãos da menina A., a quem a amante de seu pai meteu igualmente as mãos em água fervendo, para puni-la de ter roubado. A queimadura causou a morte da criança. Conheço em São Tomé de Paripe um mulato aguadeiro, que tem uma mão decepada por um negro, a quem ele havia aplicado uma bofetada.

A gravura nº III 3 mostra a mão de um negro decepada pelo mesmo motivo. Já é o ponto de honra do rifão: Bofetada, mão cortada.

A gravura nº IV 4 mostra uma criancinha de dois anos, cuja avó, africana, lhe aplicou sobre os lábios uma colher de metal muito quente, a fim de puni-la, pela queimadura da boca, da indiscrição infantil de ter dito a um cobrador, de quem se ocultava a velha, que esta se achava em casa.

Num dos distritos de Serrinha, há cerca de uns dez anos, houve o processo de uma mulher mulata, de certa posição, que puxou fora e deu largo talho na língua de uma menina, por ter esta cometido ligeira indiscrição (RODRIGUES, 2010:301).

De cinco exemplos citados pelo médico Nina Rodrigues, quatro deles referem-se a mulheres negras (ou “mulatas”), cujos comportamentos “criminosos” estavam ligados, sobretudo, a estereótipos femininos desviantes. As avós que, de acordo com padrões de gênero seriam figuras responsáveis pelo bem-estar de seus netos, quando pertencentes a grupos raciais inferiores, por terem apego a leis inferiores, rompiam com esses padrões e praticavam condutas definidas como crimes sob a sociedade branca. A mulher negra amante ferve as mãos da enteada como punição e uma mulata puxa a língua de menina desconhecida. Todos os exemplos citados por Rodrigues apontam que, na sua concepção, a criminalidade de mulheres é, sobretudo, criminalidade negra e a sobrevivência desse tipo de criminalidade não presente nas sociedades evoluídas racialmente perpassa a existência do feminino.

Além disso, pode-se dizer que o feminino, nesse sentido, também constitui a problemática do negro, uma vez que estas mulheres, por serem “atrasadas”, segundo o autor, são capazes de fazer atos bárbaros e, portanto, incompatíveis com o que se buscava numa sociedade civilizada em que “o problema do negro” estivesse presente.

Considerações finais

Ao longo do texto buscou-se identificar na obra *Os africanos no Brasil* elementos que auxiliassem a perceber a problemática do negro na formação da sociedade nacional sob a ótica do feminino. Tendo como viés esse objetivo principal, foi possível perceber que a mulher negra é personagem central na análise que

Raimundo Nina Rodrigues tem dessa problemática, vinculando-a à sobrevivência de diversos aspectos da cultura africana no Brasil e, especialmente, da sobrevivência criminal, fazendo um retrato extremamente negativo sobre essa mulher.

Essa problemática do negro no Brasil sob a ótica feminina surge no texto de Nina Rodrigues na preservação da culinária, vestuário e da religião, especialmente por conta dos papéis que a mulher negra desempenhava, ora nas ruas, tendo participação ativa no comércio, ora nos terreiros.

No entanto, Nina Rodrigues vai além, atribuindo a essa mulher a formação da psicologia popular brasileira, por conta de sua influência como ama de leite, ofício em que propiciou à essas mulheres repassar os costumes e o folclore africanos para a população negra no Brasil. Aqui, por mais que esse não fosse o objetivo do autor, Raimundo Nina Rodrigues atribui a essas mulheres a característica de personagem central na preservação da cultura africana no Brasil, obviamente relegando a esse aspecto uma marca essencialmente pejorativa: se ela (mulher negra) era central na formação da psicologia popular, ela também era o principal elemento corruptor da sociedade brasileira, ao permitir a sobrevivência negra no Brasil.

No mais, pode-se vincular o discurso de Nina Rodrigues a uma concepção da mulher negra criminosa, também responsável pela sobrevivência criminal no país, especialmente pelo seu papel de perpassar as leis de Talião contra crianças, revelando uma imagem extremamente negativa dessas mulheres enquanto cuidadoras. Desse modo, foi possível perceber como o estudo da problemática do negro no Brasil do século XIX é possível de ser realizado sob a ótica do feminino, levando em consideração a obra de Nina Rodrigues.

Referências

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. Irmão ou inimigo: o escravo no imaginário abolicionista dos Estados Unidos e do Brasil. In: **Revista USP**. São Paulo. N. 28 Dez-Fev de 1996.

AZEVEDO. **Onda negra, medo branco**: O negro no imaginário das elites do século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CARNEIRO, Sueli; CURRY, Cristiane Abdon. **O poder feminino no culto aos orixás**. 1993 Disponível em: <http://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2015/05/Mulher-Negra.pdf>

< Acesso em out. 2019 >.

CHALHOUB, Sidney. **Medo branco de almas negras: escravos, líberos e republicanos na Cidade do Rio**. In: Bretas, Marcos (org.). Papéis Avulsos. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, vol. 2, 1986.

CORREA, Mariza. As ilusões da Liberdade: a escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil. 3edi. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013.

CORREA. Raimundo Nina Rodrigues e a “garantia da ordem social”. In: **Revista USP**. N. 68. p. 130-139. São Paulo, dezembro-fevereiro de 2006. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13488/15306> <Acesso em out. 2019>

DUARTE, Evandro C. Piza. **Criminologia e Racismo**. Curitiba: Juruá, 2002.

DUARTE. **Medo da Mestiçagem ou medo da cidadania? Criminalidade e Raça na obra de Nina Rodrigues**. Anais do XVII Congresso Nacional do CONPEDI, Brasília: 2008

FARIAS, Juliana Barreto et al. **Cidades negras: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX**. São Paulo: Alameda, 2006.

FERRETI, Sergio F. Nina Rodrigues e a religião dos orixás. In: **Gazeta Médica da Bahia**, n. 76. Universidade Federal da Bahia: Salvador, 2006. Disponível em: <http://www.gmbahia.ufba.br/index.php/gmbahia/article/viewFile/307/298> <Acesso em 5 de out 2016>

FRANKLIN, Naila Ingrid Chaves. **Raça, Gênero e Criminologia: reflexões sobre o controle social das mulheres negras a partir da Criminologia Positivista de Nina Rodrigues**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade de Brasília. Brasília, 2017.

FRANKLIN. Entre a incauta e a feiticeira. Aspectos da construção histórica das mulheres negras frente ao discurso criminológico a partir da religiosidade de matriz africana. In **Revistas de Estudos Feministas: por um direito menos machista**. Florianópolis: Tirant Lo Blanch, 2019.

GOES, Luciano. **A tradução do Paradigma Etiológico de Criminologia no Brasil: Um diálogo entre Cesare Lombroso e Nina Rodrigues na Perspectiva Centro-Margem**. Florianópolis: Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, 2014, 242p.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, Luiz Antônio Machado et al. **Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos**. Brasília, ANPOCS, 1983. 303p. p.223-44. (Ciências Sociais Hoje, 2.)

RODRIGUES, Raimundo. **Os africanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. p. 262.

RODRIGUES. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. Bahia: Editora Guanabara, 1895.

RODRIGUES. **Mestiçagem, degenerescência e crime**. Hist. cienc. Saúde Manguinhos [online]. 2008, vol.15, n.4. Tradução de Mariza Corrêa do artigo “Métissage, dégénérescence et crime”, publicado nos Archives d’Anthropologie Criminelle, v.14, n.83, 1899. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702008000400014. <Acesso em: 23 de janeiro de 2017>.

PIRES, Homero. Prefácio da obra os Africanos no Brasil. In: RODRIGUES, Raimundo. **Os africanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. p 262

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil: 1870-1930**. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

SCHWARCZ. O espetáculo da-miscigenação. **Revista de Estudos avançados**. vol.8 no.20 São Paulo: Jan./Apr. 1994

SOARES, Cecília Moreira. **Mulher negra na Bahia do século XIX**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal da Bahia: 1994.

SOARES, Cecília Moreira. As ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX. In: **Afro-Ásia**, n. 17, p. 55-71, 1996.

QUILOMBOS: LUTA, RESISTÊNCIA E INSURGÊNCIA FEMININA – UMA ABORDAGEM SOCIOLÓGICA

Givania Maria da Silva¹

“Eu não nasci rodeada de livros e, sim, rodeada de palavras”. “Minha escrita é contaminada pela condição de mulher negra”. “O imaginário brasileiro, pelo racismo, não concebe reconhecer que as mulheres negras são intelectuais” (Conceição Evaristo)

Introdução

O presente artigo se propõe a discutir previamente, do ponto de vista sociológico, a atuação e as lutas das mulheres quilombolas em seus respectivos territórios para entender como têm enfrentado as questões derivadas do gênero, pontos convergentes ou divergentes entre as teorias feministas e as mulheres quilombolas, as tensões existentes e onde estas poderão ser localizadas. Os aspectos da dominação e da colonização aparecem para as mulheres de diversas formas e se manifestam por meios diversos: comunicação, mercado de trabalho, instituições de ensino públicas e privadas, níveis de escolarização, espaços de representações, entre outros. As desigualdades entre negros e não-negros, o acúmulo de riquezas produzidas pelas mãos escravizadas de homens e mulheres africanos e, posteriormente, de seus descendentes, testemunham ou atestam as marcas da colonização. Nesse contexto, não falamos apenas de riquezas materiais, mas também dos bens imateriais. Os conhecimentos produzidos até hoje no Brasil têm os beneficiários específicos, não sendo estes os negros, e em particular, não são as mulheres negras, já que são elas as mais excluídas e empobrecidas.

¹Mestre em Políticas Públicas e Gestão da Educação (2012) pela Universidade de Brasília (UnB) e doutoranda em Sociologia (UnB). Professora substituta da UnB, pesquisadora associada da Associação de pesquisadores negros e negras (ABPN) e membra do conselho fiscal. Integrante dos grupos de pesquisa NEAB – Núcleo de Estudos Afro Brasileiros/Ceam, Cauim e Geppherg/UnB/Brasil. Cofundadora e membra dos Coletivos de mulheres e Educação da CONAQ. Membra do conselho diretor da ONG Terra de Direitos, do Comitê Mulheres Negras Rumo a um Planeta 50-50 em 2030 e do Grupo Assessor da Sociedade Civil (GASC) da ONU Mulheres. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5094-2715>

1 Para começo de conversa

O Brasil é um dos países que se manteve por mais tempo na condição de Estado escravocrata. Esse processo atravessou mais de três séculos e deixou marcas que ainda hoje operam em desfavor das pessoas negras. Mesmo que tenha se construído uma narrativa de um país livre da escravidão, colonização (mito da democracia racial), as raízes desses fenômenos ainda são profundas. A dominação de um povo (povo branco) sobre outros (povos negros e índios) está anunciada pelas desigualdades entre as pessoas negras, os povos indígenas no Brasil. Nesse cenário, as mulheres estão com maior carga por se somarem entre si, e contra elas, os efeitos do machismo e do racismo.

E é nesse sentido que o texto faz uma provocação inicial sobre as teorias do feminismo negro e o lugar de fala das mulheres quilombolas, com o objetivo de contribuir como debate sobre mulheres quilombolas e suas formas de organização. Onde estão localizadas as mulheres quilombolas? As teorias, mesmo as do feminismo negro, já falam das e para as mulheres quilombolas?

A história que foi contada durante séculos nos leva a crer que a escravidão, além de ter sido um processo natural, foi aceita pelos negros e negras de forma pacífica. (Gomes, 2015; Gonzalez, 1984, 2009; Nascimento, 2019), e que os homens e mulheres africanos e, posteriormente, seus descendentes, não lutaram e resistiram contra o sistema escravista. A formação dos quilombos, por exemplo, é um dos marcos da resistência negra. As mulheres negras, embora não sejam localizadas como parte da luta por liberdade, com raras exceções, sempre foram e continuam sendo a força que move os processos de organização dos quilombos. Todavia, essas vozes sempre ou quase sempre foram silenciadas. Silenciar as vozes das mulheres é uma forma de violentar seus direitos.

É a violência que mantém a miséria de uma determinada população. Segundo a Organização Mundial de Saúde, a violência tem diferentes naturezas: física, sexual, psicológica, maus tratos e negligência. Assim, é possível reconhecer a violência como um fenômeno complexo, que deve também ser compreendida em suas dimensões cultural, ideológica, política, que atingem pessoas e sociedades, enraizando-se em seus modos de organização e relação. (Dossiê da mulher negra, 2015)

No caso dos quilombos, essas questões se aprofundam ainda mais, porque entram outros aspectos, tais como as questões territoriais e fundiárias, ambientais, o direito à propriedade, o modelo de desenvolvimento e a invisibilidade que foi imposta durante séculos, sendo “uma presença ausente e invisível” (SILVA, 2012).

É só na Constituição Federal de 1988 que aparece a nomenclatura “comunidades remanescentes dos quilombos” como sujeitos detentores de direitos e apontando a necessidade de o Estado não apenas reconhecê-los, mas titular, definitivamente, os territórios quilombolas, o que tem gerado debates intensos e tensos desde da promulgação da CF/88, com o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT². O direito à terra vem apoiado pelos artigos 215³ e 216⁴ da mesma norma, que, à luz da CF/88, outros direitos foram sendo debatidos e assegurados, tais como: saúde, educação e assistência social, constituindo-se o que podemos chamar de direitos quilombolas, amparados no conceito e nas ações afirmativas, na luta e organização do movimento negro. Apesar dos avanços ainda constatamos que:

As mulheres negras representam o principal grupo em situação de pobreza. Somente 26.3% das mulheres negras viviam entre os não pobres, enquanto 52.5% das mulheres brancas e 52.8% dos homens brancos estavam na mesma condição (IPEA, 2011). A maioria das mulheres negras reside nas regiões com menor acesso a água encanada, esgotamento sanitário e coleta regular de lixo. Por isso, estão mais expostas a fatores patogênicos ambientais e àqueles fatores decorrentes de sobrecarga de tarefas de cuidado com o domicílio, o ambiente, com seus residentes e a comunidade, sob condições adversas e sem anteparo de políticas públicas adequadas. E ainda, apresentam risco aumentado de acidentes domésticos, de trajeto e no ambiente de trabalho. (Dossiê da mulher negra, 2015, p.11)

Porém, nesse debate e nos dados apresentados, temos visto ficarem de fora questões relevantes que pouco têm sido discutidas. Refiro-me à presença e atuação das mulheres quilombolas nos seus respectivos territórios. O que nos chama atenção é o fato de as mulheres quilombolas terem em seus territórios papéis significativos

² Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

³ O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. § 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional. § 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais. § 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005).

⁴ Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. § 1º O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

para a manutenção da luta, começando ainda nos navios negreiros e se mantendo atualmente. Mesmo assim, pouco se sabe ou ainda são muito escassos os registros que apontam para esse caminho, pois, pelas mulheres quilombolas e com elas nos quilombos estão as estratégias de luta e resistência, os conhecimentos guardados e repassados de geração em geração, ou seja, os saberes, o conhecimento – a ciência quilombola. O que se observa é que as mulheres quilombolas atuam, entre outros campos, como guardiãs dos conhecimentos tradicionais nos territórios, fortalecendo ainda mais esse “ser quilombola de resistência”.

Além disso, não se vê nos debates teóricos, ou melhor, nas teorias feministas no campo da Sociologia, as mulheres quilombolas como parte desse debate feito pelo feminismo. O fazer-viver das mulheres quilombolas ainda são invisibilizados, seja pelas suas especificidades, seja porque as teorias feministas ainda não alcançam o universo diverso, plural e específico ao mesmo tempo que as mulheres quilombolas.

2 Mulheres, territórios quilombolas e seus significados

A palavra significado aqui reúne e amplia a importância do termo e seu sentido descrito nos dicionários: “relação de reconhecimento, de apreço; valor, importância, significação, significância. Definição atribuída a um termo, palavra, frase, texto; aceção. Aquilo que alguma coisa quer dizer; sentido”⁵. Para o uso aqui, contempla o que não foi visto, dito, escrito e que, apesar de parecer sem sentido, tem significados para quem busca, vive, sente e pertence.

E é nessa busca de sentido que nos deparamos com as contradições das teorias que buscaram trazer para a agenda ou construir uma agenda a partir das questões de gênero ou do feminismo ou mesmo do mulherismo⁶, sem romper com as formas hegemônicas e únicas para definirem as lutas de mulheres negras em diversas

⁵ <https://www.dicio.com.br/significado/>. Acesso em 02 de maio de 2020, às 15h:26.

⁶Mulherismo Africano é usado para descrever aquelas mulheres, homens e crianças que são pessoas Africanas continentais ou membros da diáspora que vivam nas sociedades europeias ou europeizadas fora do continente. Este termo reconhece a especificidade cultural e experiencial de um povo diversificado. Por causa de uma necessidade pela “intelligentsia” europeia de distinguir tipos humanos como raças, povos Africanos foram categorizados como uma raça negra que pode variar do preto ao marrom. [...] O Mulherismo Africano pode ser visto como fundamental para o contínuo desenvolvimento da teoria Afrocêntrica. Mulherismo Africano traz à tona o papel das Mães Africanas como líderes na luta para recuperar, reconstruir e criar uma integridade cultural que defenda os antigos princípios Maáticos de reciprocidade, equilíbrio, harmonia, justiça, verdade, justiça, ordem e assim por diante. Nesse sentido, creio que possa expressar ser um termo que desenvolverá ainda mais a teoria Afrocêntrica. (Dove, Nah, 1998, p.21)

partes do mundo, com pertencimentos étnicos-raciais, territoriais, religiosos, geográficos tão plurais, colocando uma única lente para alcançar a todas.

Considerando o que já afirmou, Sueli Carneiro (2003), numa convocação para “enegrecer o feminismo” e Jurema Werneck (2005), ao afirmar que as lutas das mulheres negras não estão circunscritas nas bases do feminismo branco, pois elas nascem de outras bases, arrisca-se dizer que os fazeres organizativos das mulheres quilombolas ainda não estão presentes nesses debates e teorias.

Ao se considerar as especificidades e suas relações com elementos simbólicos, por exemplo, os territórios, a cura, a relação com o meio ambiente, principalmente por que os lugares, as regiões geográficas, a relação com a religião e os aspectos culturais em geral, perceber-se que ainda há ausências de abordagens teóricas que se aproxime mais das mulheres quilombolas. Esses aspectos ajudam e somam na construção de uma identidade racial e de gênero e ordenam as bandeiras de lutas, bem como as estratégias de enfrentamento para determinadas questões, por que não dizer de todas elas.

Quais são os significados das lutas de gênero ou de um feminismo para uma mulher negra urbana? E para uma mulher negra ou urbana e quilombola? Teria a mesma lógica e o mesmo significado? A vida no meio rural acontece do mesmo jeito que no meio urbano? Que valores urbanos são comuns ao mundo rural? Não estou afirmando que as mulheres quilombolas urbanas tenham perdido o seu sentido do ser, nem que as mulheres negras em geral não tenham pautas comuns às mulheres quilombolas. Apenas refletindo sobre esses dois mundos, rural e urbano e as perspectivas de gênero que, por si, só se dividem e levam consigo ou constroem para si seus próprios significados.

Mesmo no meio rural existem várias ruralidades, assim como existem várias urbanidades, ou seja, formas diferentes de viver esses dois mundos e que interferem nas formas de organização e lutas dos homens e das mulheres que nesses espaços habitam.

Portanto, pensar esses mundos, rural e urbano, dialogando com as mulheres quilombolas a partir de uma única teoria é cair na armadilha do pensamento totalizante e hegemônico, visto apenas por aqueles e aquelas que olham para o “outro(a)” e os(as) comparam a partir de sua visão de mundo, cultura, crença, região, possibilidades de acessos aos bens materiais e imateriais, aspectos religiosos, nomeando, descrevendo, e qualificado ao seu modo.

Para Arguedas (2017), “o conceito de território oferece muitas possibilidades teóricas e políticas para compreender esses complexos processos de reorganização social que estão em curso no mundo todo”. Buscar caminhos que levem a compreender o que as mulheres negras quilombolas, os/as jovens negros/as, os/as indígenas, o que representam seus territórios em suas vidas e vice-versa, pode ser estratégico para que outras vozes ecoem, sendo que desta vez por meio de seus próprios sons.

Por isso, reconhecer a diversidade e pluralidade entre as mulheres e poder com elas construir possibilidades de ampliar as formas de tratar as questões que envolvem as mulheres negras, mas, em particular, as mulheres quilombolas, pode ser a chave para estabelecer um diálogo mais profícuo entre as mulheres, suas organizações e as teorias.

As mulheres negras são exploradas de diversas formas (GONZALES, 1984; COLLINS, 2015). Uma dessas forma é pelo seu pertencimento étnico-racial. São obrigadas, em muitos momentos, a pagarem com seus corpos o preço do machismo, racismo e das colonialidades de uma única forma – com a vida. E, quando depois de muitos anos e por muita pressão dos movimentos sociais negros, o Estado brasileiro começa a dar sinais, por meio de políticas públicas, de minimizar os danos por ele mesmo causado e propõem ações afirmativas, aqueles que tiveram suas riquezas a partir do sistema escravista reagem fortemente, assim como fizeram com as cotas raciais nas universidades públicas e no processo de regulamentação para titulação dos territórios quilombolas, políticas para mulheres, PROUNI, entre outros.

Não obstante, essas ações e políticas públicas ainda não tinham sequer chegado para muitos dos(as) destinatários(as), menos ainda para mulheres negras e quilombolas. No atual contexto de violação de direitos, desumanização e destituição do papel do Estado, são as mulheres negras, os quilombolas, os povos indígenas e as populações periféricas que novamente são atingidos. Ao se diminuir direitos, desmontar e extinguir políticas públicas que pudessem atender suas demandas, novamente, vemos essa possibilidade se distanciar ainda. O Brasil é um Estado que se constituiu e se mantém atualmente a partir do racismo e do patriarcado branco. As instituições do Estado refletem a herança colonial em práticas institucionais, identificado como o racismo estrutural institucionalizado (SILVA & SOUZA, 2019). Para os quilombos esse racismo se materializa exterminando vidas e provocando mais conflitos (ARAÚJO & SILVA, 2019).

Esse confronto, datado da invasão dos portugueses no Brasil, tem produzido muitas mortes socioculturais e ambientais que não se relacionam apenas com os sujeitos envolvidos diretos, os quilombolas, mas com o conjunto da sociedade. A desterritorialização dos quilombolas aumenta ainda mais as desigualdades entre negros e brancos, entre campo e cidade, aumenta o êxodo rural, já que a maioria dos quilombos está no meio rural e todas as consequências oriundas desse fenômeno, tornam as cidades cada vez mais o lugar que não abriga, não acolhe e por isso extermina mulheres, jovens negros e população periférica, que também é negra. O que nos dizem as teorias sobre esses fenômenos tão naturalizados pela sociedade? É preciso refletir sobre esses fenômenos à luz da organização das mulheres quilombolas, nesse permanente “aquilombar-se” (SOUZA, 2016) para garantir a vida e a liberdade.

Nesse contexto, as mulheres quilombolas, por sua vez, constroem esse tecido social e organizativo nos quilombos. É preciso com elas buscar o sentido do “aquilombar todos os dias”, e, quem sabe, encontrar algumas respostas para as perguntas iniciais desse texto, em que a teoria não substitui a prática, ao contrário, são as práticas e nas práticas que se forjam as teorias. A ideia do aquilombar-se pode inspirar novas formas de enfrentamento e lutas contra as opressões contra as mulheres.

3 Pausando a conversa

Pausar a conversa significa dizer que vamos continuá-la em outros momentos e perspectivas. A pausa também significa um momento de ganhar força e fôlego para dá sequência à conversa iniciada. Certamente muitas lacunas ficaram em aberto nessa conversa e algumas questões foram tratadas ainda sem a devida profundidade.

Portanto, o objetivo do texto era provocar um ensaio para novas reflexões no campo sociológico sobre quilombos, tema ainda pouco debatido pela Sociologia, sobretudo, em relação às mulheres quilombolas. Considero relevantes as provocações aqui feitas, mas carecem de discussões mais aprofundadas. A forma como as mulheres quilombolas lidam com suas identidades e a partir delas lutam contra o racismo, machismo e pelo direito a políticas públicas e ao bem-viver, possui em si particularidades.

Se se cumprir essa tarefa, cumpre-se também a nossa intenção, pelo menos de imediato, requerendo um tempo maior para amadurecer algumas questões aqui levantadas. Contudo, registra-se a importância desses temas, para que com eles e a partir deles possamos contribuir para visualizar os corpos e ações, ouvir as vozes que historicamente foram silenciadas e subalternizadas – as vozes das mulheres negras e quilombolas. Esse movimento poderá contribuir para que esses corpos se apresentem e se anunciem com suas próprias vozes, assegurar as especificidades e agências sejam entendidas e respeitadas.

Portando, pensar em território, mulheres e organização dos quilombos envolve um complexo de questões interligadas umas às outras de natureza material, imaterial, sociocultural e político. As dificuldades enfrentadas pelos quilombolas, sobretudo, pelas mulheres, muitas delas estão relacionadas ao acesso ao território, de onde partem suas lutas. Por isso reconhecer as territorialidades e identidades dessas mulheres é parte fundamental para se compreender as formas de organizações. Esses fatores são importantes e a negação deles têm gerado vários tipos de conflitos. É preciso pensar a partir de suas complexidades, multiplicidades e diversidades. Não se faz isso sem pensar nas/com as mulheres, pois como já dito, elas movem o tecido social e organizativo dos/nos quilombos.

Por fim, não se pode deixar de buscar significados emancipatório das lutas. Muito menos atuar para descolonizar corpos e mentes, para romper com os conceitos e teorias que sustentaram e ainda sustentam a supremacia branca, masculina e eurocêntrica, pois são eles que impedem que a construção de uma sociedade mais justa e solidária seja um sonho e uma busca de todas e todos.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa de 1988**. Brasília, 1988.

ARAÚJO, E. F. & SILVA, Givânia M. da. Racismo e violência contra quilombos no Brasil. In. **CONFLUÊNCIAS**, v. 21, n.2, 2019 | pp. 196-208

ARGUEDAS, A. Gutiérrez: **Identidade étnica, movimento social e lutas pelo território em comunidades quilombolas**: o caso de acauã (RN), *GEOgraphia*, Vol.19, No 39: jan./abr, 2017

CARNEIRO Sueli. Mulheres em movimento. **Revista estudos avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, set./dez. 2003.

COLLINS, Patrícia Hill. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de Análise e conexão In: **Reflexões e práticas de transformação**

feminista/Renata Moreno (org.). São Paulo: SOF, 2015. 96p. (Coleção Cadernos Sempre viva. Série Economia e Feminismo, 4)

DOSSIÊ DA MULHER NEGRA, 2015

DOVE, Nah. Mulherisma Africana: Uma Teoria Afrocêntrica. Tradução: Wellington Agudá. In: **Jornal de estudos negros**, Vol. 28, Nº 5, Maio de 1998.

GOMES, Flávio dos Santos: **Mocambos e quilombos**: uma história do campesinato negro no Brasil / Flávio dos Santos Gomes. — 1a ed.— São Paulo, 2015.

GONZÁLES L. **Por um feminismo Afro-latino-americano**, Havana, 2009. Tradução Thatiane X.

GONZALES, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. In: **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244

NASCIMENTO, A. do. **O quilombismo**. 3ª ed. rev.—São Paulo: Editora Perspectiva; Rio de Janeiro: Ipeafro, 2019.

SILVA, Givânia M. da. & SOUZA, Bárbara O. As cotas raciais na UnB: avanços, desafios e questões abertas. In. **Humanidade**, nº 63 - Dossiê Vida Negras Importam. Brasília, 2019.

SOUZA, Bárbara O. **Aquilombar-se**: panorama sobre o Movimento Quilombola Brasileiro. Curitiba: Appris, 2016.

WERNECK, Jurema. **De lalodês a feministas**. Reflexões sobre a ação política das mulheres negras na América Latina e Caribe. *Nouvelles Questions Féministes – Reveu Internationale Francophone*, v. 24, n. 2, 2005.

PARTE II: A RESISTÊNCIA CONTEMPORÂNEA

O PENSAMENTO LIBERTADOR FREIREANO: FIOS DA EXISTÊNCIA, RELAÇÕES COM AS DIFERENÇAS E CONTRIBUIÇÕES PARA O CAMPO DE GÊNERO

Maria do Carmo Gonçalo Santos¹

Introdução

O artigo, tecido a partir do convite para participar da XVIII Semana da Mulher da UNICAP, que tem como tema: “Mulher e educação: o caminho para a transformação”, instigou-nos a tratar do pensamento de Paulo Freire e suas contribuições para o campo de gênero. Para tanto, puxamos alguns fios do pensamento freireano, através de livros que dizem da relação com as diferenças, para situar a interação entre sua presença existencial no/com o mundo e o seu pensamento libertador. Elegemos categorias que perpassam suas obras e evidenciam sua coerência. Esse percurso possibilitou identificar contribuições do pensamento freireano para as discussões da multi-interculturalidade e para o campo de gênero. Assim identificamos a educação libertadora freireana como possibilidade para a tomada de consciência em relação às desigualdades de gênero, através da revisão das linguagens e posturas androcêntricas, da emancipação coletiva, da humanização e da condição do ser mais.

1 Alguns fios do pensamento de Paulo Freire

O pensamento de Paulo Freire é tecido a partir de fios da sua existência no/com o mundo. Ele fala das suas andanças pelo mundo, a partir da sua relação íntima com a linguagem, da compreensão da sua condição humana de inacabamento e de estar fincado no chão da sua história, dos contextos políticos e sociais. Sua escrita é construída na relação com os pares, cheia de significados, a partir das narrativas autobiográficas, que ele partilha com todas e todos, e nos convida a pensar juntos com ele. Suas reflexões e provocações formam uma trama instigante, colorida pela esperança e pelo desejo de transformação.

¹ Doutora em Educação pelo Núcleo de Formação de Professores e Prática Pedagógica, UFPE (2016), professora da UFPE/NFD/CAA e vice-coordenadora do Curso de Pedagogia. E-mail: maria.cgsantos@ufpe.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0892001190378231>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5760-6009>.

Paulo Reglus Neves Freire nasceu no Recife, em 19 de setembro de 1921. Faleceu em 2 de maio de 1997, com 76 anos, em São Paulo, devido a complicações em uma operação de desobstrução de artérias. Desde 2012 é o patrono da educação brasileira (BRASIL, 2012). Aprendeu a leitura da palavra, cheia de significados e a partir daquelas utilizadas no cotidiano, escrevendo no chão do quintal, com gravetos de uma mangueira, com a ajuda da sua mãe. A transição da casa para a escola, já alfabetizado, foi tranquila, porque a primeira professora, Eunice, o estimulava ao gosto pela “formação de sentenças”, muito mais do que cobrava a necessidade de aprender as regras gramaticais (GADOTTI, 1996). Essas vivências são recordadas em “A importância do ato de ler”, como um reviver criativo que inspira seus escritos, nas palavras de Freire, como “[...] se estivesse fazendo a arqueologia de minha compreensão do complexo ato de ler, ao longo de minha experiência existencial” (FREIRE, 2003 a, p.19), levam-no a definir a alfabetização como um ato político.

Foi morar em Jaboatão dos Guararapes-PE, onde sentiu a dor da partida do pai, e as experiências de perda e privação o ensinaram sobre as desigualdades de classe e sobre ser radical, sobre como ir à raiz das situações, em busca das origens das dores, das injustiças e na luta pela transformação.

Em *Pedagogia da Esperança* (FREIRE, 2009), ele fala em fazer a “arqueologia da dor”. Freire conta que sentia desesperança, melancolia, tristeza ao lidar com chuva, céu nublado, lama e vegetação verde. Freire procurou tomar o mal-estar como objeto de curiosidade. Depois de refletir, percebeu que os sentimentos só apareciam quando esses elementos estavam em relação; mas, não sabia o porquê daqueles sentimentos. Ele conta que foi a Jaboatão à procura da sua infância e visitou a casa onde foi criado e onde seu pai faleceu, lembrando daquele dia triste, chuvoso, do gramado onde corria com os pés enlameados. Através da lembrança dessas cenas conseguiu fazer a arqueologia da sua dor. Esse movimento de busca, de compreensão, de retorno às origens pôde impulsioná-lo a buscar caminhos para alimentar a esperança, categoria central no pensamento de Paulo Freire.

Dedicou-se ao magistério e atuou como professor de Português. Desse modo continuou sua paixão pela linguagem e a construção de um “jeito de ensinar gramática” diferente, tomando como material didático o texto produzido pelas estudantes, pelos estudantes (FREIRE, 2011). Formou-se em Direito, mas desistiu da carreira logo quando assumiu uma causa de cobrança, por questões ideológicas, de classe.

Na diretoria do setor de Educação e Cultura do SESI, pôde se dedicar à Educação de Pessoas Jovens e Adultas. Em 1960 coordenou trabalhos no Movimento de Cultura Popular, no Poço da Panela e pesquisas com os Círculos de Cultura. Seu trabalho com a leitura de mundo e da palavra foi desenvolvido em Angicos-RN, a partir do qual ficou conhecido pelo “método de alfabetização” (investigação temática, tematização, problematização); embora saibamos que seu pensamento ultrapassa a dimensão de um método (SOUZA, 2001).

Em 1964 foi coordenador do programa Nacional de Alfabetização do MEC e, com o golpe militar, foi perseguido. Suas experiências à frente do projeto de Educação Popular e de alfabetização de adultos, em tempos de vigilância e controle políticos, desembocaram em perseguições e exílio por 16 anos (Bolívia, Chile, EUA e Suíça). A condição de exilado possibilitou a Freire conhecer outros lugares, pessoas, desenvolver reflexões e produções. Contribuiu com o sistema de ensino de vários países da África, interessados pelo princípio da autodeterminação. Também incorporou as aprendizagens advindas dessas relações ao seu pensamento (GADOTTI, 1996).

Ao falar sobre o exílio, diz que é preciso uma “educação da saudade” para lidar, de forma crítica, com o contexto de empréstimo, ou seja, com o contexto real em que estamos neste momento. A educação da saudade diz do enfrentamento, diferente da criação de ilusões de que retornaremos rapidamente ao nosso lugar/situação de origem (FREIRE, 2009).

As vivências afetivas, desafiadoras e cheias de sentido estão presentes no pensamento libertador/progressista de Freire, autodefinido como pensador pós-moderno que defende a radicalidade, diferente do radicalismo:

Creio, mais do que creio, estou convencido, de que nunca necessitamos tanto de posições radicais, no sentido em que entendo radicalidade na Pedagogia do Oprimido, quanto hoje. Para superarmos, de um lado os sectarismos fundados nas verdades universais e únicas; do outro, as acomodações “pragmáticas” aos fatos, como se eles tivessem virado imutáveis, tão ao gosto de posições modernas, os primeiros, e modernistas, as segundas, temos de ser pós-modernamente radicais e utópicos. Progressistas (FREIRE, 2009).

A radicalidade, em Freire, não diz da fixidez do pensamento, mas da mobilização pela transformação, tomando a utopia como caminho possível. O pensamento freireano é tecido a partir de categorias-chave que contribuem para o campo do conhecimento, em várias áreas dos saberes, não só para a educação e

para a vida. Essas categorias articulam-se e perpassam coerentemente o pensamento progressista libertador.

2 O pensamento libertador freireano e algumas categorias que se entrelaçam e enlaçam o seu pensamento: a humanização, o inacabamento, a radicalidade, a dialogicidade e a diretividade

O pensamento libertador tecido por Paulo Freire traz contribuições que modificam as propostas educativas anteriores porque visa a transformação das relações sociais. Para Libâneo (2005), as tendências pedagógicas liberais (tradicional, progressivista, não-diretiva e tecnicista) são superadas pelas tendências progressistas (libertadora, libertária e crítico-social dos conteúdos), devido ao engajamento com a transformação social. Assim, Freire protagoniza a ruptura entre as tendências liberais e as progressistas, trazendo a dimensão do coletivo, das mudanças sociais como finalidade da educação. Freire diz que “A crítica que a educação libertadora tem para oferecer enfaticamente não é a crítica que termina no subsistema da educação. Pelo contrário, a crítica na sala de aula libertadora vai além do subsistema da educação e se torna a crítica da sociedade” (FREIRE, 2011, p.65).

O pensamento libertador ultrapassa a educação escolarizada, a escola e a sala de aula, pois toma a realidade social como objeto de estudo e transformação. O pensamento libertador não foi tecido, em sua origem, para ser trabalhado nos espaços escolares especificamente, porque tem raízes nos espaços não escolares. As contribuições freireanas consistiam/consistem numa prática pedagógica, vivenciada nos “círculos de cultura”, formados por grupos de discussões, que partilhavam saberes através de “temas geradores” surgidos e problematizados na realidade cotidiana das/os aprendentes. No entanto, com base nessas características e concepções de cunho político-pedagógico, vemos que o pensamento de Freire orienta projetos e práticas pedagógicas em todas as etapas, níveis e modalidades da educação, em espaços escolares e não escolares do Brasil e do mundo.

O papel da escola, nessa Pedagogia, é refletir, questionar, problematizar as relações do/a aluno/a com o seu meio, provocando sua consciência, na perspectiva da transformação social. Os conteúdos são pensados e trabalhados através de temas ou categorias surgidas da realidade dos/as alunos/as e problematizados criticamente. A metodologia, nesta tendência libertadora, é vivenciada de forma participativa, com a formação de grupos de discussão, em sala de aula. A relação entre professores,

professoras e estudantes é horizontal, considerando-os como sujeitos do ato do processo do conhecimento. As situações, os momentos de ensino e aprendizagem valorizam a problematização dos conteúdos provenientes da realidade, com a participação de todos e todas.

Dentre as várias categorias que perpassam o pensamento freireano destaque, nesta discussão: a humanização, o inacabamento, a radicalidade, a dialogicidade e a diretividade.

A educação freireana situa a **humanização** como finalidade educativa, inscrita na natureza inacabada da humana, do humano. A humanização dirige, direciona o trabalho educativo para sua potência criativa, afetiva, horizontalizada das relações. A educação humanizadora de Freire confronta a desumanização, enquanto distorção da vocação ontológica da humana, do humano e trabalha no sentido da libertação coletiva, diferente da perspectiva individual do *empowerment* (FREIRE, 2011).

A educação humanizadora se contrapõe à educação instrumentalizadora, bancária, que submete, sujeita e objetifica o outro, a outra. A humanização considera e valoriza as diferenças, sem hierarquizar os sujeitos; pelo contrário, situa e revela as relações de poder que permeiam as estruturas sociais.

O **inacabamento**, em Freire (2001c, 2003a, 2009), é a busca permanente pela construção do “Ser Mais”, no sentido de desenvolver autonomia, pensamento crítico, sempre em relação, encarnado na realidade cultural, com vistas à transformação das desigualdades. A condição humana possibilita-nos ter consciência no nosso estar no/com o mundo, diferente dos animais não humanos, que usam o mundo como suporte, apoio, estrutura para sobrevivência.

Desse modo, a história é tomada como possibilidade, através dos conflitos, contradições e dos diálogos que favorecem sua reinvenção. Essa compreensão supera a visão linear da história como fatalismo ou repetição. As ações humanas são vinculadas a um tempo histórico, que influenciam, orientam e dizem das realizações por sujeitos situados, que também refazem o seu tempo e se refazem (FREIRE, 2001b).

A educação é, portanto, *práxis*², movimento, relação, reinvenção na articulação teoria e prática comprometidas com as transformações “[...] viabilizando cada vez

² A prática, como conceito relacional da *práxis*, assume a mesma intencionalidade que motiva a teoria, agora no campo do concreto, do materialmente transformável. Assim como a teoria não transforma a realidade, a prática, sozinha, a prática pela prática, como ativismo “desinteressado”, desemboca numa ação assujeitada, dependente de

mais a posta em prática de uma educação voltada para a responsabilidade. Dedicada, por isso mesmo, à libertação das injustiças e discriminações de classe, de sexo e de raça” (FREIRE, 2001b, p. 44).

A **radicalidade** é o desenvolvimento da capacidade humana de se experimentar como ser cultural, histórico, inacabado/ e consciente desse inacabamento (FREIRE, 1996), de buscar a raiz, a origem das situações. Ela possibilita a passagem da consciência intransitiva (explicações mágicas), para a consciência transitiva ingênua (explicações míticas); podendo alcançar a consciência crítica (princípios causais), no sentido de superar a condição de passividade e de alheamento em relação à capacidade de compreensão e de tomada de decisões. A busca pela radicalidade, em Freire, ocorre com a superação, não linear e automática, do estado de intransitividade, no qual o sujeito não consegue captar a realidade, apreendê-la; apenas se submete a ela como um dado; e ainda, com a superação da transitividade ingênua, que também ameaça sua condição histórica de dialogar com o mundo, através da massificação da consciência, por meio do fanatismo. Assim,

A transitividade crítica por outro lado, a que chegaríamos com uma educação dialógica e ativa, voltada para a responsabilidade social e política, se caracteriza pela profundidade na interpretação dos problemas. Pela substituição de explicações mágicas por princípios causais. Por procurar testar os ‘achados’ e se dispor sempre a revisões. Por despir-se ao máximo de preconceitos na análise dos problemas e, na sua apreensão, esforçar-se por evitar deformações. Por negar a transferência de responsabilidade [...] (FREIRE, 2008, p. 69).

A radicalidade, efetivada por meio da passagem da condição de intransitividade, da transitividade ingênua para a transitividade crítica, afirma escolhas e evidencia os meandros da universalização cultural. As diferenças são afirmadas e valorizadas no que têm de próprio, de autêntico, de riqueza cultural, preservando suas idiossincrasias da ameaça da padronização, do alheamento, da artificialização, que têm marcado as sociedades contemporâneas, pelo poder sedutor do mercado, da mídia e das tecnologias.

A conscientização, nessa perspectiva, envolve o movimento de reflexão-ação e transformação (*práxis*), que se dá na vivência, através das relações de conflito e dos referentes culturais múltiplos. Para Freire, ninguém conscientiza ninguém a nada, as pessoas se conscientizam a partir das relações.

determinações externas apenas. Por isso, “[...] a prática não fala por si mesma e exige uma relação teórica com ela: a compreensão da *práxis*” (VAZQUEZ, 1977, p. 237)

A **dialogicidade**, em Freire, é condição histórica do processo de desenvolvimento humano, é postura que se assume na relação. Freire diz que, primeiro, é preciso compreender que o diálogo não é uma técnica apenas, para lidar com a educanda, o educando, para facilitar o trabalho educativo. Muito menos uma estratégia de manipulação das pessoas (FREIRE, 2011).

A pedagogia libertadora de Freire toma o diálogo como o encontro, a relação entre as pessoas para discutir, refletir e buscar transformar a realidade. Ela enfatiza a horizontalidade da relação pedagógica, através do diálogo, justamente para problematizar a relação de poder existente na educação bancária. Na pedagogia libertadora o objeto do conhecimento medeia a relação entre os sujeitos, que se reúnem para estudá-lo (FREIRE, 2011). O diálogo demanda a autoridade, diferente do autoritarismo, e pede liberdade, inclusive, para que os sujeitos tenham o direito de ficar em silêncio.

A dialogicidade na relação não impede a **diretividade** do processo educativo, por quem o coordena. Ela é necessária para dar conta da intencionalidade pedagógica, mas a diretividade é em relação ao processo, não em relação ao sujeito em si, no sentido de controlá-lo.

A educação freireana situa a importância da diretividade do trabalho educativo, afirmando a impossibilidade da sua neutralidade. A diretividade refere-se à explicitação teórico-prática da intencionalidade da professora, do professor, da instituição, ao dever ético de posicionar-se, respeitosamente, frente às concepções divergentes. Para Freire:

O professor libertador nem manipula nem lava as mãos da responsabilidade que tem com os alunos. Assume um papel diretivo necessário para educar. Essa diretividade não é uma posição de comando, de 'faça isso' ou 'faça aquilo', mas uma postura para dirigir um estudo sério sobre algum objeto, pelo qual os alunos reflitam sobre a intimidade da existência do objeto (FREIRE, 2011, p.280)

A diretividade, atenta e contrária à atitude de manipulação e controle, exprime a coerência entre o discurso e a ação (FREIRE, 2009).

A pedagogia libertadora elabora e produz categorias que contribuem para um outro pensar e fazer educativo, porque ultrapassa os muros da escola, como o próprio Freire nos diz. Assim, identificamos, junto com outros/as autores/as, que ele é um dos precursores do pensamento multi/intercultural e seus estudos são férteis para as dinâmicas das diferenças.

3 As contribuições Freireanas aos estudos multi/interculturais e ao campo de gênero

Freire contribui para refletir acerca das relações injustas e articula as dimensões de classe, raça, gênero, geração em suas obras. Paulo Freire configura-se como um autor contemporâneo, que antecipa os Estudos Culturais (CANDAU, 2012; SILVA, T., 2007). A pertinência e a atualidade do seu pensamento, para as discussões de gênero e de sexualidade, são destacadas por visualizarmos em suas obras o trato com as diferentes formas de opressão/subordinação, entre elas, as de gênero³.

Souza, em seu livro “Atualidade de Paulo Freire”, trata das contribuições à educação na diversidade cultural, nas perspectivas multi, inter ou transculturais. Santiago (2006) apresenta a pedagogia freireana, a partir de um mapa conceitual, as dimensões da base teórico-metodológica do currículo e o desenvolvimento da prática pedagógica. Ela afirma que, “em síntese, a educação em Paulo Freire ao ser entendida como processo de humanização do sujeito – do homem e da mulher – como forma de inserção no mundo e de intervenção na realidade, marca o currículo emancipatório na perspectiva multicultural” (SANTIAGO, 2006, p. 79).

A educação crítica freireana ajuda a ver o currículo, em sua multidimensionalidade, como movimento e relação. A pertinência e a atualidade do seu pensamento para as diferenças são destacadas por visualizarmos em suas obras o trato com as diferentes formas de opressão/subordinação e a necessidade de sua superação, através de uma educação emancipatória.

Wash (2011) evidencia as aproximações entre a pedagogia decolonial e a pedagogia crítica de Paulo Freire. A Pedagogia decolonial, enquanto possibilidade de desaprender o que foi imposto pela colonialidade. Ela situa as contribuições de Freire à educação radical nos anos 1970 e 1980, em todo o mundo; e para a compreensão da prática educativa como espaço de luta. Wash tece críticas à Freire, dizendo que o autor dá ênfase à condição de classe, que enlaça outras dinâmicas da opressão, não evidenciando a colonialidade como elemento de desumanização.

³ Andreola (2015) apresenta as contribuições de Freire à condição das mulheres a partir de várias obras, revelando que esta é uma temática que perpassa sua produção; portanto, a proposta de educação crítica libertadora envolve e ultrapassa a dinâmica de classe.

No campo de gênero e de sexualidade, Furlani apresenta as contribuições de Freire à educação sexual, situando a abordagem emancipatória de educação sexual, que é aquela que trabalha, de forma crítica e cultural, os temas e vivências sobre sexualidade nas escolas.

A horizontalidade da relação pedagógica, como contribuição da pedagogia freireana à pedagogia feminista, é apontada por Louro (1997) pela importância política e pelo esforço de transformação.

Para Freire, “[...] o sexo só não explica tudo. A raça só, também. A classe só, igualmente. A discriminação não pode, de forma alguma, ser reduzida a um problema de classe como o sexismo, por outro lado” (2009, p. 156). Desse modo, as dinâmicas das diferenças compõem a discriminação abordada por Paulo Freire, que indica suas interseções.

O conhecimento de Freire sobre a linguagem possibilita que ele nos alerte sobre os atravessamentos ideológicos da linguagem. Além da necessidade de revisão da linguagem androcêntrica, com implicações no currículo, a educação crítica freireana adverte-nos sobre a crítica ao tratamento “adocicado” atribuído às professoras, nomeadas de “tias” em várias escolas brasileiras. Também chama a atenção para a potência discriminatória da conjunção adversativa “mas”, destacada como forma linguística de expressar e preservar o preconceito que, muitas vezes, articula classe, raça e gênero (FREIRE, 2001b).

Para nós, Freire contribui para uma educação multi/intercultural a partir da compreensão do inacabamento humano, que possibilita “esperançar” por transformações; uma esperança mobilizadora, dinâmica e atuante que mantém a humanidade ativa, na sua relação com/no mundo.

A utopia, na perspectiva do “inédito viável” (FREIRE, 2009), remete à mobilização das pessoas no enfrentamento das “situações-limite” em busca da superação das desigualdades. A utopia, a partir de Freire (2009), exige a compreensão de que a história está em movimento e as transformações são possíveis de acontecer. O desejo pela libertação da sociedade, frente à realidade de preconceitos e de desigualdades, instiga-nos a pensar em “pontos de fuga”, em saídas para as situações-limite.

A utopia faz-se presente no processo de mudança através da possibilidade de realização. Ela visa à superação, sempre em movimento, das condições de

aprisionamento. A ideia utópica do “ainda não”, é esse horizonte sedutor e instigante que McLaren ajuda a compreender, quando diz:

[...] a libertação nunca é uma satisfação encapsulada de algum fim prefigurado construído no templo da memória, mas sim a tensão vivida entre a duração da história e o discurso da possibilidade. Ela reside na abordagem do *Aufhebung* – a nossa passagem por dentro do ‘ainda-não’ – e na busca pela utopia imanente diante da crise de significados e das relações sociais que a alimentam (MCLAREN, 1997, p. 101).

A utopia, nessa perspectiva, não diz de algo inalcançável, abstrato e impossível; mas, trata do mote que nos instiga a perseguir nossos objetivos de libertação, em busca de novos significados, de transformação das desigualdades, entre elas, as de gênero.

Articular as contribuições freireanas ao campo de gênero, leva a trazer, inicialmente, a Pedagogia da Esperança, tomando os desafios no cenário atual como motivação/instigação, mobilizando a o lugar de fala da autora, das mulheres-professoras, os “pontos de apego temporários” (BENTO, 2006).

Em Pedagogia da Esperança, Freire pede desculpas pela linguagem machista presente em seus textos e em sua vida; e diz ter sido alertado por escritoras feministas em 1970, após a publicação da Pedagogia do Oprimido. Ele reconhece que a linguagem androcêntrica não é “[...] um problema gramatical, mas, ideológico” (FREIRE, 2009, p.67), que se materializa em práticas discriminatórias e coloniais na relação com as mulheres. Freire diz que respondeu a todas as cartas enviadas pelas feministas norte-americanas, agradecendo as contribuições e que, a partir de então, prefere “enfeiar as frases” a cometer tal incoerência. Ele acrescenta: “[...] ao escrever ou falar uma linguagem não mais colonial eu o faço não para agradar a mulheres ou desagradar a homens, mas, para ser coerente com minha opção por aquele mundo menos malvado de que falei antes” (FREIRE, 2009, p.70).

Diante do posicionamento de Freire, muito mais do que cobrar, como fazem alguns teóricos e teóricas, podemos agradecer por todas as suas contribuições, inclusive em relação às questões de gênero. Compreendemos que a linguagem androcêntrica também merece ser revisada. Entretanto, analisamos que muitas vezes somos duras e injustas, injustos com Freire, cobramos conceituações, definições epistemológicas que não estavam presentes no seu tempo e, inclusive, emergiram das suas contribuições. É sempre importante lembrar que a Pedagogia Libertadora de Freire rompe com as abordagens liberais e se compromete com a transformação social, com o trabalho coletivo.

A partir do livro “Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade”, Hooks (2013) fala das suas experiências com o processo de escolarização, das suas resistências enquanto educadora, frente ao sistema de ensino tradicional, opressor e racista norte-americano. Ela diz que encontrou inspiração em professoras negras, que teve no Ensino Fundamental, e em Paulo Freire, para continuar com entusiasmo na sala de aula.

Sobre a educação emancipatória, Hooks (2013) mostra a importância do acesso ao conhecimento, na perspectiva do trabalho coletivo. Ela ressalta que essa contribuição é fundamental para a educação feminista, pois não adianta a libertação individual de mulheres, é necessário que todas sejamos livres. A autora fala sobre uma “pedagogia engajada” e afirma que é preciso que a educadora, o educador estejam felizes para poder ajudar o outro, a outra nesse processo de emancipação. Hooks (2013) diz que estava se distanciando da educação e que o encontro com Freire possibilitou compreender as limitações do sistema educativo; e este foi um encontro fundamental para sua sobrevivência, devolvendo-lhe a fé na educação libertadora (HOOKS, 2013).

Em relação à superação do sexismo, vemos que Freire ultrapassa a atenção à flexão do gênero. Ele utiliza uma construção peculiar em sua textualidade; ele tece seus escritos, geralmente, utilizando narrativas autobiográficas, falando das suas experiências no e com o mundo. Esse estilo é próprio da epistemologia feminista e marca uma nova abordagem de produção do conhecimento. As mulheres, sobretudo, na segunda fase do feminismo, escreviam sobre, para e a partir das suas experiências, trazendo à tona as dores e sabores diversos e interseccionais “de ser mulher”.

A presença reflexiva, autobiográfica, de Freire, em suas obras, marca não só o seu estilo, mas também, evidencia sua coerência. O pensamento, os posicionamentos encarnados, as temáticas em defesa da justiça social perpassam sua produção.

Por fim, destacamos a educação da esperança como contribuição de Paulo Freire às discussões de gênero. Através da curiosidade e da busca pelo conhecimento contextual, situado, ele nos ensina a ir à raiz da nossa dor, à procura de nossa libertação. Em Pedagogia da Esperança ele diz que para educar a esperança é necessário descobrir a trama da dor, fazer uma arqueologia dessa dor para poder nos engajarmos na luta política e nos libertarmos. Para Freire a educação é necessária para essa libertação; mas ela, sozinha, não opera transformação. Hooks (2013), em

diálogo com Freire, situa a educação como lugar de cura e diz que, intrinsecamente, ela não é curativa, necessita de que a direcionemos para esse fim.

Podíamos trazer várias contribuições da Pedagogia da Esperança para refletir sobre os desafios do cenário atual, porque esta pedagogia diz da capacidade ontológica do ser humano, do seu inacabamento, da sua relação no e com o mundo.

Algumas considerações

Iniciamos este artigo trazendo alguns fios da trajetória de Paulo Freire, que fazem parte do seu pensamento. Assim, podemos dizer que a sua forma de escrever, permeada pelos relatos autobiográficos e encarnada na realidade, anuncia que a educação nunca pode ser neutra; ela é contextual e política. O pensamento libertador de Freire, numa relação dialética, é construído e, ao mesmo tempo, constrói categorias. Ele contribui com a superação das tendências liberais de educação, a partir do pensamento crítico-progressista; pois evidencia a capacidade transformadora da educação, numa perspectiva de libertação coletiva.

A partir de autores e autoras, que reconhecem suas contribuições para os estudos multi/interculturais, evidenciamos que Freire, no seu tempo histórico, produz um pensamento interseccional, fértil, também, para o campo de gênero.

Em um cenário de desigualdades, injustiças e discriminações, podemos dizer, a partir do pensamento de Paulo Freire, que, se a educação não tiver a finalidade humanizadora, não pode ser considerada educação. Além dessas considerações, aprendemos que se faz necessário alimentar nossa esperança e lutar pela transformação, sobretudo, das relações de opressão, de qualquer natureza, em todos os sentidos, na perspectiva do respeito às diferenças, em todas as dimensões sociais, políticas e humanas.

Inspirada em Hooks (2013), penso que Freire possibilita a todos e todas nós, que continuemos esperançosos e esperançosas na vida e na educação, apesar dos desafios no cenário atual, forjando em cada um, em cada uma de nós um pensamento libertador, considerando uma existência que nos permita uma convivência dialógica, humanizadora e justa com a diversidade.

Referências

- ANDREOLA, Baldoíno. Freire e a condição das mulheres. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (Orgs.). **Dicionário crítico de gênero**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015.
- BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond. 2006.
- BRASIL. Lei no 12.612, de 13 de abril de 2012. Declara o educador Paulo Freire Patrono da Educação Brasileira. DOU. Brasília - DF, segunda-feira, 16 de abril de 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10562-16-04-12-link-leipaulofreire&category_slug=abril-2012-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 03 de dezembro de 2020.
- CANDAU, Vera Maria. Sociedade multicultural e educação: tensões e desafios. In: CANDAU, Vera Maria. **Didática crítica intercultural**: aproximações. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- FREIRE, Paulo. Prefácio. In: MCLAREN, Peter. **Multiculturalismo crítico**. Tradução Bebel Orofino Schaefer. São Paulo: Cortez, 1997.
- FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não**. 11. ed. São Paulo: Olho d'água, 2001a.
- FREIRE, Paulo. **Política e Educação**: ensaios. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001b. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 23).
- FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 24. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001c.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 44. ed. São Paulo: Cortez, 2003a.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 26. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003b. (Coleção Leitura).
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 31. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**. 16. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e ousadia**: o cotidiano do professor. 13ed. Tradução Adriana Lopes. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- FURLANI, Jimena. **Educação sexual na sala de aula**: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- GADOTTI, Moacir (Org.). **Paulo Freire**: uma biobibliografia. Editora Cortez, 1996. Disponível em: http://acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/3078/1/FPF_PTPF_12_069.pdf Acesso em: 11 de novembro de 2020.
- HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo. Editora WMF Martins Fontes, 2013.
- LIBÂNEO. José Carlos. **Democratização da Escola Pública**: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. 20. ed., São Paulo: Edições Loyola. 2005

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MCLAREN, Peter. **Multiculturalismo crítico**. Tradução Bebel Orofino Schaefer. São Paulo: Cortez, 1997.

SANTIAGO, Maria Eliete. Formação, currículo e prática pedagógica em Paulo Freire. In: BATISTA NETO, José; SANTIAGO, Maria Eliete (orgs.). **Formação de professores e prática pedagógica**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2006. p. 73-87.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SOUZA, João Francisco de. **Atualidade de Paulo Freire**: contribuições ao debate sobre a educação na diversidade cultural. Recife: Bagaço. Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação de Jovens e Adultos e em Educação Popular da UFPE (NUPEP), 2001.

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, Vera Maria (org.). **Educação Intercultural na América Latina**: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.

A DEPENDÊNCIA FINANCEIRA DA MULHER E SEU IMPACTO NO CONTEXTO FAMILIAR

Maria do Socorro Costa Brito¹

Este artigo traz uma breve reflexão sobre a importância da conquista da independência financeira pelas mulheres como sendo um fator de enfrentamento da violência de gênero no contexto do espaço familiar. É imprescindível que se utilize a lupa de gênero no contexto dessa reflexão, visto que os papéis dos membros da família são culturalmente preestabelecidos, atribuindo-se ao homem o papel de mantenedor e provedor do sustento e cabendo à mulher zelar pelo bem-estar de todos, racionalizar os custos e atuar para a formação e educação dos filhos.

Historicamente a mulher dependeu do homem para garantir a subsistência, enquanto que ela se dedicava às tarefas do lar, responsabilizando-se pelos cuidados da casa, das crianças, idosos, do bem-estar do marido e, em muitos casos, fazendo algum tipo de trabalho extra para complementar a renda familiar ou proporcionar para si pequenos agrados, como o consumir bens de pequeno valor econômico. Apesar dos avanços que aconteceram nas relações de gênero, segundo (WEYL, 2011, p.6), “não são poucas as mulheres que veem no casamento o seu destino de vida e não almejam outras realizações pessoais”. Isso é questão de gênero.

Segundo Gouveia e Camurça, o mercado de trabalho segue a lógica da organização por sexo e a remuneração da mão-de-obra também é variável dependendo de quem executa o serviço. “A observação cotidiana nos mostra que são as mulheres quem recebem os salários mais baixos, é o trabalho delas que é desvalorizado. Além disso, tem a dupla jornada, fazer o trabalho de fora e dentro de casa”. (GOUVEIA e CAMURÇA, 2004, p. 26). O estereótipo de que a mulher tem menos força física e por tanto, menor disponibilidade para qualquer tipo de trabalho pesado, justificaria a remuneração diferenciada, gerando as desigualdades de gênero e suas consequências.

Esta cultura ainda está vigente e muito presente em todas as esferas da sociedade moderna, ainda machista e sexista. Portanto faz-se necessário destacar a importância da mulher no contexto dos espaços público ou privado, visto que mesmo ocupando novos espaços na sociedade, no mercado de trabalho, na política, como

¹ Especialista – IADH - Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano – Recife-PE
socorrocbrito2@gmail.com

também no campo da ciência e tecnologia, ela ainda é muito vista como uma possibilidade, como um potencial e nem sempre, como elemento central e protagonista em suas áreas de atuação.

Depender financeiramente do parceiro cria espaço favorável para acionar o gatilho dos abusos, visto que a parte mais fraca da relação pode ser submetida aos caprichos e a toda sorte de vandalismo, seja ele físico, psicológico, material, patrimonial e institucional. A violência de gênero se expressa através de um conjunto de comportamentos que colocam a mulher em posição de inferioridade perante o homem, em que este assume o papel de dono e senhor da situação e reforça esse papel sistematicamente nas atitudes corriqueiras, por mais simples que pareçam e até que passem despercebidas no ambiente familiar.

Um dos fatores primordiais que contribuem para manter as desigualdades de gênero é a questão de ordem econômica e financeira. A mulher que se encontra na condição de dependência, torna-se refém de quem atua como provedor do seu sustento. A falta do poder de decisão da pessoa que não tem como manter-se sozinha a deixa numa situação de vulnerabilidade, obrigando-a a fazer concessões e desenvolver mecanismos de defesa que a fazem sentir-se agradecidas por qualquer ajuda que recebe e, naturalmente, comprometer a autoestima e perder a assertividade, precisando da aprovação dos outros para resolver questões de pequeno ou grande porte, na sua vida pessoal.

Associada a este tipo de violência, todas as outras formas de violência são passíveis de se manifestarem, pois o assédio moral, a desvalorização das qualidades e a potencialização das fragilidades, passam a ocupar espaço cada vez maior na relação cotidiana, especialmente no âmbito familiar. Assim sendo, muitas mulheres não conseguem se livrar de relacionamentos abusivos, devido ao medo de sofrer preconceito, de ser discriminada, de não conseguir trabalho e renda para sustentar a si e aos filhos e, assim, ficam reféns do medo e da insegurança de empreender algum negócio ou de enfrentar o mercado formal de trabalho.

Na condição de dependência financeira e falta de poder econômico, outros tipos de dependência vão-se configurando como regra ao longo do tempo, em que as vítimas não têm coragem de romper o ciclo e se mantêm no lugar que lhes parece ser seguro, apesar de ofensivo, e replicando a velha lógica das avós, acreditam ser *“ruim com ele, pior sem ele”* e, assim, seguem no relacionamento,

mesmo que estejam claros os sinais de que romper a relação com o agressor seria a única e melhor saída.

A construção de caminhos para minimizar ou eliminar a dependência financeira da mulher frente ao seu provedor pode garantir a sua libertação do círculo vicioso que aprisiona tanto aquela que não tem renda própria, quanto a que auferir rendimento inferior e que não lhe garante a liberdade de escolha e autonomia plena.

Esta cultura ainda está vigente e muito presente em todas as esferas da sociedade moderna, ainda machista e sexista. A luta pela igualdade de direitos e pela ocupação dos espaços de forma igualitária entre homens e mulheres é permanente e cheia de desafios. As desigualdades de gênero estão visíveis em todos os espaços da sociedade, sejam públicos ou privados.

Fica claro, desse modo, que as desigualdades não estão relacionadas apenas às relações entre homens e mulheres, mas também, entre as próprias mulheres, a depender das diferenças de classe social, raça, etnia, condição econômica e nível de escolaridade entre outras causas. Tomando como exemplo a diferença de acesso às oportunidades, no que refere aos estudos, a melhores condições de emprego, ao atendimento de saúde de qualidade e de ascender socialmente, difere em muito entre as mulheres dos grandes centros urbanos e as mulheres das áreas rurais ou remotas.

Nesse contexto já acontecem muitas mudanças, pois, como resultado concreto da luta dos movimentos feministas e das políticas públicas implementadas ao longo das últimas décadas, as mulheres vêm ocupando cada vez mais espaços que eram tradicionalmente dominados pelo homem como chefe e provedor da família, atuando como produtoras rurais, ou como empreendedoras urbanas, também como gestoras no setor público e na iniciativa privada, elas vem abrindo espaço para ampliar o acesso mais equitativo e para uma melhoria das relações de poder entre homens e mulheres.

Segundo (AZEVEDO, 2012, p. 34). “[...] a posição mais elevada e a independência feminina podem favorecer a redução das desigualdades contra o sexo feminino nas tomadas de decisões familiares, influenciando para a mudança social em geral”.

Claro que não é uma conquista que está amplamente consolidada, nem foi conquistada facilmente, e que ainda pode sofrer retrocessos se a luta se arrefecer, mas são conquistas que podem ser comemoradas e incrementadas para garantir sua manutenção e sustentabilidade

Sob o enfoque da sustentabilidade, a Agenda 2030 apresenta um conjunto de 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) que preconiza a integrações de ações e estratégicas para a redução das desigualdades, universalização das oportunidades e melhoria das condições de vida para todos os povos no planeta.

Entre os objetivos que tratam da redução ou erradicação das desigualdades, o Objetivo 5, Igualdade de Gênero, tem como diretriz: “Alcançar a igualdade de Gênero e empoderar todas as mulheres e meninas” e está previsto na sua Meta 5: “Empreender reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso à propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e aos recursos naturais e nacionais de acordo com as leis nacionais.”

Considerando que a equidade de gênero viabiliza o acesso a oportunidades e melhores condições de trabalho e de geração de renda para as mulheres, as possibilidades da ascensão na carreira profissional e no empreendedorismo podem ser alavancadas, interferindo diretamente nas relações abusivas de gênero.

É importante também salientar que, quando as relações de gênero atingem um nível de abuso, o contrário também acontece, pois quando a mulher ascende profissionalmente e consegue independência financeira, o parceiro adoecido busca mecanismos para manter o abuso sob quaisquer outros pretextos. Mas o ponto que pode fazer a diferença é justamente a possibilidade que ela tem de quebrar o ciclo da violência, deixando a relação e garantindo seus direitos de recomeçar uma vida nova. Quanto mais instruída e mais independente financeiramente, a mulher tem mais possibilidades de se libertar e influenciar o ambiente em que atua, além de contribuir para a mudança de situação de outras mulheres, incluindo as mulheres de outras faixas etárias da própria família e de sua comunidade.

Novos desafios sempre irão surgir, pois a sociedade continuará a reproduzir e replicar as desigualdades, mas esta mulher, independente financeiramente, terá muito mais chances de quebrar paradigmas e construir caminhos mais acessíveis à satisfação de seus objetivos e desejos de vida plena. As estratégias de libertação das mulheres do ciclo da violência podem ser construídas de forma coletiva e organizada através da integração de ações e políticas públicas com enfoque de gênero, envolvendo o governo, a iniciativa privada, o meio acadêmico e as representações da sociedade civil.

A implementação de políticas de combate às desigualdades de gênero e todas as formas de violência exige participação ativa das organizações sociais, que devem se integrar para ampliar o campo da discussão e reflexão sobre as questões de gênero, mobilizando as mulheres e suas famílias, para aprofundar a reflexão sobre as temáticas afins e não só ampliar e ressignificar o discurso, mas colocar em prática e materializar as ideias e propostas.

Para encurtar o caminho entre as teorias e a prática, é fundamental escutar as mulheres que são protagonistas da saga cotidiana de administrar sua atuação nos espaços de convivência em família, no trabalho e na sociedade. É essencial ouvir suas demandas, trocar experiências em torno das suas dificuldades e das suas aspirações, ajudando na construção de estratégias, para reforçar a sua participação ativa nas organizações sociais, garantir o acesso à capacitação e à formação para o trabalho e para estimular o empreendedorismo.

As institucionalidades constituídas que atuam no apoio às mulheres através de suas organizações podem lançar mão de ferramentas de caráter técnico pedagógicas para facilitar os processos de montagem de planos de ação para programas e projetos com enfoque de gênero. As ações de diagnóstico e de planejamento são ferramentas de primeira necessidade para a elaboração de projetos conceituais e de planos de ação.

Este processo de construção deve ter suas etapas desenvolvidas nos níveis técnico e comunitário, passando por várias fases de discussão, socialização, validação e formalização de toda documentação elaborada. As questões de gênero devem entrar no planejamento das ações como um tema transversal, compondo os questionários de diagnóstico, nos relatórios de sistematização e avaliação, para garantir a demonstração, de forma efetiva, das demandas explícitas e implícitas de mulheres nas comunidades, em seus projetos individuais e coletivos.

Com base nos resultados do planejamento de gênero, os processos de capacitação e organização das mulheres em suas organizações devem fazer parte de um processo formativo permanente ao longo de um horizonte temporal pré-estabelecido, para que as participantes possam ter uma atuação efetiva o seu processo de desenvolvimento pessoal e organizacional.

Considerando as demandas e as condições de vida das mulheres que participam do processo de organização, os planos de ação podem conter programas de atividades que incluam o fortalecimento emocional e da autoestima, noções de

administração do tempo, desenvolvimento de habilidades e da criatividade produtiva, elaboração de planos para gestão de pequenos negócios, oficinas de capacitação para produção de bens e serviços, oficinas de socialização e fortalecimento organizacional, entre outras demandas que forem identificadas nos diagnósticos prévios.

O apoio à construção da visão de futuro pelas mulheres que sofrem as consequências da falta de recursos próprios é de fundamental importância na construção de estratégias de apoio para a mudança de situação delas.

O fato de mudarem o status de dependente e demandante para proativa e independente não elimina as outras facetas que fazem parte da sua vida cotidiana, como mulher, companheira, mãe e gestora da casa. O que muda, consideravelmente, é a condição em que estas atribuições são realizadas no cotidiano familiar.

A mulher que tem autonomia para tomar decisões, se não impedir, pelo menos dificulta a ação predadora do companheiro agressivo e o ponto de corte se dá na medida em que ela tem a condição de romper a relação que não mais lhe interessa e lhe não satisfaça. A base de sustentação usada pelo parceiro agressivo é justamente a incapacidade de a vítima de “viver sem ele”. Essa afirmativa lhe dá o suposto poder de manter-se na confortável condição de alçoz, dono e senhor da situação. Quando ele mina a autoconfiança e a assertividade da sua vítima, cultivando nela a falsa impressão de que um dia tudo vai mudar, ele vai ganhando tempo e perpetuando o ciclo da violência, por tempo indefinidamente, de acordo com a sua vontade e satisfação pessoal.

Para concluir este breve espaço de reflexão, entre tantas outras que precisariam ser feitas, fica a perspectiva de que a autonomia das mulheres pode ser construída e aperfeiçoada, para que elas possam ter consciência do espaço que ocupa na sociedade, como cidadã que tem direitos e deveres a serem usufruídos/cumpridos de forma digna, consciente, proativa e solidária com seus pares.

Está escrito no preâmbulo do documento da Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU, artigo II: “Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição”. (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS Preâmbulo UNIC / Rio / 005 - agosto 2009).

Os direitos humanos existem para todos os indivíduos e não é aceitável a replicação-socialização das desigualdades entre os gêneros, pois fazem parte de um todo que representa a sociedade em todas as suas dimensões. Portanto, cabe a todos os atores que podem dispor de espaços de resistência, de atuação política e social, trabalhar no sentido de garantir os direitos adquiridos e conquistados com luta e compromisso com a realidade e a história,

Referências

AMURÇA, Sílvia; GOUVEIA, Taciana. **O que é gênero**. - 4ed. - Recife: SOS CORPO - Instituto Feminista para a Democracia, 2004. 40p. - (Cadernos SOS CORPO; v.1). 1.Gênero 2. Mulheres e sociedade I. GOUVEIA, Taciana II. Título CDU 396

AZEVEDO, Vilma Maria. **Os desafios para o empoderamento da mulher agricultora a partir do programa de aquisição de alimentos: o caso de Barbacena-MG**. Disponível em: <http://locus.ufv.br/bitstream/handle/123456789/4179/texto%20completo.pdf?sequencia=1&isAllowed=y> Acesso em: 2 de março de 2020.

Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, promulgado pelo Governo Brasileiro através do Decreto 591/1992. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1992/decreto-591-6-julho-1992-449000-publicacaooriginal-1-pe.html>

BRITO, Socorro e ZAPATA, Tania. **Desenvolvimento Local e Gênero: Uma Abordagem Democrática**, In: **Desenvolvimento Local e Participação Social**, IADH - Instituto de Assessoria Para o Desenvolvimento Humano, Recife, 2007.

WEYL, Luana M. **Combater a feminização da pobreza com empoderamento feminino – a experiência do projeto de extensão universitária: “Promotoras Legais Populares” da Universidade de Brasília**. Disponível em: <http://www.unl.edu.ar/iberoextension/dvd/archivos/ponencias/mesa4/combater-afeminizacao-da-po.pdf>. Acesso em: 2 de março de 2020.

A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DA MULHER SOCIEDADE PÓS-PANDÊMICA

*Rogéria Gladys¹
Flora Oliveira²
Patrícia Carvalho³*

Considerações iniciais

Em pesquisa divulgada pelo IBGE⁴ (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a taxa de desemprego no segundo trimestre de 2020 caiu para 14,6%, totalizando 14,1 milhões de pessoas. Em contrapartida, percebe-se um aumento da população que trabalha sem carteira assinada, os trabalhadores informais, sofrendo um aumento de 5,2% (565 mil pessoas), em comparação com o segundo semestre do ano anterior.

Cresce também o número de trabalhadores por conta própria, chegando a compor 24,1 milhões de pessoas, número nunca antes visto. Esse aumento pode ser conexo ao processo de desindustrialização sofrido pelo modelo industrial e responsável direto pelo desemprego estrutural, o qual dá lugar às formas mais desregulamentadas de trabalho, distantes do modelo tradicional de empregados estáveis (ANTUNES, 2020). O que acontece é a explícita reestruturação das formas de produção que não mais dependem dos espaços produtivos das fábricas, por exemplo.

Em síntese, percebe-se que acontece um verdadeiro fenômeno de desformalização do emprego. Isto é, uma flexibilização das relações de trabalho, mediante a crescente desregulamentação no mercado de trabalho, reflexo das concessões feitas na legislação que buscam muitas vezes beneficiar o lado mais forte da relação.

¹ **Rogéria Gladys Sales Guerra**, Doutora em Direito do Trabalho pela UFPE, professora da UNICAP e advogada. Rogeria.gladys@gmail.com;

² **Patrícia Carvalho**, Graduada em Direito pela Unicap. Especialização em Direitos Humanos - UFPE. Mestre em Direitos Humanos e Políticas Públicas – UFRJ; patcarv2000@gmail.com;

³ **Flora Oliveira**, Doutoranda em Direito pelo Programa de Pós Graduação da Universidade Católica de Pernambuco – PPGD/UNICAP, Professora da Faculdade Imaculada Conceição do Recife – FICR, advogada e membra da Academia Pernambucana de Direito do Trabalho, e-mail: professorafloraoliveira@gmail.com;

⁴ Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-11/taxa-de-desemprego-passa-de-13-para-14-no-terceiro-trimestre#:~:text=Publicado%20em%2027%2F11%2F2020,ficou%20em%2013%2C3%25..> Acesso 10/01/2021;

As mudanças econômicas, políticas, ideológicas, sociais e culturais decorrentes da globalização da economia impactaram, de forma devastadora, a classe dos trabalhadores, que foram ainda mais afetados com a crise econômica, social e sanitária decorrente da pandemia do Coronavírus.

Desta forma, este trabalho objetiva investigar as nuances do mundo do trabalho contemporâneo e seus impactos no trabalho da mulher, ambos afetados pela pandemia da Covid-19.

1 Considerações sobre o Patriarcado

Para as mulheres trabalhadoras, o impacto da pandemia do Coronavírus foi devastador, já que apontou relações que se constituíram e se mantiveram sob a ótica da dominação/exploração, associada ao Patriarcado/Capitalismo.

A naturalização de que caberia à mulher realizar as tarefas não remuneradas do lar e do cuidado com crianças e pessoas idosas, doentes, esteve na base da origem de sociedades, de diferentes culturas.

Os homens, pais, maridos, filhos, irmãos se apropriaram do trabalho da mulher, sem ter que remunerá-las para sua execução, reproduzindo a base do Patriarcado. Heleieth Saffioti (2019) apontou o patriarcado como o primeiro sistema de dominação e opressão. Com a implementação do capitalismo, o patriarcado invisibilizou as mulheres das conquistas nas ciências, política e avanços tecnológicos. Quando aplicamos as relações de trabalho em aplicativos, o patriarcado também se manifesta, tratando o próprio algoritmo de reduzir inscrições de mulheres, sob o pretexto da violência urbana.

A autora contemporânea Biroli (2018), professora da UNB, no livro *Gênero e Desigualdade*, no capítulo primeiro, trata da divisão sexual do trabalho, formulando as seguintes questões:

Quem tomaria conta das crianças? (e, podemos complementar, dos doentes, das pessoas com deficiência e dos idosos) – foi resolvido “em benefício dos homens”, lançando mão de uma “ideologia de gênero que precede o capitalismo”. Ativamente incorporada pelos capitalistas, mas também pelos trabalhadores homens. (...)O patriarcado, como sistema político, consistiria numa estrutura de exploração do trabalho das mulheres pelos homens. Seu núcleo, nessa perspectiva, é a divisão sexual do trabalho, em que se configurariam dois grupos (ou classes): as mulheres, que têm força de trabalho apropriada, e os homens, que se beneficiam coletivamente desse sistema. A distinção entre trabalho remunerado e não remunerado é, assim, um ponto central. O trabalho que as mulheres fornecem sem remuneração, como aquele que está implicado na criação dos filhos e no cotidiano das

atividades domésticas, deixa os homens livres para se engajar no trabalho remunerado (BIROLI, 2018)

O patriarcado, como sistema político, consistiria numa estrutura de exploração do trabalho das mulheres pelos homens. Seu núcleo, nessa perspectiva, é a divisão sexual do trabalho, em que se configurariam dois grupos (ou classes): as mulheres, que têm força de trabalho apropriada, e os homens, que se beneficiam coletivamente desse sistema. A distinção entre trabalho remunerado e não remunerado é, assim, um ponto central. O trabalho que as mulheres fornecem sem remuneração, como aquele que está implicado na criação dos filhos e no cotidiano das atividades domésticas, deixa os homens livres para se engajar no trabalho remunerado.

2 Os impactos da pandemia do coronavírus no trabalho da mulher e a insuficiência de políticas públicas

Se o quadro social, político e econômico já estava ruim antes da pandemia, com uma taxa de desemprego e desalentados altíssima, esses índices pioraram ainda mais na pandemia. De forma geral, os direitos econômicos e sociais das mulheres representam o conjunto de direitos sobre que menos se avançou no mundo nas últimas décadas (STANDING, 2013).

No Brasil, o racismo e o sexismo decorrentes do patriarcado e do colonialismo, ainda estruturam os padrões de desigualdade social e tornam as mulheres mais vulneráveis, principalmente, as mulheres negras que estão concentradas em empregos que exigem baixa escolaridade. Mas fatores como falta de investimento nos serviços públicos básicos essenciais, insuficiência no número de vagas em creches, serviço de saúde de boa qualidade vão impactar diretamente na vida das mulheres.

Em 29 de outubro de 2020 foi atualizado o mapa da desigualdade⁵ do Brasil. Os mapas anteriores já mostravam como as mulheres ainda precisam avançar e OCUPAR MAIS ESPAÇOS em diversos setores da sociedade, como na política e cargos de comando.

A desigualdade por questão de gênero no ambiente de trabalho existe: é fato que mulheres e homens exercem a mesma profissão, mas infelizmente as mulheres ainda recebem menos que os homens, ou seja, ainda convivemos com a diferença salarial por questão de gênero.

⁵Disponível em <https://www.oxfam.org.br/especiais/mapa-da-desigualdade>. Acesso 10/01/21.

Tais dados podem ser conferidos no MAPA DA DESIGUALDADE de 2019: Ex: Trabalhadores brancos ganham, em média, 72,5% mais que os negros (2017). Homens recebem 29,7% a mais que as mulheres.

Em que pese o Governo Federal ter editado várias Medidas Provisórias com redução da jornada de trabalho e a diminuição de renda durante o estado de calamidade, não conseguiu evitar o desemprego e nem manter a renda dos trabalhadores no país, infelizmente. Existem problemas estruturais que precisam ser enfrentados para que se superem as injustiças apontadas pelo MAPA DA DESIGUALDADE de 2019.

Saffiot (1987) ensina que sujeito “*objeto*” não são dados a priori, mas se constroem na e pela relação social. Neste sentido, a autora conduz seu pensamento no sentido de que para que se construa uma sociedade sem desigualdades, é preciso identificar as três faces da identidade social do sujeito, todas igualmente importantes: classe, raça/etnia e gênero. Em algumas situações a identidade de gênero fala mais alto, mas há outras em que a de classe ou a de raça/etnia ganha evidência.

Beatriz Nascimento (1985) faz o recorte dos papéis e lugar de privilégio social que distinguiu as mulheres em razão da raça. A mulher branca, devido ao caráter patriarcal/colonial, atribui-se o papel de esposa e mãe, a mulher doméstica dedica-se a ser a guardiã do lar, com vida dedicada ao marido e filho.

Esse papel é assinalado pelo ócio, com o suporte ideológico de que, em uma sociedade baseada na exploração do trabalho e da pessoa, uma grande camada da população encontra-se com a força de trabalho precarizada ao seu dispor. E quando a mulher branca é recrutada a fazer parte da força de trabalho e ocupar lugares definidos como de “atividades femininas” pertencem a um grupo subordinado.

A mulher negra, também submetida a opressão/dominação patriarcal/colonial, é considerada uma mulher essencialmente produtora. Antes de mais nada, como escrava, ela é uma trabalhadora. A sua capacidade produtiva e reprodutiva de novos escravos, como novas mercadorias para o mercado de mão de obra interno. Na moderna sociedade brasileira, a mulher negra continua se posicionando nos mesmos espaços e papéis desde a escravidão.

Para Beatriz Nascimento (2006) a sociedade brasileira, ao perpetuar as sobrevivências patriarcais, faz com que as mulheres negras continuem a ser recrutadas e se disponibilizem a assumir empregos domésticos, em menor grau na indústria de transformação, e que permaneça como trabalhadora rural.

São postos de trabalho com baixa remuneração, precarizados e com trabalho grosseiro/braçal. Este mecanismo da divisão sexual e racial do trabalho é puramente ideológico. Fixando as discriminações históricas como atuais. Diz a autora: “Se a mulher negra hoje permanece ocupando empregos similares aos que ocupava na sociedade colonial, é tanto devido ao fato de ser uma mulher de raça negra como por seus antepassados terem sido escravos” (NASCIMENTO, 2006).

Ainda quanto ao mapa da desigualdade social, importante destacar que as capitais brasileiras exercem um papel central nas relações políticas e socioeconômicas da unidade da federação.

Elas concentram uma parte significativa do fluxo de bens e serviços do país e são polos de influência que se constituíram como espaços vitais de tomada de decisão.

Em muitos aspectos, as capitais são determinantes para a organização espacial da sociedade e para a formação de redes urbanas, transcendendo sua função estabelecida na governança do pacto federativo.

Longe de serem homogêneas, essas cidades também retratam o país em muitos sentidos, em toda sua riqueza e diversidade, em suas muitas mazelas e desigualdades. Elas abrigam mais de 46 milhões de pessoas – ou 22% da população – e não raro expressam uma realidade que poucos conhecem de fato.

É por isso que olhar o mapa do Brasil, pontuado por suas capitais, a partir de dados e indicadores socioeconômicos, é uma forma de entender melhor porque vivemos em um dos países mais desiguais do mundo. É também ampliar o conhecimento sobre o território nacional e dar um sentido mais tangível para a distância que separa ricos e pobres, mulheres e homens, negros e não-negros. É um exercício muitas vezes incômodo e sempre necessário.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) alertou que as consequências econômicas da pandemia poderiam eliminar os avanços conquistados pelas mulheres nas últimas décadas.

Na sétima edição do relatório⁶, “Covid-19 e o mundo do trabalho”, a OIT afirma que, desde o início da pandemia, a queda no número de horas trabalhadas foi pior do que o estimado anteriormente. No segundo trimestre, houve uma queda de 14%, o que significa a perda de 400 milhões de empregos. Nas Américas, a queda no

⁶ Disponível em https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/briefingnote/wcms_767045.pdf. Acesso 15/01/2021;

segundo trimestre chegou a 18,3%, ou 70 milhões de empregos. Isso porque os hemisférios norte e sul, atualmente, estão sendo mais afetados pela pandemia de Covid-19.

Essas perdas massivas resultaram em uma queda de 8,3 % da renda global do trabalho (antes de se contabilizarem as medidas de apoio), equivalente a 3,7 trilhões de dólares ou 4,4 % do Produto Interno Bruto (PIB) global.

As mulheres têm sido mais afetadas do que os homens pela instabilidade do mercado de trabalho causadas pela pandemia. Globalmente, as perdas de emprego das mulheres situam-se nos 5%, contra 3,9% dos homens. Em particular, as mulheres tinham muito mais probabilidade do que os homens de abandonar o mercado de trabalho e de tornar-se inativas⁷.

E diante de tantas incertezas em torno da recuperação econômica no segundo semestre, os níveis de emprego pré-pandemia não deverão retornar em curto prazo. O relatório da OIT aponta que as mulheres foram muito mais afetadas, logo boa parte do modesto progresso no tocante à igualdade de gênero das últimas décadas sofrerá retrocesso e as disparidades de gênero no trabalho serão intensificadas. (ANTUNES, 2020)

Embora a pandemia seja multiclassista e global tendo iniciado na CHINA e se espalhado em todos os países, as classes altas e médias conseguem se defender, pois têm suas casas e hospitais particulares, muitos escolhendo em qual casa se isolar. De outro lado, nas periferias, aonde moram a classe trabalhadora e empobrecida, temos verdadeiros bolsões de pobreza e miséria. Cômodos com 4 ou mais pessoas morando na mesma casa e com acesso apenas a rede pública de saúde (SUS) (ANTUNES, 2020).

O impacto na força de trabalho feminina se deve ao fato de que as mulheres são maioria nos setores mais afetados pela pandemia, como hotelaria, alimentação, vendas e manufatura.

Em todo o mundo, cerca de 510 milhões, ou 40% das mulheres trabalhadoras, estão nos quatro setores mais afetados, contra 36,6 % dos homens. Além disso, as mulheres são maioria no trabalho doméstico e de cuidados médicos e de assistência social, com maior risco de perder a renda e de serem contaminadas pelo coronavírus (VENDLING, 2020).

⁷ Disponível em https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_767317/lang--pt/index.htm. Acesso 31/01/21;

O Professor Boaventura de Sousa Santos, no livro intitulado “A Cruel pedagogia do vírus”, no terceiro capítulo, denominado *A Sul da quarentena*, utiliza a metáfora do Sul para designar um espaço-tempo político, social e cultural, em que se encontram grupos de especial vulnerabilidade, marcados pelo sofrimento humano causado pela exploração capitalista e pela discriminação racial e sexual agravadas durante a quarentena.

Nesses coletivos sociais, (SANTOS, 2020) destacam-se:

- As mulheres – que têm na quarentena um momento difícil e especialmente perigoso – são maioria em profissões da linha de frente no combate à pandemia, como a enfermagem; têm cada vez mais tarefas domésticas, deixando-as sobrecarregadas e aumentando o nível de estresse; bem como sofrendo maior violência doméstica;
- Os trabalhadores precários, informais, os quais rapidamente perderam sua fonte de renda e são desafiados diariamente a escolher entre ficar em casa para proteger a saúde, morrer de fome, ou sair em busca de recursos, correndo o risco de contaminação, como também os trabalhadores de rua, vendedores ambulantes, ou mesmo os uberizados;
- Os sem-abrigo ou populações de rua, os quais talvez tenham passado toda a vida em quarentena, impedidos da convivência social; os moradores das periferias pobres das cidades e das favelas, que vivendo em condições básicas para a sobrevivência, não têm a menor chance de cumprir regras de prevenção;
- Os deficientes e também idosos, conhecidos mundialmente como os mais vulneráveis, mas, sem dúvida, para os quais há diferenças expressivas nessa vulnerabilidade, relacionada às condições econômicas e aos locais de moradia, entre outros fatores.

Todos esses indícios apontam uma recuperação lenta, irregular e incerta para o período pós-pandêmico, a menos que os primeiros progressos sejam apoiados por políticas de recuperação centradas nas pessoas, com apoio de políticas públicas e da sociedade civil.

3 A necessidade de uma rede de apoio dos órgãos estatais e dos movimentos sociais.

Compreender a situação dos mais vulneráveis, atingidos pelo vírus, passa obrigatoriamente pela influência indiscriminada do neoliberalismo na produção desse cenário e as mudanças que fomos forçados a viver.

Sobretudo nas relações de trabalho, com a flexibilização das normas trabalhistas e hoje com a precarização das relações de trabalho, que deixaram os trabalhadores mais vulneráveis. Milhares de postos de trabalhos foram retirados do mercado de trabalho, em decorrência da substituição da mão de obra pela tecnologia, ensejando o que Viviane Forrestier, na sua obra “O Horror Econômico”, chama de desemprego estrutural (FORRESTER, 1997).

A pandemia do coronavírus ou pandemia do capital apenas desnuda a forma como o capitalismo vem empurrando o trabalho vivo para flexibilização, terceirização, informalidade e intermitência das relações de trabalho.

Apesar do alto índice de digitalização, internet 5G, inteligência artificial, entre outras técnicas, milhares de trabalhadores não conseguem receber um salário mínimo no final do mês, ou até conseguem, a troco de uma jornada extenuante, como os trabalhadores de aplicativos, que são comandos por algoritmo.

Em análise⁸ dos resultados da PNAD contínua, sobre os motoristas e entregadores de aplicativo, especificamente durante a pandemia, verificou-se a predominância de homens, de negros e de jovens entre os entregadores e de homens, de negros e de pessoas com idade mais avançada entre os motoristas.

Essas pessoas trabalham mais horas que a média do total de ocupados e possuem rendimentos inferiores, em alguns casos com a média de rendimento muito próxima a um salário mínimo. Além disso, apesar da maioria dos entregadores estar situada em faixas etárias menos vulneráveis à Covid-19, são esses trabalhadores que despontam entre os ocupados como aqueles que mais apresentaram sintomas que podem estar relacionados à Covid-19, sendo que, ao mesmo tempo, foram os entregadores os que menos se afastaram do trabalho, seja por motivo de saúde, de quarentena ou qualquer outro.

⁸ A pandemia e o trabalho de motoristas e de entregadores por aplicativos no Brasil. Disponível em https://www.cesit.net.br/wp-content/uploads/2020/07/MANZANO-M-KREIN-A.-2020_A-pandemia-e-os-motoristas-e-entregadores-por-aplicativo.pdf Acesso: 01/02/2021;

Um processo de devastação da força de trabalho em escala global (ANTUNES,2020).

Segundo Ricardo Antunes, o que observamos agudizar nesse período de capital pandêmico, termo utilizado por ele para caracterizar este período, é o aumento das desigualdades já existentes no período pré-pandêmico, agora com um requinte de crueldade: o abandono total dos mais vulneráveis e a exploração extrema da força de trabalho. A “classe-que-vive-do-trabalho” se vê na encruzilhada: ou morrer por Covid-19 ou morrer de fome.

A pandemia aprofundou as segregações de classe, cor e gênero. No Brasil, as trabalhadoras que mais morrem são as do campo da enfermagem: mulheres, em geral de cor parda/negra. É também sintomático que o primeiro caso de óbito por Covid-19 no Brasil foi de uma empregada doméstica que foi contaminada por seus patrões, no estado do Rio de Janeiro.

Segundo os dados da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, existem 6,356 milhões de pessoas que trabalham no ramo do serviço doméstico, sendo 97% destas mulheres, maioria negra, baixa escolaridade e na informalidade.

Dados do IPEA 2019 apontam que 45% das empregadas domésticas são contratadas por diárias, trabalhando duas vezes por semana nas casas, e assim o empregador não é obrigado a realizar o registro na carteira de trabalho e fazer o recolhimento previdenciário; em média a faixa salarial da categoria corresponde a R\$ 877,00 (oitocentos e setenta e sete reais).

Heleieth Saffioti (1969, 2013) observa o impacto na vida destas mulheres e como as mulheres se dividiram, como recorte de classe: “Se as mulheres da classe dominante nunca puderam dominar os homens de sua classe, puderam, por outro lado, dispor contra e livremente da força de trabalho de homens e mulheres da classe dominada”. Pensando nisso, é evidente que o gênero não se configura de maneira independente em relação à raça e à classe. A conjunção entre capitalismo e patriarcado, posicionou as mulheres como um grupo social onerado pelo cotidiano de trabalho gratuito e precarizado.

Para Gonzalez (2019), o mito da democracia racial no Brasil, para a mulher negra, é um duplo fenômeno do racismo e do sexismo. O engendramento da mulata⁹

⁹ Gonzalez fala da mulata não com a noção de caráter étnico, mas como profissão, uma dupla imagem da mulher negra no Brasil: mulata e doméstica.

e da doméstica se faz a partir da mucama. “Quanto à doméstica, ela nada mais é do que a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua própria família e a dos outros nas costas” (GONZALEZ, 2019).

Boaventura de Sousa Santos (2020) faz reflexões e questionamentos no livro “A Cruel pedagogia do vírus” sobre os efeitos sociais, políticos, econômicos e ambientais da pandemia na vida planetária, mostrando-nos que a forma como as nações vivem se relacionam diretamente com as consequências às quais estão submetidas na atualidade.

Apresenta, em seguida, as seguintes reflexões que decorrem da pandemia do coronavírus, a saber: a) a atual crise causada pela pandemia não pode ser considerada como oposta a uma situação de normalidade, já que, desde 1980, com o avanço do neoliberalismo, o mundo tem vivido um permanente estado de crise.

Segundo o autor, quando uma crise se torna permanente, como é o caso das decorrentes das políticas neoliberais, acaba se tornando justificativa para a concentração de riqueza e para o aumento das desigualdades; b) as formas de viver e de se relacionar mudam ao longo do tempo em diversas sociedades e a pandemia impôs modos que até então pareciam impossíveis em nossos tempos.

Dessa forma, o autor mostra que sempre existiram alternativas, nunca discutidas, por haver uma ideia conservadora de que não há solução, imposta pelo hipercapitalismo; c) a terceira reflexão fixa-se na fragilidade e no sentimento de insegurança causados pela pandemia nos seres humanos e em como alguns dentre eles podem ter esse sentimento amenizado por terem maior acesso a médicos, academias, apólices de seguro, entre outros recursos; d) na quarta, mostra que a queda das atividades econômicas, em países como os EUA, tem possibilitado a diminuição da poluição atmosférica, a que o autor questiona se “[...] a única maneira de evitar a cada vez mais eminente catástrofe ecológica é por via da destruição maciça da vida humana” (SANTOS, 2020)

Na conclusão do capítulo, o autor nos convoca a perceber que uma boa parte da população mundial está extremamente mais vulnerável ao vírus, como imigrantes e refugiados, seja na Europa, nos EUA, ou em outras regiões do planeta. Enormes os desafios de construir uma rede de apoio que envolvam, os diferentes atores, cada qual, com sua responsabilidade e competência específica, que enfrentam a complexidade das desigualdades sociais/gênero/raciais.

Considerações finais

Os dados da publicação revelam a necessidade de se pensar políticas públicas inclusivas, que visem à redução das desigualdades e coloque os municípios em sintonia com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

Em uma projeção pós-pandêmica, não é possível sair da crise no mundo do trabalho sem a adoção de medidas específicas voltadas para mulheres, jovens, trabalhadores com pouca qualificação e baixa remuneração, como ocorre com as trabalhadoras do cuidado, trabalhadoras domésticas, do setor de saúde e entre os jovens e adultos motoristas e entregadores de aplicativo.

Num país de dimensões continentais como o Brasil, promover essa inclusão é apenas o primeiro passo para o enfrentamento das desigualdades e a construção de cidades mais justas, humanas e que ofereçam melhor qualidade de vida para seus moradores. Não por acaso, nossas capitais são indutoras fundamentais desse processo, sobretudo, para as mulheres, e mulheres negras, que se encontram em situação de vulnerabilidade, dominação e exploração desde o Brasil Colonial.

Referências

- ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus: o trabalho sob o fogo cruzado**. E-book. Editora Boitempo:2020.
- ANTUNES. **O caráter polissêmico e multifacetado do mundo do trabalho**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462003000200004;
- BIROLI, Flavia. **Gênero e Desigualdade**: os limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.
- FORRESTER, Viviane. **O horror econômico**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997
- GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. In: HOLLANDA, H. B. (org.). **Pensamento feminista brasileiro**: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 327-256.
- IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Portal IPEA. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/>
- NASCIMENTO, M. B. **O conceito de quilombo e a resistência cultural negra**. Afrodiáspora Nos. 6-7, 1985;
- MANZANO, Marcelo; Krein, André. **A pandemia e o trabalho de motoristas e de entregadores por aplicativos no Brasil**. Julho/2020. Disponível em:

https://www.cesit.net.br/wp-content/uploads/2020/07/MANZANO-M-KREIN-A.-2020_A-pandemia-e-os-motoristas-e-entregadores-por-aplicativo.pdf.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O Poder do Macho**. São Paulo: Editora Moderna, 1987.

SAFFIOTI. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. 3.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013(1969).

SAFFIOTI. Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. *In*: HOLLANDA, H. B. (org.). **Pensamento feminista brasileiro**: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 59-79.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Edições Almedina, abr. 2020.

STANDING, Guy. **O precariado**: a nova classe perigosa. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2013.

(RE) PENSANDO O PAPEL DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO: UMA ANÁLISE SOBRE A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA ECONOMIA À LUZ DAS COOPERATIVAS DE ARTESANATO

*Flora Oliveira¹
Bianca Nunes²*

Introdução

Desde a Revolução Industrial às atuais revoluções tecnológicas, como a 3.0, 4.0, o paradigma do trabalho tem sofrido constantes adaptações que vão desde uma questão de logística empresarial a alterações legislativas.

Com a mesma ênfase que se defende a mudança estrutural das empresas, com um formato tecnológico, enxuto e descentralizado, a legislação clássica juslaboral passa por diversas alterações, sendo a situação problema central permanente a proteção ou desregulamentação do paradigma do trabalho livre/subordinado.

O que sabemos é que essa transformação sempre foi e sempre será ditada pelo capitalismo global, não havendo a mínima participação e engajamento dos principais atores do mundo do trabalho nessas reformas, ainda que muitos sindicatos ainda o tentem.

Entre os novos debates sobre as controvérsias do mundo do trabalho, está a equidade de condições no mercado de trabalho entre homens e mulheres, como igualdade no acesso ao trabalho e igualdade salarial no curso da relação laboral. Entretanto, à margem desse debate, surgem milhares de mulheres que, por necessitarem de renda para conviver com diversas transformações sociais, buscam no artesanato uma nova configuração trabalhista, independente, saudável e criativa.

Pode-se listar algumas das razões, como priorizar a participação afetiva e pedagógica na convivência com seus filhos, por questões matrimoniais; para cuidar de um familiar enfermo; ou simplesmente por questionar o modelo do trabalho livre, que para a grande maioria dos brasileiros aprisiona-o em excessivas jornadas, sob baixa contraprestação e sob diversos riscos, como acidentes e adoecimentos.

Representando esses e outros fatores, emergem grupos de artesãs em todo o Brasil, sendo maciçamente representado por mulheres que buscam na arte e na união

¹ Mestre em Direito. Professora da UFPE e da FICR. Advogada Trabalhista.

² Graduanda em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco.

uma saída para uma vida em harmonia com seus interesses pessoais, profissionais e afetivos.

Portanto, este estudo surge como uma crítica ao atual modelo jurídico trabalhista, que não acompanha o anseio dos trabalhadores, além de questionar se o enquadramento jurídico direcionado às cooperativas de artesanato atualmente vigentes permitem a independência ou apenas reproduz as mesmas amarras formais da ciência justrabalhista.

1. Crise do Sistema Laboral no mundo e suas repercussões sociais

O direito do trabalho nasce a partir de um cenário complexo e diverso de atividades laborais. A manufatura ora dominante não mais atende as demandas de uma sociedade capitalista, passando a perder espaço para a venda da força do trabalho em grandes escalas, ao trabalho assalariado. Razões políticas e econômicas da Revolução Francesa e da Revolução Industrial começam a ditar os moldes das relações de trabalho.

A transição para o capitalismo foi marcada principalmente pela exploração do operariado, criando miséria e descontentamento. O trabalhador se vê forçado a vender sua mão de obra por salários baixíssimos e em condições precárias para os detentores dos meios de produção. Diante das péssimas condições de trabalho o operariado começa a se organizar em levantes espontâneos reivindicando direitos, o que daria início, portanto, à base da luta operária.

Dessa forma, surgem os primeiros frutos: leis que regulavam a relação de trabalho. Maurício Godinho Delgado (2013) conceitua o Direito do Trabalho como um produto cultural do século XIX e das transformações econômico-sociais e políticas ali vivenciadas, entendendo que tais transformações colocaram a relação de trabalho subordinado como núcleo motor do processo produtivo característico daquela sociedade.

Portanto, para entender o Direito do Trabalho é preciso enxergá-lo a partir de um processo evolutivo, derivado de combinações de fatores econômicos, sociais e políticos, fortemente marcado pelas lutas advindas dos trabalhadores. Este deve ser visto como conquista alcançada pelos trabalhadores para os trabalhadores, servindo como proteção a relação desigual entre empregado e empregador.

Para Amauri Mascaro Nascimento (2009), o Direito do trabalho define-se como o ramo da ciência do direito que tem por objeto as normas jurídicas que disciplinam as relações de trabalho subordinado, discriminando seus sujeitos e estabelecendo os princípios destinados à proteção do trabalho. Configura-se, assim, uma base principiológica que deve ser vista como limitação legal do exercício de direção do empregador.

No Brasil, baseada na legislação vigente nos artigos 2º e 3º, da CLT e na doutrina tradicional e majoritária jurisprudência, entende-se que, para que seja caracterizada a relação de emprego, faz-se necessário que haja, cumulativamente, a presença de todos os pressupostos fático-jurídicos tais quais: o trabalho prestado por pessoa física, a pessoalidade, a alteridade, a onerosidade, a habitualidade (não eventual) e que seja mediante subordinação. Tais pressupostos distinguem o empregado das demais espécies de trabalhadores, dentre elas o trabalhador autônomo.

Delgado (2009) ensina que a relação de emprego está contida nas relações de trabalho. Além desta, a relação de trabalho autônomo, a relação de trabalho eventual, de trabalho avulso e outras modalidades de pactuação de prestação de labor (como trabalho de estágio etc.) também estão englobadas pela expressão relação de trabalho, portanto, traduz o gênero a que se acomodam todas as formas de pactuação de prestação de trabalho existentes no mundo jurídico atual.

O trabalhador autônomo, nesse caso, é aquele que explora sua força de trabalho por conta própria, ou seja, não detém subordinação. Esse modo de trabalho é marcado por uma maior autonomia, uma vez que o próprio trabalhador é responsável por assumir os riscos da atividade que desenvolve.

O número de trabalhadores autônomos no Brasil tem alcançado contingentes históricos, chegando a 24,1 milhões de pessoas no primeiro trimestre de 2019, o que deixa o país entre os que mais possuem trabalhadores com ocupação autônoma no mundo, segundos dados do OCDE. A gritante desigualdade social e a economia em desenvolvimento são responsáveis pelo cenário que favorece e, muitas vezes, obriga a busca pelo empreendedorismo ou até mesmo a complementação de renda.

O advento da lei 13.467/17, popularmente conhecida como Reforma Trabalhista, foi inserida na CLT a nova redação do artigo 444-B, disposição que excluiu a possibilidade de caracterizar o contrato de trabalho autônomo como vínculo empregatício, independente da existência de exclusividade. Esse novo arranjo causa

arriscada desproteção jurídica ao trabalhador autônomo, pois relativiza os requisitos de habitualidade e da exclusividade presentes no artigo 3º da legislação trabalhista.

Isso significa que, ainda que o empregador estabeleça com o empregado uma relação habitual, marcada pela continuidade da atividade laboral exercida ao mesmo empregador, portanto exclusiva, não é possível ser reconhecido o vínculo empregatício. Assim, retira-se do empregador a responsabilidade dos encargos trabalhistas gerando ao empregado insegurança.

Ao relativizar os pressupostos da habitualidade e exclusividade inerentes à relação de emprego, há uma grave afronta ao princípio da primazia da realidade, um princípio substancial do Direito do Trabalho (MARQUES DE LIMA, 1997). Tal princípio, como define Américo Piá Rodriguez, garante que diante da divergência entre aquilo que ocorre na prática e o que consta em documentos ou acordos, sempre deve ser dado preferência ao primeiro, ou seja, a realidade material dos fatos (RODRIGUEZ, 2000).

Em pesquisa divulgada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a taxa de desemprego no segundo trimestre de 2019 caiu para 12%, totalizando 12,8 milhões de brasileiros. Em contrapartida, percebe-se um aumento da população que trabalha sem carteira assinada, os trabalhadores informais, sofrendo um aumento de 5,2% (565 mil pessoas) em comparação com o segundo semestre do ano anterior.

Cresce também o número de trabalhadores por conta própria, chegando a compor 24,1 milhões de pessoas, número nunca antes visto. Esse aumento pode estar relacionado ao processo de desindustrialização sofrido pelo modelo industrial e responsável direto pelo desemprego estrutural, o qual dá lugar às formas mais desregulamentadas de trabalho, distantes do modelo tradicional de empregados estáveis (ANTUNES, 2019). O que acontece é a explícita reestruturação das formas de produção que não mais dependem dos espaços produtivos das fábricas, por exemplo.

Entretanto, percebe-se a tendência de aumento em escala global de um novo tipo de proletariado nas diversas modalidades de trabalho precarizado, tais quais os terceirizados, temporário, subcontratados, entre outros (ANTUNES, 2019). Dessa forma, os dados apontam uma progressiva majoração da população subocupada, aquela que não está desempregada, mas que labora em tempo diminuído, atingindo a marca de 7,4 milhões de pessoas.

Em síntese, percebe-se que acontece um verdadeiro fenômeno de desformalização do emprego. Isto é, uma flexibilização das relações de trabalho mediante a crescente desregulamentação no mercado de trabalho, reflexo das concessões feitas na legislação que buscam muitas vezes beneficiar o lado mais forte da relação.

Portanto, é mais atrativo ao empregador recorrer a meios alternativos de contratação como o trabalho parcial, o contrato de trabalhador autônomo e até mesmo a terceirização, por se tratarem de formas menos onerosas para o contratante, o que resulta em maior lucro. É claro que, em contrapartida, os direitos sociais e trabalhistas já conquistados terminam sendo desmontados diante da classe trabalhadora que tem que escolher entre trabalhar em condições precárias ou integrar as estatísticas do desemprego.

Neste cenário, também é clara a tendência do aumento do trabalho feminino, principalmente no citado universo do trabalho precarizado e desregulamentado (MAZZEI NOGUEIRA, 2019). As trabalhadoras passam a integrar os espaços formais e informais do mercado de trabalho, entretanto, passam a ser menos protegidas, seja pela legislação do trabalho, seja pelas organizações sindicais.

2. A Participação da mulher na economia e na sociedade

O trabalho assume o papel de transformador da vivência na sociedade ocidental. Sennett (2006) aponta a precarização do trabalho que vem acontecendo nos países capitalistas como consequência negativa da globalização. No entanto, para estudar tal precarização, deve-se partir de um recorte de gênero, uma vez que tal precarização atinge de forma mais intensa as mulheres trabalhadoras, sobretudo as trabalhadoras negras que ocupam a base dessa pirâmide de desigualdade³.

Precipualemente a partir da década de 1970, é possível identificar uma maior taxa de atividade da mulher no mercado de trabalho. Apesar deste aumento, as mulheres ainda representam minoria no mercado de trabalho, porém, são maioria no meio do trabalho precário. De acordo com a pesquisa ‘Mulheres e trabalho: breve análise do período 2004-2014’, feita pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)⁴, enquanto os homens apresentam

³ Neste texto, consideram-se como negras as pessoas com identificação de pretas ou pardas na Pnad/IBGE.

⁴ Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/>. Acesso em 20/09/2019.

uma taxa de atividade superior a 80%, as mulheres não chegam a alcançar 60% de atividade no mercado.

Quando se fala em mulheres negras esses dados são ainda mais significativos: 40% das mulheres negras trabalham em condições precárias, enquanto esse percentual é de 26% para as mulheres brancas. Elas ainda representam maioria em relação aos homens negros (31,6%). Além disso, também lideram as estatísticas dos trabalhadores que não contribuem para a previdência, as contribuintes somam 55,8% frente a 70% das mulheres brancas.

Dessa forma, além do recorde de gênero, é fundamental que seja feito um recorde racial e de classe, em que fica claro que a exploração do trabalho feminino é fortemente intensificada em relação às mulheres negras no Brasil.

De acordo com o Ipea⁵, trabalho precário é todo aquele trabalho que oferece renda de até dois salários mínimos nas seguintes ocupações: quem não tem carteira assinada; aquele que realiza construção para próprio uso; trabalhador por conta própria (urbano ou rural); empregador com até cinco empregados; quem produz para consumo próprio (urbano); e quem trabalha sem remuneração (urbano). Essa classe de trabalhadores precários tem como perfil, majoritariamente, os jovens com menos de 25 anos, as mulheres e grupos profissionais menos qualificados e inclui funções temporárias, empregos informais e profissões socialmente desvalorizadas.

É o caso, por exemplo, das trabalhadoras de Telemarketing. Um emprego que apesar de possuir natureza bastante estressante, termina sendo opção de milhares de mulheres por se encaixar na realidade da maioria que precisa conciliar emprego e família, por ter jornada reduzida de 6 horas por dia.

A dupla jornada, como paradigma cultural, ainda é a realidade de grande parte da população feminina no Brasil e no mundo. Dados do estudo Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça⁶ realizado em 2017 e divulgado pelo Ipea, indicam que as mulheres trabalham em média 7,5 horas a mais que os homens por semana.

Logo, o que se observa é que a mulher passa a assumir simultaneamente as duas esferas do trabalho: a produtiva e a reprodutiva (HIRATA; KERGOAT, 2007). Ou seja, conquista espaço na esfera do trabalho produtivo, aquele conhecido como assalariado que possui maior valor e reconhecimento na sociedade, sem, contudo,

⁵Ibidem

⁶ Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29526. Acesso em: 19/09/2019.

deixar de carregar o peso da responsabilidade pela esfera do trabalho reprodutivo, o trabalho doméstico sem valorização monetária.

Outro dado que merece atenção é que grande parte das mulheres inseridas no mercado de trabalho reproduzem atividades semelhantes às aquelas realizadas no âmbito doméstico, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), realizada pelo IBGE. Elas são maioria nas atividades de educação ou cuidados de crianças ou idosos e na prestação de serviços, reforçando a divisão sexual do trabalho (HIRATA, 2002), que preserva o sistema de dominação histórica a qual trata o trabalho feminino como de menor valor.

O trabalho precário e desprotegido atinge ainda de forma mais latente a mulher negra, que se encontra em posições mais vulneráveis. Elas entraram no mercado de trabalho principalmente pela exigência da renda familiar para ocupar os trabalhos precários e informais ou por conta própria como cabelereira ou manicure, trabalho doméstico ou servente e auxiliar.

Em 2017 mais de 50% do total de 14,1 milhões de desempregados no Brasil são mulheres, sendo que 63,2% delas são negras, segundo dados da PNAD⁷ Contínua do IBGE. No primeiro trimestre do ano de 2018 o desemprego atingiu 73% das mulheres, já para mulheres negras, o percentual foi de 96%.

Dessa forma, percebe-se que a feminização no mundo do trabalho, embora positiva e por vezes impulsionadora da emancipação da mulher, ainda se dá de maneira insatisfatória, uma vez que não ameniza, mas, sim, intensifica a dupla jornada de trabalho que é a realidade de grande parte das mulheres brasileiras (NOGUEIRA, 2009).

Ao abordar o trabalho feminino, é necessário sair das concepções tradicionais sobre trabalho formal, tendo em vista que as mulheres historicamente sempre trabalharam, ainda que este trabalho seja visto através de um filtro de invisibilidade e desvalorização diante de uma sociedade capitalista. De acordo com Michelle Perrot (2009), “as mulheres são invisíveis, pois seus papéis perante a sociedade são mantidos quase que exclusivamente no ambiente privado da família e do lar, já que o espaço público pertence aos homens”.

Portanto, é inevitável constatar que as raízes históricas do Brasil, conservadoras e patriarcais, fomentam uma sociedade em que as mulheres são

⁷ <http://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/tag/taxa-de-desemprego/>

discriminadas e marginalizadas diante de um mercado de trabalho racista e sexista. Nessa lógica, resta pouca (ou talvez nenhuma) alternativa que se encaixe na realidade de parte significativa das mulheres no Brasil, dificultando sua inserção no mercado formal de trabalho e fazendo com que busquem alternativas como, por exemplo, a produção de artesanato.

É preciso compreender o processo histórico do trabalho feminino como produto social marcado pela desvalorização, principalmente no âmbito da esfera privada, que, com o apogeu do capitalismo e, conseqüentemente, da produção em massa, passa a incluir também os trabalhos artesanais.

Nesse sentido, a partir de trecho das histórias de vida de três artesãs mestres do Estado de Pernambuco, colhidos a partir do site “Artesanato de Pernambuco”⁸, conta a trajetória social e trabalhista de três mulheres que encontraram no artesanato o significado de suas vidas:

<u>DONA ODETE</u> <u>FIOS - POÇÃO</u>	<u>CIDA LIMA</u> <u>BARRO - BELO JARDIM</u>	<u>DONA NENÉM</u> <u>FIOS - RECIFE</u>
Odete Cavalcanti Maciel nasceu no dia primeiro de fevereiro de 1928, em Poção, município do Agreste Central pernambucano, berço da renda renascença no Brasil. É uma das pioneiras dessa delicada técnica artesanal, de origem europeia, e que chegou ao país, ainda no período colonial, através das freiras católicas. São mais de 70 anos dedicados à arte de tecer em linha de algodão e agulha um dos mais significativos bens culturais do Estado, hoje exportado para todo o mundo. “Fui a segunda professora em Poção e tenho na memória, com muito carinho, a história da renascença”, assegura a mestra-artesã, que ao longo de décadas repassou o saber da refinada arte para mais de cinco mil pessoas.	As famosas cabeças de cerâmica da mestra Cida são frutos de uma história de muita dedicação e sacrifício. Com apenas oito anos de idade, Maria Aparecida de Cida Lima, de 49 anos, começou a moldar o barro para ajudar a família no sustento da casa. Nascida e criada no município de Belo Jardim, no Agreste de Pernambuco, terra berço de uma verdadeira riqueza artesanal, ela não mediu esforços para ver o bem dos seus familiares. “Com oito anos eu já fazia as peças direitinho. Fazia pra comprar roupa, calçado, comida e pra ajudar minha vó (...) lembro que a gente catava os restos de terra que o pessoal deixava, aguava, pra depois fazer as pecinhas pequenas. Dava pra	Aos 72 anos de idade, Maria Edilaisir Pereira, a Dona Neném, vive às voltas com bonecas de pano e faz delas instrumento lúdico de educação cidadã. Nasceu na cidade de Salgueiro, Sertão Central de Pernambuco, no dia 22 de abril de 1945. Criada em Araripina (Sertão do Araripe), teve uma infância difícil, marcada por maus-tratos provocados pela madrasta. Aos 24 anos, tentou a sorte de uma vida melhor mudando-se para Recife. Foi trabalhadora doméstica, comerciante, entre outras ocupações, até conhecer, em 1988, a jornalista Denise Arcoverde, do Grupo Origem, entidade civil de incentivo ao aleitamento materno, que iniciava um trabalho de orientação junto

⁸ Disponível em http://www.artesanatodepernambuco.pe.gov.br/pt-BR/mestres/nossos-mestres?development_region_params=Agreste+Central. Acesso em 19/10/2019;

<p>Odete era criança quando começou a trabalhar com a renascença. Foi a mais nova das oito jovens que se iniciaram como alunas de Elza Medeiros, a Lala, que aprendeu com Maria Pastora, moradora de Poção que trabalhava no Convento e Educandário Santa Tereza, em Olinda, que pela convivência com as freiras, teve acesso ao saber até então recluso aos conventos. Nos anos de 1930, Lala não atendeu ao pedido de Maria Pastora de manter para si o conhecimento do bordado, fato que permitiu a transmissão da técnica e popularização da renda para o Nordeste.</p> <p>O primeiro grupo de artesãs da renascença surgiu em Poção a partir de uma orientação dada por Áurea Jatobá, moradora de Pesqueira, a qual Elza Medeiros mostrou uma peça trabalhada. “Dona Áurea mandou Lala arranjar pessoas para aprender a fazer renascença que ela assegurava o material necessário e a freguesia. Foi assim que começamos em Poção, em uma casa que só tinha uma janela e uma porta sempre mantidas fechadas. Trabalhávamos das 6h às 18h, de segunda-feira a sábado. Não podíamos levar trabalho para casa e nem comentar o que fazíamos lá dentro com ninguém. Tudo era feito em segredo”, recorda.</p> <p>Durante anos as primeiras rendeiras e empreendedoras de Poção mantiveram a produção da renascença. Com a saída de Lala - que deixou a cidade com o</p>	<p>fazer panela, tigela e jarras de colocar água”.</p> <p>A mestra lembra que até os 14 anos de idade ela dividia seu tempo entre o trabalho no barro e como faxineira na casa de outras pessoas, mas o dinheiro que ganhava na época não dava rendimento. “A gente trabalhava, mas o dinheiro não dava pra se manter. Só dava pro feijão e pra farinha”.</p> <p>Em 2005, Cida teve uma reviravolta em sua trajetória, quando conheceu a artista plástica Ana Veloso, que na época coordenava o projeto Estado de Arte, da Secretaria de Cultura de Belo Jardim, cujo objetivo era revitalizar a produção artesanal do município e estimular a potencialidade dos artesãos do local.</p> <p>“Ela falou que era pra gente mudar o trabalho e fazer as peças como artesanato, porque a gente chamava de louceiro (em referência as painéis de barro). A gente não sabia nem o que era artesanato na época”. Ana Veloso gostou tanto do trabalho de Cida que se comprometeu em ajudá-la a melhorar sua arte. “Com a mudança do trabalho eu vi que nossa vida ia melhorar”.</p> <p>Após as dicas de Ana Veloso, ela começou a fazer travessas, cuscuzeiras, e passou a produzir as famosas cabeças de barro, que traz uma verdadeira feição com nariz, orelha e um acabamento impecável. “As cabeças foram criadas por mim e por meu filho Jailson, e Ana disse</p>	<p>às mulheres da Vila dos Milagres, no bairro do Iburá.</p> <p>As bonecas artesanais entraram na vida de Dona Neném de forma definitiva- apesar da artesã nunca ter brincado com uma quando criança. Antes delas, suas habilidades de costureira limitavam-se a algumas peças de cama e mesa. Hoje, mestra bonequeira e do corte e recorte, tece com linha, agulha e sensibilidade, bruxinhas de feira, bonecas grávidas (que simulam o parto normal e o aleitamento), seus companheiros, negas malucas, chapeuzinhos vermelhos, entre tantas outras, assegurando longevidade à tradição. Com o Grupo Origem, e em parcerias com a Casa da Mulher do Nordeste e a Secretaria da Mulher de Pernambuco, Dona Neném levou sua criação e viajou pelo Brasil.</p> <p>Da varanda de sua casa e usando uma antiga máquina de costura, monta as bonecas, multicoloridas, feitas com sobras de tecidos (chita, renda, linho, malha de algodão) e com acabamento cuidadoso. “Às vezes mal sinto o tempo passar. As bonecas são importantes em minha vida. Além de fonte de renda e de terapia, me dão grande satisfação porque sei que carregam alegria”, atesta a Dona Neném, que integra a galeria dos mestres do artesanato pernambucano desde 2016.</p>
---	---	--

<p>namorado - Odete assume os negócios e amplia o número de alunas. “A gente se mudou para um salão e abri as portas para quem quisesse aprender. Cheguei a ter 40 alunas vindas, inclusive, da Paraíba. Era um trabalho difícil, feito à luz de candeeiro quando as luzes da cidade se apagavam, às 22h. O rosto da gente ficava preto com a fuligem e tínhamos que ter sempre ao lado uma bacia com água e limão para lavarmos as mãos por causa do suor”, recorda.</p> <p>No ano de 1955, aos 27 anos de idade, Odete se casa e vai morar em Pesqueira, município vizinho, distante 41 quilômetros de Poção. Lá, mantém suas criações e a formação de novas artesãs. Torna-se professora da Prefeitura e por 25 anos ininterruptos ensina a técnica que mudou o perfil econômico das duas cidades do Agreste.</p> <p>Hoje, prestes a completar 90 anos, Odete mantém uma rotina de vida em que a renascença continua a preencher as horas dos seus dias. Uma sutil relação com o tempo tecida com apuro técnico, concentração, paciência e muita doação. Jamais se imaginou longe das agulhas, linhas e lacê - delicada fita de algodão por onde passam os pontos (mais de cem diferentes) que fazem surgir as peças. “Vou até à noite fazendo renda e até sonho com os desenhos, às vezes. Quando a gente começa a fazer renascença, tira tudo de ruim da cabeça. Apesar de ser</p>	<p>que a gente ia conseguir muito dinheiro vendendo elas”.</p> <p>Cida não acreditou muito na afirmação de Ana Veloso, mas foi puro engano. Quando saiu pra vender as cabeças no centro da cidade voltou pra casa com quase mil reais no bolso. “Eu nunca tinha visto tanto dinheiro assim”.</p> <p>Com o sucesso das cabeças, Cida não parou mais. Em 2011 ela já entrou na Fenearte como mestra artesã, e todos que passam na Alameda dos Mestres da Feira se encantam com o trabalho dela. “Eu sou uma pessoa realizada. Eu nunca pensei que por causa desse trabalho meu eu fosse chegar até onde cheguei”.</p>	
---	---	--

<p>um trabalho difícil, que exige muito de quem faz, e que não tem reconhecido o valor que merece, é um trabalho importante tanto que deixo de ir às festas para ficar em casa. Vou continuar a trabalhar até quando Deus quiser”, assegura.</p>		
--	--	--

O trabalho de produção artesanal, dado seu caráter manual e criativo, ainda é apartado dos espaços públicos e desconsiderado pela lógica do capital, por não se encaixar a produção industrial em massa que é proposta (SILVA, 2014). Isso significa menor ou nenhuma proteção e/ou incentivo estatal para aqueles que exercem a atividade, ou seja, em maioria esmagadora, mulheres.

Apesar disso, o artesanato ainda oferece um papel de transformação e de mudanças familiares na vida de homens e mulheres, trazendo a inclusão de mulheres na economia e construindo uma nova realidade social, e autonomia.

Nos próximos tópicos, será vista a proteção jurídica proposta aos artesãos, como saída à crise laboral proporcionada pela precarização do trabalho livre/subordinado, consequência da lógica capitalista de acúmulo de capital e esvaziamento humano.

3 A proteção jurídica direcionada às cooperativas de artesanato

Considera-se artesão todo trabalhador autônomo que detém o conhecimento e o domínio de todas as fases de elaboração do seu produto, criando e definindo suas peças, com ou sem ajuda de auxiliares.

Como autônomo, pode buscar a formalização do seu empreendimento, seja como Microempreendedor Individual (MEI), seja como vinculado a uma Cooperativa de Artesanato.

Caso opte por ser Microempreendedor Individual, ganhará um número de inscrição de pessoa jurídica, podendo dar e emitir notas fiscais para compras, além de participar de licitações com o Poder Público. Na perspectiva tributária, terá baixo custo nos tributos de INSS, ISS, PIS, COFINS, IRRF, além de poder usufruir dos

benefícios previdenciários de aposentadoria por idade, aposentadoria por invalidez, auxílio doença, auxílio maternidade e pensão por morte para os seus dependentes.

O autônomo com MEI tem visibilidade com o setor público e privado, inclusive podendo registrar várias atividades correlatas ao setor, por exemplo, ao registrar atividade de artesanato, pode indicar serviços com barro, couro, fibras, fios, madeira, papel e pedra.

Por outro lado, conceitua-se cooperativa, segundo Valentim Carrion (1999):

É a associação voluntária de pessoas que contribuem com seus esforços pessoais ou suas economias, a fim de obter para si as vantagens que o grupamento possa propiciar.

Cooperativa indica, assim união de esforços, comunidade e integralidade; contribuição de esforços pessoais ou materiais para atingir uma finalidade comum ao grupo.

Reguladas pela Lei 12.690/2012, dividiu-se as cooperativas em serviços ou de produção, sendo a última definida por quando constituída por sócios que contribuem com trabalho para a produção em comum de bens, sendo de propriedade da cooperativa a titularidade dos meios de produção.

Para fins de caracterização da natureza jurídica das cooperativas, o código civil classifica-as em sociedade simples⁹.

⁹ Art. 1.093. A sociedade cooperativa reger-se-á pelo disposto no presente Capítulo, ressalvada a legislação especial.

Art. 1.094. São características da sociedade cooperativa:

I - variabilidade, ou dispensa do capital social;

II - concurso de sócios em número mínimo necessário a compor a administração da sociedade, sem limitação de número máximo;

III - limitação do valor da soma de quotas do capital social que cada sócio poderá tomar;

IV - intransferibilidade das quotas do capital a terceiros estranhos à sociedade, ainda que por herança;

V - quorum, para a assembleia geral funcionar e deliberar, fundado no número de sócios presentes à reunião, e não no capital social representado;

VI - direito de cada sócio a um só voto nas deliberações, tenha ou não capital a sociedade, e qualquer que seja o valor de sua participação;

VII - distribuição dos resultados, proporcionalmente ao valor das operações efetuadas pelo sócio com a sociedade, podendo ser atribuído juro fixo ao capital realizado;

VIII - indivisibilidade do fundo de reserva entre os sócios, ainda que em caso de dissolução da sociedade.

Art. 1.095. Na sociedade cooperativa, a responsabilidade dos sócios pode ser limitada ou ilimitada.

§ 1 o É limitada a responsabilidade na cooperativa em que o sócio responde somente pelo valor de suas quotas e pelo prejuízo verificado nas operações sociais, guardada a proporção de sua participação nas mesmas operações.

§ 2 o É ilimitada a responsabilidade na cooperativa em que o sócio responde solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais.

Art. 1.096. No que a lei for omissa, aplicam-se as disposições referentes à sociedade simples, resguardadas as características estabelecidas no art. 1.094.

A união de esforços organizados em cooperativa facilita a comercialização, a nível nacional e internacional, além de viabilizar participações em feiras de artesanato, públicas ou privadas. A cooperativa também se rege pela confiança, havendo divisão igualitária de lucros e não configuração de vínculo empregatício entre os cooperados.

Dessa forma, percebe-se que os artesãos encontram no trabalho autônomo, sozinhos ou em forma de cooperativa, formas de emancipação de suas obras artesanais, para que, a partir da arte em manufatura, o trabalho seja valorizado e sirva para a manutenção financeira destes mestres e seus dependentes.

Os desafios são inúmeros: profissionalização, competitividade no mercado, oferecimento de produtos diversificados. Além disso, buscar atender aos clientes e conscientizá-los de que a produção em massa não é característica do trabalho de artesã e que o produto adquirido é único, também é um movimento contra-capitalista e de valorização local e não global. A valorização do artesanato também é valorização da natureza e seus processos produtivos.

As proteções jurídicas voltadas para a atividade de artesanato servem para formalizá-los, gerando obrigações contábeis e jurídicas, sendo imprescindível o acompanhamento por profissionais destas áreas, com vistas ao desenvolvimento completo da atividade profissional.

Considerações finais sobre o papel da mulher na economia a partir de sua atividade como artesã

A ciência trabalhista vive uma crise sem precedentes, fundamentada pela influência do capitalismo global que fortalece a falácia de que a proteção social do mundo do trabalho gera prejuízo financeiro, que influencia reformas legislativas sociais que objetivam flexibilizar ao máximo as relações trabalhistas, diminuindo o rol protetivo de direitos e garantias do trabalhador.

À margem de tudo isso, a divisão sexual do trabalho marcou o gênero feminino com trabalhos precários, manuais e de baixa remuneração, estando a mulher, na perspectiva da equidade de oportunidades no mercado de trabalho, atrás dos homens no acesso ao mercado de trabalho e nos melhores salários.

Na maioria das famílias brasileiras, recai sobre a mulher a responsabilidade reprodutiva, com a educação e formação dos filhos, havendo a continuidade do trabalho ao chegar em casa, diferente da rotina dos homens. Essa situação se amplia

se criarmos o recorte de raça, já que os trabalhos voltados para a mulher negra são precários e informais, quando comparados com os da mulher branca.

É nesse cenário que o trabalho com artesanato surge como uma possibilidade de ressignificado na vida das mulheres, seja por trabalhar em um ambiente doméstico e conseguir acompanhar a vida de seus familiares (seja de um filho ou de um membro da família idoso ou doente) e ainda entregar arte e vida ao seu trabalho, recebendo renda por ele, seja como autônoma, seja como cooperada.

Os desafios e as dificuldades persistem nesta opção de trabalho – manufatura – porém, diante das questões sociológicas que marcam a vida da mulher, este trabalho conclui que o artesanato, como saída, entrega mais dignidade e felicidade à vida da mulher trabalhadora, quando comparado à lógica capitalista justabalhista, dado do trabalho livre / subordinado.

Referências

- ANTUNES, Ricardo. **O caráter polissêmico e multifacetado do mundo do trabalho**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462003000200004. Acesso em: 11/09/2019;
- CARRION, Valentin. **Cooperativas de Trabalho – Autenticidade e Falsidade**. São Paulo, Revista Ltr, n.2,1999;
- DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 12 ed. São Paulo: Ltr, 2013;
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf>. Acesso em 28/08/2019;
- HIRATA. **Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2002;
- NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de Direito do Trabalho**. 24º ed. São Paulo: Saraiva, 2009;
- NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **A Mulher e a sua Luta contra a Opressão e a Exploração**. Disponível em: <https://feminismo.org.br/a-mulher-e-a-sua-luta-contr-a-opressao-e-a-exploracao/25/>. Acesso em 29/08/2019;
- NOGUEIRA. **A FEMINIZAÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO: entre a emancipação e a precarização**. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17846>. Acesso em: 10/08/2019;
- MARQUES DE LIMA, Francisco Meton. **Os princípios do Direito do Trabalho na lei e na jurisprudência**. 2. ed., São Paulo: LTr, 1997;
- PERROT, Michele. **MINHA HISTÓRIA DAS MULHERES**. São Paulo, editora Contexto, 2007;

RODRIGUEZ, Américo Plá. **Princípios de Direito do Trabalho**; tradução de Wagner D. Giglio. 3ª ed. São Paulo: LTr, 2000. P. 339.

SILVA, Marcia Alves da. **Abordagem sobre gênero e trabalho artesanal em histórias de vida de mulheres**. X ANPED SUL, Florianópolis, outubro de 2014;

SENNETT, Richard (2006), *La Culture du nouveau capitalisme*, Paris, Albin Michel.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM TEMPOS DE PANDEMIA

Ciani Sueli das Neves¹

Introdução

A violência contra as mulheres é um entrave para o desenvolvimento e promoção da igualdade de gênero. No atual cenário em que se encontra o Brasil, ela tem se apresentado como um fator agravante para as ameaças de violações de direitos a que as mulheres têm se submetido. Atrelada ao racismo, apresenta forma mais agravada em razão às condições das mulheres negras, que são alvo da combinação entre violência de gênero e de raça, tanto no âmbito de suas relações íntimas quanto no âmbito das respostas das instituições que lhes destina a violência institucional agravada por motivações raciais e de gênero.

Após o golpe de 2016, o desmantelamento da rede de serviços de atendimento a mulheres em situação de violência agravou o quadro de violência contra as mulheres existente no país, e o advento da pandemia serviu para explicitar e agudizar ainda mais as dificuldades de operação dos serviços que já funcionava de forma precarizada. Desse modo, embora, como nos lembra a professora Marília Montenegro, *“seja arriscado falar em dados de violência tanto quanto em dados de COVID, tendo em vista que não dispomos de testagem para identificar o percentual de contágio, também não dispomos de dados suficientes para abordar os impactos da violência contra as mulheres no decorrer da pandemia do novo corona vírus”* (MELLO, 2020). É possível fazer a inferência de que as medidas pouco eficazes adotadas para o enfrentamento da violência contra as mulheres ao não fornecerem respostas concretas e rápidas para que as mulheres saiam do risco iminente a que estão sujeitas, coloca-as em condição de vulnerabilidade, impedindo que elas encontrem saídas imediatas e, conseqüentemente, impeçam a sua autonomia.

São essas inquietações que guiam o presente trabalho, fruto das reflexões trazidas por ocasião da 18ª Semana da Mulher da Universidade Católica de Pernambuco, sob o tema Mulher e Educação: o Caminho para a Transformação, que, por ocasião dos impactos da pandemia da COVID -19, precisou ser readaptada e foi,

¹ Doutoranda em Direito (PPGD/UNICAP), Mestre em Ciências Jurídicas (UFPB), Especialista em Direitos Humanos (UFPB), graduada em Direito (ASCES), Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Asa Branca Criminologia (UNICAP), Bolsista da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco (FACEPE). E-mail: cianisueli@gmail.com

assim, realizada nos dias 20 a 22 de outubro de 2020. Na ocasião, tive a oportunidade de contribuir com reflexões sobre a violência doméstica em tempos de pandemia, como exposição integrante da mesa Precarização das Relações de Trabalho e Violência Doméstica em Tempos de Pandemia. Assim, propus-me a trazer apontamentos sobre como o colonialismo enquanto projeto de morte, amparado na morbidade e na escassez, estabelece as formas de controle e dominação de corpos negros e femininos, subjugando-os à violência racial e sexista, e como a violência contra as mulheres incorpora esses fatores e se estabelece sobre as mulheres, com aprofundamento sobre as mulheres negras, favorecendo, assim, a agudização das desigualdades e injustiças presentes na sociedade brasileira. Mais que respostas, busco levantar perguntas, para que seja possível em alianças com parceiras, parceiros, fomentar a cada dia o desejo e a busca por saídas para a violência contra as mulheres, que permanece, a cada dia, desafiando a nossa capacidade de existir, mas acendendo sempre mais o nosso desejo de continuar re-existindo.

1 Gênero, raça e os tentáculos do colonialismo na sociedade brasileira

A forma como a sociedade brasileira se constituiu deixa evidente a eficácia do projeto de dominação traçado pelo colonialismo eurocêntrico. Tal projeto para cumprir com êxito seus objetivos, adota, dentre as suas táticas, o investimento em medidas de garantia com um alcance amplo, o mais amplo que se possa atingir, para assim determinar os mecanismos adequados à sua assimilação, de modo que resulte na naturalização dos fatos diversos de dominação. Desse modo, desenvolve formas de evitar ou dificultar as possíveis reações que coloquem em xeque a eficácia da dominação, e, caso ocorram, passa a deter as ferramentas cabíveis para minimizá-las, de modo que o resultado seja legitimar o colonialismo e seus desdobramentos como uma verdade universal. Fannon nos ensina que

A discussão do mundo colonial pelo colonizado não é um confronto racional de pontos de vista. Não é um discurso sobre o universal, mas a afirmação desenfreada de uma singularidade admitida como absoluta. O mundo colonial é um mundo maniqueísta (FANNON, 1968)

Ao apontar o maniqueísmo presente no mundo colonial, Frantz Fannon alerta que é possível compreender que para a continuidade do projeto colonialista, um dos elementos primordiais se constitui pela desautorização da humanidade dos sujeitos

ora sob a condição de colonizados. Para o autor martinicano, o resultado é um produto sub-humano, inumano e até anti-humano, já que

Não basta ao colono afirmar que os valores desertaram, ou melhor, jamais habitaram o mundo colonizado. O indígena é declarado impermeável à ética, ausência de valores, como também negação os valores. É, ou seamos confessá-lo, o inimigo dos valores. Neste sentido, é o mal absoluto (FANNON, 1968)

Assim, já que a compreensão disseminada é a de que o colonizado se constitui no arquétipo de não humano ou anti-humano, tudo o que tenha relação com ele está inserido nesse conjunto, sendo, portanto, o conjunto de elementos que afrontam o arquétipo de humanidade desenhado conforme as perspectivas da sociedade colonizada.

Nesse sentido, pode-se afirmar que é confirmada a hipótese de que as formas de existir do colonizado são, por tais razões, os meios que devem ser domesticados, assimilados, ou banidos, a depender do grau de ameaça que possam representar ao processo colonizador no sentido de persistir na identificação dos colonizados como alguém que se compreenda sujeito autônomo. Negar a autonomia do colonizado como sujeito seria uma das formas de absorver o projeto colonialista *como uma das verdades objetivas, “naturais”, universais, comuns a todos os povos que habitam o planeta* (MIGNNOLO e PINTO, 2015, p.386), conseqüentemente, não havendo espaço para experiências diversas da hegemonia do colonialismo.

O conjunto hegemônico do colonialismo impõe o desperdício da experiência e objetificação de corpos, de modo que subalterniza sujeitos e coloca-os na condição de cidadãos de segunda categoria inseridos no processo legitimador da violência. E nesse aspecto não falo de qualquer violência, mas de uma violência específica, direcionada, com contornos políticos bem delineados que subjuga as suas vítimas: a violência de gênero. Ainda sob esse aspecto, é preciso dizer que a violência de gênero no Brasil compreende uma prática desferida majoritariamente contra as mulheres, com um viés racial muito bem definido, pois que se aplica contra as mulheres indígenas e negras de forma naturalizada desde a invasão do território brasileiro pelos portugueses no século XVI. Importante ressaltar que a maneira como as dimensões de gênero e raça se articulam numa sociedade explicita as definições de lugares sociais que são construídos desde as primeiras iniciativas para a sua composição. No tocante à sociedade brasileira é possível afirmar que o julgo do colonialismo delimitou os traçados sociopolíticos e jurídicos do país, e assim, promoveu a imposição de não

humanidade a mulheres e homens negros, operando com eficiência o controle de seus corpos e existências de modo a consolidar a sua desumanização como o pressuposto fundamental das articulações do racismo, do sexismo e do patrimonialismo. E com tal propósito, foram alastradas as ferramentas de controle sobre as mulheres negras que, desde então, estiveram inseridas na base da pirâmide da sociedade brasileira, e foram levadas a forjar meios de resistência ao genocídio imposto ao povo negro, inventando as várias formas de transitar em espaços públicos e privados com o propósito de incidir na realidade da diáspora para então desencadear formas de reorganização.

Coube, portanto, às mulheres negras o enfrentamento do racismo, enquanto ferramenta de poder para dominação de corpos e mentalidades, que é um projeto de morte, concebido, gestado e operado nos moldes do colonialismo, o qual se materializa por diversos meios de implementação. Conforme ensina Luiz Rufino, quando afirma que *raça, racismo e todas as suas reverberações são efeitos castradores da vida em sua diversidade. A lógica colonial atenta contra a vida, uma vez que desperdiça as experiências possíveis e propaga a escassez* (2019, p.269).

A escassez produzida pelo colonialismo encontra formas de operação a partir da violência racista e sexista perpetrada contra mulheres e homens negros, e amplia o seu conjunto de ameaças sobre os corpos das mulheres negras ao subordiná-las ao exercício da violência patriarcal articulada com o racismo, que desumanizam e naturalizam injustiças. Daí a necessidade e importância em se reconhecer que a violência contra as mulheres não se manifesta de forma homogênea contra todas as mulheres, mas que carrega na sua forma de manifestação outros componentes que podem agravar seus efeitos, conforme nos demonstra Bruna Cristina Jaquetto Pereira ao afirmar que

Reconhecer as circunstâncias sócio-históricas e culturais a que estiveram e a que estão sujeitas mulheres pretas e pardas no Brasil – e que permanecem geralmente obscurecidas quando a categoria analítica utilizada é, individualmente, gênero ou raça – é uma forma de compreender o sentido das violências impetradas e entrecruzadas contra esse grupo de mulheres. É também uma forma de compreender a conexão de tais violências com a simultânea posição subalterna racial e de gênero que ocupam e, em grande parte de suas vivências, ainda hoje entretida na posição inferior socioeconômica (2012, p. 55)

Significa, conforme afirmam diversas teóricas feministas, a exemplo de Lugones (2008) e Mendonza (2010), acerca das imbricações de gênero e raça, admitir que *“gênero e raça foram constructos forjados concomitantemente para genderizar e*

racializar os grupos submetidos ao poder colonial e são constantemente recriados para dar condições de existência ao imperialismo moderno”.

2 A violência contra a mulher durante a pandemia

A violência contra a mulher é um dos entraves para a promoção da igualdade de gênero, como dito anteriormente e, conseqüentemente, um óbice ao acesso ao desenvolvimento e à democracia. Em experiências como a do Brasil, mostra-se articulada com raça, em caráter de simultaneidade, e tende a associar outros marcadores sociais que viabilizam a sua agudização.

Falar de violência doméstica nos obriga a falar sobre que efeitos exerce o patriarcado sobre a vida das populações. E falar de populações implica em explicitar que o patriarcado, quando se estrutura enquanto sistema em meio as sociedades, genderiza as relações, e atrelado ao racismo, essas relações tornam-se racializadas em simultaneidade com a dimensão de gênero, estabelecendo arquétipos de mulheres/homens e de negros/brancos. Pensar a violência no âmbito da sociedade brasileira implica em reconhecer que a constituição dessa sociedade se dá com base na violência, materializadas pelos estupros de mulheres negras e indígenas, objetificação dos corpos femininos e naturalização da violência contra a mulher, que diante de todas as confrontações trazidas pelos grupos de mulheres, movimentos de mulheres, movimentos feministas, movimento negro e movimento de mulheres negras passou a ser encarada pelo Estado com um problema socio-jurídico que demandava respostas eficazes.

Porém, apesar de reconhecida como crime desde 2006, com a promulgação da Lei Maria da Penha, a violência contra a mulher permaneceu como prática cuja existência expõe desafios significativos diante das políticas de enfrentamento. Se nos primeiros dez anos de vigência da Lei Maria da Penha, a disputa travada entre as defensoras dos direitos das mulheres e o Estado estava pautada na estruturação de políticas efetivas de enfrentamento da violência contra a mulher e, conseqüentemente, na redução de seus impactos sobre a vida das mulheres, na estruturação de organismos de políticas públicas para as mulheres e garantias dos serviços de forma qualificada, após esse período outros desafios se apresentaram. Dentre eles, a considerar a limitação das medidas adotadas no âmbito da Lei Maria da Penha e o punitivismo oferecido pelo Sistema de Justiça Criminal como única resposta para as

mulheres em situação de violência, o desmantelamento da rede de serviços de atendimento a mulheres em situação de violência, agravado pelo golpe de 2016² confirma que os direitos das mulheres permanecem sendo considerados como objeto de barganha.

A visibilidade positiva das mulheres a partir da eleição de Dilma Rousseff em 2010 contribuiu para que as articulações de caráter misógino emergissem como reação ao empoderamento das mulheres, criando um cenário de demonização e ataques às mulheres, fortalecido pelo fundamentalismo religioso e a polarização política no País. Assim, a onda de ataques contra as mulheres ganhou força, tendo sua consumação com o golpe de 2016, que apeou Dilma Rousseff do cargo de presidenta da República. Desde então, a rede de serviços de atendimento a mulheres em situação de violência passou a ser alvo de ações de sucateamento: redução de recursos, alteração de políticas específicas para mulheres, passando a serem políticas para minorias em geral³ (idosos, pessoas com deficiência com objetivo focado no fortalecimento do modelo de família tradicional), até chegar à extinção de ações consideradas prioritárias para o enfrentamento da violência que estavam previstas no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, como resultado das conferências de políticas para as mulheres realizadas no país desde o início dos anos 2000. De acordo com o Estudo Técnico nº16/2020 sobre execução orçamentária de ações de combate à violência contra as mulheres, elaborado pela consultora Júlia Marinho Rodrigues para a Câmara dos Deputados,

Dos R\$96 milhões autorizados em 2020 para políticas voltadas às mulheres, “quase R\$25 milhões estão carimbados para Políticas de Igualdade e Enfrentamento à Violência; mais de R\$71 milhões são para a Construção da Casa da Mulher Brasileira e de Centros de Atendimento às Mulheres em Fronteira Seca; e mais de R\$ 35 milhões para os dois canais de atendimento. Estas três ações somam cerca de R\$132 milhões em recursos”. Porém, esses recursos ainda não foram executados (RODRIGUES, 2020, p. 14)

Acrescente-se, ainda, a inexistência de informações acerca dos gastos com serviços de enfrentamento da violência contra a mulher durante a pandemia do novo corona vírus, ainda que a exista menção à disponibilização de recursos na Medida Provisória 942/2020. Cabe, ainda, ressaltar que o montante de recursos autorizados para as políticas públicas para as mulheres é muito baixo e que seu aumento em cerca

² MELLO, Marília Montenegro Pessoa de. Violência contra mulher nos tempos da COVID. NELB – Núcleo de Estudo Luso-Brasileiro. Universidade de Lisboa: Portugal, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=REtIYSVDq-4> Acesso em novembro de 2020.

³ https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/estudos/2020/ET16_Violencia_MULher.pdf

de 144% ocorreu por empenho do Congresso Nacional que viabilizou o acréscimo por meio de emendas parlamentares.

Tal cenário evidencia uma situação preocupante para a integridade das mulheres, uma vez que os relatos trazidos pelas organizações da sociedade civil e pelos organismos de políticas para as mulheres nos estados e municípios é de que a violência contra a mulher tem se agravado em virtude do isolamento social; a obrigatoriedade em passar mais tempo em casa coloca as mulheres em contato maior com os seus potenciais agressores. Com a suspensão dos serviços ou redução de sua oferta, as mulheres não têm onde buscar amparo e ficam em situação de maior vulnerabilidade.

O 14º Anuário Brasileiro de Segurança Pública – 2020 – revela que o primeiro semestre de 2020 apresenta uma redução nos registros de situações de violência doméstica e sexual, e que tal redução pode estar relacionada aos impactos da pandemia sobre a violência de gênero. Porém, o que alertam os organismos de políticas para as mulheres é que essa redução pode estar relacionada com a subnotificação, já que os registros de ocorrências nas delegacias referentes às situações de violência doméstica obtiveram uma redução de 9,9%; porém o número de ligações para o 190 representou um aumento de 3,8%, o que corresponde a um quantitativo de 147.379 chamados para a polícia militar em pelo menos 12 estados da federação⁴; entretanto, o número de feminicídios sofreu um aumento de 1,9%, perfazendo um total de 648 vítimas de feminicídios (FBSP, 2020).

Com base nos dados apresentados, tem sido feita a inferência de que o aumento da violência contra a mulher tem se dado em decorrência da suspensão dos serviços presenciais de registro, ocasionado pela determinação do isolamento social, atrelado à dificuldade de as mulheres conseguirem sair de casa à procura de ajuda quando se desencadeiam as situações de violência. Outro fator ao qual se atribui o aumento da violência é a presença constante do agressor no ambiente familiar, limitando as possibilidades de a vítima tomar iniciativas em comunicar as situações de violência ou de recorrer às denúncias, já que está inserida no mesmo ambiente em contato direto com o potencial agressor.

Para além do cenário doméstico em que a violência se desencadeia, a redução do orçamento e a não execução dos valores disponibilizados para as políticas de

⁴ O Fórum Brasileiro de Segurança Pública informou que só conseguiu levantar dados junto a 12 estados da federação referente à questão ora abordada.

enfrentamento da violência contra a mulher figuram como uma consequência que contribui para o aumento dos variados tipos de agressões e ameaças, pois têm precarizado o funcionamento adequado dos serviços da rede de atendimento às mulheres em situação de violência, agravando o quadro de vulnerabilidade. Nesse âmbito, é importante frisar que o agravamento da violência contra a mulher durante a pandemia é de responsabilidade do Estado e está diretamente ligado com o fato de não a encarar como um problema que precisa ser enfrentado de forma prioritária. Amanda Pimentel e Juliana Martins afirmam que,

Se a violência contra a mulher foi acentuada na pandemia e o registro de boa parte desses crimes não acompanhou essa tendência, isso indica que as dificuldades enfrentadas pelas mulheres para realizar a denúncia não foi fruto apenas de medos e receios pessoais, mas principalmente de ausência de medidas de enfrentamento adotadas pelo governo para auxiliá-las em um momento tão difícil (PIMENTEL e MARTINS, 2020, p. 39)

Desse modo, a postura adotada pelo governo brasileiro, que se posicionou publicamente a respeito da violência contra a mulher, ficou resumida a medidas de baixa intensidade, principalmente, quando comparada às medidas adotadas por outros países. O Brasil reduziu as ações de enfrentamento à violência contra a mulher a medidas como campanhas e recomendações gerais sobre a rede de atendimento às mulheres em situação de violência e canais de denúncia. Embora sejam medidas importantes, têm pouca efetividade, sobretudo se considerado o contexto atípico ocasionado pela pandemia, porque não oferecem respostas concretas e imediatas, conforme exige a complexidade do problema da violência contra a mulher. Assim, enquanto países como França, Argentina e Espanha adotaram medidas concretas de fornecimento de abrigo em hotéis para que as mulheres pudessem ficar abrigadas juntamente com seus filhos e cumprissem o isolamento a fim de que não ficassem expostas ao perigo de contágio pelo novo corona vírus, no Brasil não se viabilizou respostas concretas para que as mulheres não ficassem inseridas em condições de agravamento da vulnerabilidade decorrente da violência doméstica, o que expõe em que lugar as mulheres estão colocadas no País no cenário político-jurídico vigente e que aponta os desafios que precisarão ser enfrentados por meio da organização política das mulheres para que a cidadania e a dignidade femininas possam ser exercidas e vivenciadas em plenitude.

Referências

- ALENCAR, Joana (et. al.). **Políticas Públicas e Violência Baseada no Gênero durante a Pandemia da COVID 19: Ações Presentes, Ausentes e Recomendadas.** Nota Técnica. IPEA, 2020. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10100/1/NT_78_Disoc_Políticas%20Públicas%20e%20Violência%20Baseada%20no%20Gênero%20Durante%20a%20Pandemia%20Da%20Covid_19.pdf Acesso em: 15 de novembro de 2020.
- CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em movimento.** Revista Estudos Avançados – Eletrônica -, n. 17, p. 117 – 132, 2003. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/revista>. Acesso em: setembro de 2019.
- COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento.** Tradução: Jamile Pinheiro Dias. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2019.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Violência doméstica durante a pandemia de COVID 19.** Nota Técnica. FBSP, 2020. Disponível em <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/06/violencia-domestica-covid-19-ed02-v5.pdf>. Acesso em outubro de 2020.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário brasileiro de segurança pública.** FBSP 2020. Disponível em <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>. Acesso em novembro de 2020.
- GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano.** 1988. Disponível em: www.circulopalmarino.org.br. Acesso em: setembro de 2019.
- GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira.** In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223 – 244.
- MEDEIROS, Carolina Salazar L'Armé Queiroga. **Pesquisas sobre a aplicação judicial da lei Maria da Penha: um levantamento bibliométrico e bibliográfico.** IPEA: Brasília: Rio de Janeiro, 2020.
- MELLO, Marília Montenegro Pessoa de. **Violência contra mulher nos tempos da COVID.** NELB – Núcleo de Estudo Luso-Brasileiro. Universidade de Lisboa: Portugal, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=REtIYSVDq-4> Acesso em novembro de 2020.
- MELLO, Marília Montenegro Pessoa de. **Lei Maria da Penha: uma análise criminológico-crítica.** Rio de Janeiro: Revan, 2015.
- MILLS, Charles W. **O Contrato de dominação.** Meritum – Belo Horizonte – v. 8 – n. 2 – p. 15 -70 – jul./dez. 2013.
- PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto. **Violência doméstica e familiar contra as mulheres preta e pardas no Brasil: reflexões pela ótica dos estudos feministas latino-americanos.** Crítica e Sociedade: Revista de Cultura Política, v.2, n. 2, Dossiê: Cultura e Política, dez. 2012. ISSN: 2237-0579.
- RODRIGUES, Júlia Marinho. **Estudo técnico nº16/2020 sobre execução orçamentária de ações de combate à violência contra as mulheres.** Câmara dos Deputados: Brasília, 2020. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/estudos/2020/ET16_Violencia_MULher.pdf. Acesso em: novembro de 2020.

SILVEIRA, Raquel da Silva (et. Al.). **Articulações entre gênero e raça/cor em situações de violência de gênero.** Revista Psicologia & Sociedade, 26 (2), 323 -334. Recebida por mensagem pessoal.

O RACISMO INSTITUCIONAL COMO ALICERCE DO APRISIONAMENTO DAS MULHERES NEGRAS

Waneska Viana¹

Introdução

A presente investigação possui um viés qualitativo, procurando identificar as violações dos direitos humanos que mulheres negras que estão atualmente no presídio feminino Bom Pastor, localizado na cidade do Recife-PE, passaram ao longo das suas vidas, antes de adentrarem o sistema prisional. Através da leitura e das entrevistas, buscamos analisar as histórias de vida dessas mulheres, para, assim, compreendermos as situações vivenciadas por elas. Nosso primeiro contato com o corpo institucional do Presídio Bom Pastor se deu com o setor psicossocial da instituição, em que apresentamos a proposta da pesquisa e pensamos coletivamente qual seria a melhor forma de se aproximar das mulheres do sistema carcerário. Quais seriam os espaços utilizados? Onde poderíamos observá-las? Quais os grupos já existentes?

Essas perguntas nos levaram à Escola Estadual Olga Benário, que se localiza dentro do presídio. Foi estabelecida, junto com o setor psicossocial e a direção da Escola, a observação participante das alunas uma vez por semana no turno da manhã, com intuito de conhecê-las e para que as elas mesmas sentissem confiança no momento das realizações das entrevistas. Entende-se aqui o momento da observação participante como a incorporação do pesquisador ao campo para que ele possa participar da situação estudada. “[...] A técnica da observação, do ponto de vista dos estudos e trabalhos científicos, oferece a vantagem de possibilitar contato direto com o fenômeno, permitindo a coleta de dados sobre um conjunto de atitudes comportamentais” (BARROS; LEHFELD, 2000).

As observações se iniciaram no mês de abril/2013, na turma do ensino fundamental, da terceira e quarta fase. Essa vivência durou três meses. Ao fim desse período foi circulado um questionário com a finalidade de traçar um perfil social das presidiárias que frequentavam a escola e estabelecer a escolha das mulheres que seriam entrevistadas. Foram aplicados vinte e sete questionários, com a finalidade de

¹ Mestra em Educação, Culturas e Identidades pela Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) e Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), waneskaviana@hotmail.com.

convidar seis mulheres que possuíssem o perfil desejado, para participarem das entrevistas, sendo composto de 10 questões básicas que tinham como finalidade alcançar o perfil social das participantes.

A seleção das participantes se deu a partir dos critérios: faixa etária entre 18 a 29 anos, priorizando as mulheres que ainda estão na faixa etária considerada jovens adulta, segundo o PEC/ Projeto Emenda Constitucional da Juventude, bom comportamento no presídio e que se autoidentifiquem com a raça negra (preta ou parda). Realizamos as entrevistas com um grupo de 6 mulheres com esse perfil. Suas identidades são mantidas em sigilo seguindo os preceitos da ética da confidencialidade.

As entrevistas foram realizadas de forma individual a partir da técnica “história de vida”, em que lançamos algumas perguntas norteadoras e deixamos as entrevistadas livres para discorrerem sobre as suas vivências. Assim, pretendemos capturar os detalhes da vida dessas mulheres e que sentido elas dão à realidade que as cerca: “[...] A história de vida é um instrumento de pesquisa que privilegia a coleta de informações contidas na vida pessoal de um ou vários informantes” (CHIZZOTTI, 1998, p.95).

Escolhidas as seis mulheres foram feitos os convites verbais para sua participação nas entrevistas e elaboradas as cartas de autorização para que elas as assinassem, juntamente com as testemunhas. Ao procurar o setor psicossocial para informar que as entrevistas começariam, houve mais um problema relativo às normas de segurança da penitenciária. Foi-nos informado que no local não é permitida a entrada de nenhum tipo de equipamento de filmagem ou telefonia, inviabilizando o uso de celulares, câmeras e filmadoras para a gravação das entrevistas. Sugerimos a utilização do MP3 ou MP4, pois o intuito era só gravar a voz das entrevistadas para que depois fosse realizada a transcrição e não registrar imagens do local ou das detidas. Passamos um mês, entre idas e vindas, tentando conseguir a permissão e, no final do processo, ela foi indeferida. Devido a isso tivemos que transcrever as entrevistas no momento da sua realização para que não fosse perdida nenhuma das minúcias contadas pelas entrevistadas.

1 Direitos para quem?

Através da Declaração Universal dos Direitos Humanos se originou o marco básico para as ações concretas contra os conflitos globais da época, bem como contra subumanas que algumas populações se encontravam decorrentes dos processos de colonização. Isso fica explicitado no artigo I da Declaração: “[...] Toda pessoa tem todos os direitos e liberdades proclamados nesta Declaração, sem distinção alguma de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de qualquer outra índole, origem nacional ou social, posição econômica, nascimento ou qualquer outra condição” (ONU, 1945).

A abordagem desse trabalho propõe que haja um debate e reflexão sobre o processo formativo e político da situação dos Direitos Humanos no Brasil, a partir do que rege as leis sobre Direitos Humanos e o que é vivenciado na prática por um grupo historicamente excluído como as mulheres negras detentas. Ele visa, assim, contribuir para a inclusão por parte desse segmento populacional numa cidadania ativa, possibilitando a efetivação dos seus direitos por meio do fortalecimento da luta pelos Direitos Humanos como forma de combater o racismo. Comprendemos que:

Assim, direitos são construção histórica, produtos da vida em sociedade, da luta existente entre classes e/ou segmentos sociais pela conquista de seus interesses são resultados de processos concretos de disputa, não dádiva divina ou premissa estabelecida previamente para a vida dos indivíduos sociais (RUIZ, 2013).

Apesar de o Brasil ter aderido as diretrizes da ONU desde seu início, o país vivenciou um regime político ditatorial (de 1964 a 1985) que violou os direitos civis de toda a população. Como consequência da política então vigente, ocorreram várias tentativas de denúncias sobre violações dos direitos humanos, como exemplo, torturas, assassinatos e desaparecimentos que até os dias atuais não foram resolvidos.

Através das reivindicações da população brasileira e a materialização da Constituição de 1988, o Brasil começa um processo de reconhecimento e incorporação jurídica dos Direitos Humanos. A partir desse marco histórico podemos observar alguns avanços institucionais e o desenvolvimento de políticas públicas que buscam ajudar a concretização dos direitos da população.

Nesse contexto, entende-se Direitos Humanos como sendo os direitos fundamentais à dignidade humana e à garantia de oportunidade de desenvolvimento do potencial humano de forma livre, autônoma e plena. O conjunto de leis que

defendem os Direitos Humanos é entendido como universal, indivisível e interdependente, assim a violação de um direito significa o rompimento de todo o conjunto.

Embora existam vários documentos nacionais e internacionais que garantam os direitos básicos para a sobrevivência digna do ser humano, ainda verificamos cotidianamente as várias formas de suas violações, são mulheres, homens, crianças, idosos, entre outros, sem o direito ao trabalho digno, educação, moradia, alimentação, saúde etc., uma verdadeira massa de excluídos.

A inviabilização da produção e da reprodução da vida se manifesta nos altíssimos graus de desigualdade e na pobreza insidiosa que atinge a milhões de pessoas, afetando de forma mais dura a negros, mulheres e jovens, entre outros grupos (CARBONARI, 2012, p. 22).

Entendemos que tanto os direitos como a cidadania estão sempre em processo de construção e transformação, a partir da organização e luta dos segmentos invisibilizados da sociedade, como mulheres, negros e indígenas. Estes, que lutam contra a discriminação e a opressão reafirmam o direito a ter direito, através das reivindicações que possibilitam a formulação de políticas públicas que alcancem esses segmentos mais estigmatizados.

Como já foi dito, no Brasil, nos últimos anos, observamos alguns avanços para concretizar os direitos da população, mas, apesar disso, verificamos que a população negra ainda é negligenciada, não conseguindo alcançar essas novas oportunidades. São várias as pesquisas que demonstram que a população negra tem menos acesso aos direitos básicos, por exemplo, a maioria dos assassinatos acontece com jovens negros, as crianças negras possuem as maiores taxas de desistência escolar e nas estatísticas os mais pobres ainda são os negros. Violando assim o terceiro artigo da Declaração dos Direitos Humanos que diz: “[...] todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal” (ONU, 1945).

Essa realidade nos faz questionar qual a importância da questão racial para o acesso aos Direitos Humanos no Brasil? Analisando a realidade brasileira, observamos que a formação do país como nação foi acompanhada pelo surgimento do mito da democracia racial embasado pelas teorias freireanas, que se caracterizam pelo suposto “adoçamento” das relações de poder entre brancos e negros, ou seja, na atualidade percebemos a ausência de mecanismo de segregação racial explícito. Porém, essa realidade não dilui a persistência das desigualdades sociais que são

marcadas pelos fenótipos da população negra, selecionando os mais aptos dos menos aptos, os que possuem oportunidades dos que não possuem.

Podemos afirmar que ainda hoje vivemos numa sociedade marcada pela diferenciação racial, fortalecendo uma construção social que possibilita fronteiras e empecilhos ao acesso de direitos como, por exemplo, escola de qualidade para todos ou até mesmo a expectativa de um futuro digno. Sendo de fundamental importância as leis como esfera de reconhecimento da cidadania com base na ideia de que a sociedade moderna deve garantir os pressupostos básicos de liberdade e igualdade para todos.

Numa análise primeira, percebe-se que a desigualdade de condições econômicas, sociais e políticas se baseiam na hierarquia permeada pelas questões de raça e gênero que vêm a excluir uma grande parte da população. Nesta cruel realidade, a mulher negra se encontra na base da pirâmide social, abaixo do homem branco, da mulher branca e do homem negro.

É possível observar esse cenário claramente em nossa sociedade, quando constatamos que a grande maioria dos pobres são negros e que a mulher negra ainda possui os piores empregos e, conseqüentemente, os piores salários. Isso demonstra que a população negra ainda se encontra nos dias atuais, politicamente ignorada e excluída dos seus direitos de cidadãos legítimos.

O mito da democracia racial possibilita que a população acredite que não há racismo, sendo os problemas derivados da estratificação social a partir da diferença de classe e não de raça. “[...] O referido mito se converteu numa formidável barreira ao progresso e à autonomia do “homem de cor” – ou seja, ao advento da democracia racial do Brasil” (FERNANDES, 1964). Mas a realidade encontrada nos presídios, por exemplo, onde a grande maioria da população carcerária é composta de negros, reflete, além das desfavorecidas condições econômicas dessa população, a presença do viés racial.

Esse viés é percebido, por exemplo, com a diferenciação de tratamento dentro do sistema público entre brancos e negros. Alicerçado pelas fronteiras do Racismo Institucional, o autor Wieviorka (2007) pontua que **racismo institucional** é conceituado como o racismo velado das instituições que impedem o acesso do negro e o mantém na mesma posição social de inferioridade, através de mecanismos não percebidos que asseguram a reprodução e a dominação nas estruturas. Verificamos, assim, um círculo vicioso que assegura a reprodução da discriminação dos negros

nos vários setores. Fica nítido, dessa forma, que só através das mudanças institucionais poderemos alcançar uma igualdade legítima. Assim, observamos a importância do acesso igualitário e garantia aos Direitos Humanos como forma de garantir uma vida digna a todos os indivíduos e a população negra que historicamente é excluída dos direitos básicos de sobrevivência.

Ao verificar a realidade racial do país e a luta pelo acesso aos Direitos Humanos, podemos refletir sobre a realidade carcerária. As condições subumanas da população carcerária no Brasil são conhecidas por todos, acompanhamos diariamente nos meios de comunicação e nas organizações de direitos humanos as denúncias referentes à superlotação das celas, a alimentação de péssima qualidade, aos atos de barbárie, entre outros exemplos.

Ao observarmos os dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN Mulher – junho de 2014, concluímos que a maioria da população carcerária feminina é composta por negras, pobres e semianalfabetas, o que demonstra que essas cidadãs são historicamente abandonadas pela estrutura institucional do Estado e conseqüentemente da sociedade. Assim, elas tornam-se mais vulneráveis a se envolverem com o mundo do crime, sendo este uma forma de sobrevivência numa sociedade marcada pelo sistema capitalista e de origem escravocrata.

Em paralelo a isso, numa análise referente às questões de gênero, observamos que o sistema prisional é previsto apenas para homens, sem considerar as especialidades da mulher detida. Por exemplo, a falta de creche dentro dos presídios, local específico para gestantes, as visitas íntimas que não são vistas como um direito dentro do presídio feminino, entre outras necessidades.

Podemos observar o crescimento da participação da mulher na sociedade como um todo, nas mais variadas esferas, inclusive num âmbito considerado masculino como os atos de violência e crimes. Indo contra os estereótipos da mulher boa, doce, mãe e dona de casa, que ainda perpetuam o imaginário social da população brasileira, ou ainda a ideia de que a mulher que comete crime foi influenciada pelo companheiro.

São várias as hipóteses para essa nova realidade; entre elas está a nova estrutura familiar, onde as mulheres cada vez mais são chefes de família e responsáveis pela sua manutenção num contexto de miséria e necessidade. Alguns autores e pesquisadores consideram essa explicação conservadora e ultrapassada,

tendo como base percepções machistas, demonstrando a importância de verificar outras explicações para essa realidade. Podemos, assim, somar a esse contexto a própria trajetória de vida dessas mulheres, em que sua maioria conhecem a violência, as drogas e o próprio presídio dentro do contexto familiar, nas suas próprias casas.

Tentamos compreender nessa pesquisa os motivos e condições que levaram ao aumento do número de mulheres que cometem crimes, assim como as privações que essas mulheres passaram durante suas vidas. Dessa forma, dar visibilidade às suas demandas, tanto às mulheres negras que já estão no sistema carcerário como as que estão vivendo em condições de vulnerabilidade, com possível predisposição social para entrar no mundo do crime, que é o caso de muitas mulheres negras.

2 Mulheres negras: Histórico das exclusões que se perpetuam

Iremos apresentar o perfil social dessas mulheres participantes da pesquisa, coletado a partir da vivência no campo onde foi possível realizar questionários e entrevistas com as detentas. Salienciamos que na época da referida pesquisa as participantes assinaram um termo de consentimento, e com ele nos comprometemos com a ética do sigilo sobre as suas identidades, sendo assim, os nomes que aparecem nesse trabalho são todos fictícios e foram escolhidos pelas próprias entrevistadas na época da pesquisa.

Para o melhor entendimento do objeto de estudo, vamos apresentar algumas falas das presidiárias entrevistadas nessa pesquisa, com as quais tínhamos o intuito de levantar as histórias de vidas de mulheres, negras e jovens antes de entrarem no sistema prisional e analisar as implicações do racismo na vida cotidiana dessas mulheres. Tratando da atualidade desse fenômeno, visamos, com isso, possibilitar o aumentando da capacidade de uma ação antirracista por parte desse segmento populacional, assim como possibilitar um aporte teórico para as instituições que trabalham com esse público.

Observamos que apenas 3 mulheres responderam serem da cor/raça preta. Em contrapartida, 19 mulheres se declararam pardas, 4 mulheres se autodeclararam brancas e 1 mulher se declarou morena, vale salientar que essa última categoria de cor/raça não constava no questionário, sendo acrescentado pela participante.

Assim sendo, podemos perceber nos relatos das mulheres a falta de identificação com a raça negra e a ideia de que a raça é definida por outros fatores

como as condições financeiras. Apenas duas das seis participantes, afirmaram ter sofrido racismo:

Já me chamaram de macaca na rua. Eu mesmo me considero negra e até meus irmãos já me chamaram de macaca, mas eu não ligo. Meus irmãos são morenos mais clarinhos que eu (Vanessa, 19 anos).

Semelhante a participante que narrou um momento vivenciado em que sofreu racismo:

Sim, numa seleção de emprego. Eu me senti triste, já pensei em ser branca eu gosto muito de branco, o pai do meu filho é branco “galego” (Dafni, 21 anos).

Essas entrevistadas, não por coincidência, foram as que se auto identificaram como pretas. De um grupo de 6, apenas 2 se classificaram como pretas, as demais se classificaram como pardas mesmo tendo fortes características fenotípicas da população negra.

Como vimos anteriormente, a população negra, historicamente, vem introtejando que suas características físicas são negativas, o que na maioria das vezes acaba por refletir na sua negação. Leila Gonzalez (1984) nos demonstra essa realidade através da reflexão sobre como o racismo articulado com o sexismo produz um efeito violento sobre as mulheres negras.

Observamos que apesar delas já terem sofrido racismo, ambas adoçam a situação afirmando que não se importam ou ainda afirmando o encantamento pela cor branca. Através dos teóricos Fanon (2008) e Munanga (2004), podemos refletir sobre o processo de autoalienação por que essas mulheres passam durante toda a vida. Inicialmente, no que se refere a sua própria identificação racial, a descontinuidade das tradições raciais negras e a dificuldade de mobilização para a conquista de direitos.

A questão do racismo institucional é muito importante nesse trabalho, para dimensionar o papel das instituições na imobilização da população negra dentro dos segmentos de exclusão e subalternidade, através das práticas do racismo velado dentro das relações de poder institucional. Sobre esse ponto, nenhuma das participantes soube explicar o que seria: “Não sei nem o que é institucional (Ana Beatriz, 19 anos).

É interessante como as mulheres negras detidas no sistema prisional desconhecem esse conceito, o que conseqüentemente as torna mais vulneráveis aos mecanismos de exclusão. É de extrema importância a mudança das estruturas institucionais para que essas mulheres venham a alcançar o reconhecimento dos seus

direitos, a partir de processos formativos que contextualizem suas demandas específicas e as esclareçam sobre o processo de violação que a grande maioria delas passa sem perceber. Confirmamos dessa forma as observações do autor Wieviorka (2007), com seu conceito de racismo institucional como sendo uma das principais formas de paralisar a população negra num segmento subalternizado, através do racismo velado praticado pelas instituições.

É recorrente em todos os materiais que possibilitam uma amostragem da faixa etária dos indivíduos que se encontram dentro do sistema prisional, sejam eles masculinos ou femininos, a característica de serem jovens. Podemos somar ao fato da juventude, a baixa escolaridade oriunda das dificuldades internas, como é o caso da estrutura familiar e externa com as ainda vigentes práticas escolares amorfas que não incentivam a permanência do jovem na escola e a falta de experiência profissional para uma inserção dentro do mercado de trabalho competitivo. O que vem a reforçar a vulnerabilidade desse segmento da população e a necessidade de maior acompanhamento das ações governamentais para esses indivíduos.

O outro item perguntado foi o estado civil, 11 mulheres responderam que eram solteiras e 16 responderam que tinham algum tipo de relacionamento (casada, união estável e relacionamento sério).

Salientamos que apesar de a maioria informar que possuía um relacionamento sério, a grande maioria das presas e das pesquisadas não recebe visita do cônjuge (nesse trabalho não demos ênfase sobre os motivos referentes a não visita dos companheiros) e muito menos visitas íntimas que dentro do sistema penal feminino é sempre descrito como algo raro de acontecer, pois as poucas solicitantes não conseguem cumprir os requisitos para acessar esse direito, entre eles a comprovação de relacionamento estável. Em relação à maternidade, a grande maioria dessas mulheres já tinha filhos, inclusive entre as mais novas de 18 a 30 anos, verificamos isso com os seguintes dados: do total dos 27 questionários, 22 tinham filhos e apenas 5 não possuíam. Para além desses dados, acrescenta-se que no subgrupo entre 18 e 29 anos, que era o público alvo dessa pesquisa 16 mulheres já tinham filhos e dessas, 11 possuíam dois ou mais filhos. Chama-nos a atenção que no grupo com faixa etária entre 30 e 50 anos todas tiveram mais de três filhos, o que pode ser indicativo de futuro acréscimo de filhos por parte das mulheres entre 18 e 29 anos de idade. Essa realidade também pode ser um reflexo da falta de políticas públicas para esse segmento populacional de forma específica e das mulheres jovens, negras e

periféricas de forma geral, tendo em vista que a grande maioria dessas mulheres não passa por um acompanhamento no âmbito da saúde e tão pouco por processos educativos que tenham como finalidade o planejamento familiar.

A maioria das participantes se declararam heterossexuais (22), 4 bissexuais e 1 homossexual. Vale ressaltar que essa questão gerou um burburinho na sala; pois muitas não sabiam os significados das orientações sexuais escritas no questionário, demonstrando assim um desconhecimento dos termos mais formais. Algumas perguntaram se ao se relacionar uma única vez com uma pessoa do mesmo sexo já as caracterizavam como sendo bissexuais. Nesse momento, a professora que se encontrava na sala de aula procurou orientá-las e pontuou a importância de elas responderem com a verdade e que as informações coletadas são sigilosas.

A grande maioria das participantes foi presa por tráfico de drogas, compondo 21 dos questionários respondidos, os outros seis questionários se dividiam entre roubo, tentativa de homicídio e outros. Observamos que quatro das seis entrevistadas já tinham entrado no sistema prisional antes de serem presas, para realizarem visitas aos companheiros que já estavam presos.

Já visitava meu marido que estava preso lá há um ano e três meses. Foi preso por porte de arma, mas já era fugido. Eu chorei porque é muito feio e sujo “comecei a chorar” (Dafni, 21 anos).

Eu achei suave, porque tinha droga, telefone e bebida. Mas a revista íntima é humilhante e a estrutura é precária (Luciana, 27 anos).

Esse fato nos demonstra que essas mulheres já tinham uma intimidade com o sistema penal mesmo antes de serem presas. A falta de condição financeira alicerça o grande número de presidiários no Brasil onde a grande maioria dos presos, seja do sexo masculino ou feminino, é presa por envolvimento com tráfico de drogas, um tipo de crime que possui um forte viés financeiro e que no caso das mulheres faz o papel de complemento financeiro das despesas familiares, dada a dificuldade que elas possuem para se sustentar e sustentar suas famílias. Sobre os motivos de entrarem na vida do crime, duas das participantes afirmaram ter entrado por engano, por estarem no local errado ou com amigos que não podiam confiar:

Eu não sabia que o pessoal guardava droga lá (Vanessa, 19 anos).

Outra entrevistada foi presa na garagem de um condomínio domiciliar da prefeitura por tráfico de drogas.

Confiei demais nos outros, mas eu vi que é o contrário, o mundo tem muita gente ruim, gente com maldade (Gabriela, 18 anos).

Foi presa por assalto a ônibus e estava acompanhada de um conhecido que a ia levar para visitar uma amiga. Salientamos que as entrevistadas que afirmam ter entrado por engano nessa situação são as que possuem menor idade. Entendemos assim que “a miséria é um componente que amplia as possibilidades de que os grupos submetidos às desigualdades sociais sejam as principais afetadas pelo crescimento da criminalidade” (BARROS *et al*, 2007).

As outras entrevistadas afirmaram ter entrado para vida do crime por questões financeiras:

Eu continuei porque eu gostava de beber, de sair e não tinha dinheiro para isso. O trabalho não dava e também eu cheirava pó e era muito caro. Comecei com 11 anos com um colega de 15 anos. Eu sou usuária. Teve tempo que eu usava direto, mas não senti falta quando parei porque eu não sou viciada porque é diferente (Dafni, 21 anos).

Comecei a traficar com 15 anos, foi uma adrenalina. Eu comecei como aviãozinho com os amigos do colégio, traficava de uma comunidade para outra ganhava 1.550 reais por semana (Milena, 23 anos).

Fica evidente o lucro financeiro dessas mulheres com o tráfico, assim como as situações de pobreza que elas vivenciam e a falta de perspectiva. Dessa forma, a realidade apresentada por essas mulheres é confirmada por Barros *et al* (2007,):

“[...] reside nesse caso, na desigualdade social, a responsabilidade em ser produtora de efeitos que acentuam a miséria, como: injustiça na distribuição da riqueza e renda, violência, desemprego, analfabetismo, entre outros fenômenos produzidos pela desigualdade”.

No que corresponde ao entendimento sobre Direitos Humanos e suas possíveis violações, todas as entrevistadas afirmaram já ter ouvido falar, mas nenhuma soube explicar com exatidão o que seria, ficando explícito a ausência de percepção sobre o tema e sobre os seus próprios direitos dentro da instituição prisional.

Não conheço nada, ouvi falar, mas não sei o que é. Eu escuto que é para defender meus direitos tanto aqui, quanto na rua. Como esse caso de discriminação se dizer para os direitos humanos, ele tem que resolver. Mais não sei quem é os direitos humanos (Ana Beatriz, 19 anos).

Não conheço nada. Porque eu não tenho nenhum direito. Não tenho nenhum direito aqui dentro. É lá fora? Também não, piorou. Porque os direitos só é para quem tem dinheiro e eu sou lisa (Luciana, 27 anos).

Note-se que uma das entrevistadas acabou por fazer a relação dos Direitos Humanos com as denúncias contra o sistema prisional.

Já ouvi falar, mas eu não ligo. Cada um faz o seu e não me envolvo em nada de denunciar maus tratos, essas coisas. Tem que saber tirar a cadeia e não vai adiantar nada (Milena, 23 anos).

Os trechos das entrevistas acima, nos faz lembrar as contribuições do autor Michel Foucault (1987). O autor demonstra a lógica da classe dominante por trás do

sistema penal, selecionando aptos e inaptos para o convívio em sociedade através da produção de verdade, impondo certas categorias morais tidas como universais, mas que na realidade não alcançam todos os segmentos da população. Ao observarmos os trechos das entrevistas percebemos a falta de informação por parte das detentas sobre os seus direitos, incluindo o conceito de Direitos Humanos utilizado nesse trabalho. As entrevistadas colocaram que não sabem a quem recorrer em situações de violações dos Direitos Humanos, inclusive sobre a questão racial, também abordada nesse trabalho acadêmico.

Verifica-se, a partir da realidade exposta do sistema penal e seus processos de dominação e punição, as péssimas condições de ressocialização, tratando de forma específica a instituição abordada nessa pesquisa na cidade de Recife-PE, mas relembro que esse contexto ocorre na maioria das penitenciárias do país, que não cumprem com a função de disciplinar e transformar os indivíduos, através de um caráter educativo. Paralela a essa situação retomamos a reflexão sobre os primeiros contatos com a instituição penitenciária Bom Pastor, onde fomos informados que a instituição não possuía grupos sistemáticos de convivência que não fossem a escola e a fábrica de costura que é instalada na instituição, e que não alcança nem a metade de sua população carcerária. Demonstrando que esse segmento da população ainda não tem acesso a condições que permitam sua transformação de fato.

Também perguntamos se elas viam alguma relação entre o racismo e o ingresso na vida do crime. Seguem algumas respostas:

Para mim todo mundo é igual (Milena, 23 anos).

Hoje em dia eu não consigo ver assim. Porque hoje a classe média também tá envolvida no crime. Embora os negros sejam os mais presos, eu acho que é por causa da roupa. Aí você pode até tá sem nada, mas a polícia planta (Luciana, 27 anos).

Mais uma vez percebemos a interface da reflexão sobre as questões raciais e a situação de classe. Munanga (2004) nos faz refletir sobre o processo de mestiçagem que atingiu o povo negro, como forma de desarticulação da sua resistência e desconstrução da sua identidade racial. Verificamos esse dado nas entrevistas, em que as participantes de cor “parda” em momento algum pontuam que são do grupo racial negro, não assumindo assim suas identidades raciais de origem. Também podemos observar o processo de alienação dessas mulheres, a partir da falta de conexão que as mesmas fazem entre a sua raça e a configuração racial da população prisional, levando em consideração apenas as questões de classe.

Refletindo algumas ideias do autor Hasenbalg (1979), entendemos que as teorias de classe, estratificação e mobilidade não abarcam a situação do negro na sociedade brasileira, pois o negro não se inclui na divisão de classe por que é colocado à margem da relação com os bens de produção e do trabalho assalariado, ficando assim com os trabalhos de semiescravidão e servidão.

Segundo o autor, o racismo é utilizado como forma de manter hierarquias vigentes de forma direta ou indireta, direta pelos donos da produção e indireta pelos brancos pobres que já saem em vantagem competitiva contra o negro.

Destacamos alguns trechos das entrevistas que falam sobre a condição de vida dessas mulheres. Perguntamos para as entrevistadas quais foram os fatos que mais marcaram suas vidas, seja no aspecto positivo ou negativo. Observamos o que uma delas considerou como sendo bom:

Quando minha mãe morreu muita gente me ajudou, minha vizinha me ajudou (Vanessa, 19 anos).

Como ruim ela pontuou:

Ser presa. Estou longe da minha família, dos meus irmãos. Só somos eu e eles. Meus pais são falecidos, minha mãe bebia muito, teve cirrose, problema no fígado morreu faz 5 anos e meu pai morreu desconhecido, nunca soube dele (Vanessa, 19 anos).

Outra entrevistada relatou como é a convivência com sua mãe:

A convivência com minha mãe é boa, ela me compreende, quer dizer, nem tanto porque uma vez eu estava me aprontando para sair e meu padrasto chegou perguntando para onde eu ia. Aí quando eu vi ele tava com o “negócio” duro e eu disse para minha mãe ela não acreditou. Acho que ele não fez nada porque meu irmão chegou (Gabriela, 18 anos).

A partir desses trechos, verificamos a desestrutura familiar vivenciada por essas mulheres e a perpetuação da violência de gênero; através do assédio sexual cometido dentro do contexto familiar. Nesse sentido, fica evidente a fragilidade desse grupo e a frequente exposição à violência.

A partir do que foi apresentado, tanto teoricamente como empiricamente, questionamos as participantes como elas achavam que a sociedade as classificava. Seguem alguns trechos:

Como criminosa, porque eu já fui presa. A sociedade não aceita traficar, porque acaba com muitas vidas (Ana Beatriz, 19 anos).

Como uma pessoa criminosa, vão me tratar mal e com medo. A comunidade fica com medo da gente fazer alguma coisa com eles (Dafni, 21 anos).

Podemos observar que o contexto de vida dessas mulheres é cercado por limitações financeiras e estruturais, ressaltando a falta de conhecimento de si,

enquanto sujeito de direito e das leis que estruturam a sociedade. Verificamos, através das contribuições do autor Goffman (1963), ao especificar o termo *Estigma*, que pode ser compreendido como algo de mau que o outro apresenta no seu *status* moral, tornando os indivíduos depreciados e desacreditados. Esse conceito nos auxiliou a compreender como opera a discriminação e o preconceito na vida dessas mulheres. Verificamos, a partir das colocações das entrevistadas, que elas sofrem do estigma de serem presidiárias, isso fica nítido através das colocações encontradas nas entrevistadas, no que se refere às formas como a sociedade as classificam. O que acaba por dificultar o seu acesso à vida social como um todo e alcançar direitos que são fundamentais ao seu grupo, inclusive para o êxito do processo de ressocialização.

Entende-se nesse trabalho o processo da ressocialização como sendo o convívio integral do indivíduo na sociedade de forma ampla, levando em conta os direitos e a cidadania dos presos. Dessa forma, o sistema prisional não cumpre seu papel na recuperação do condenado (BARROS, 2000). Operando na grande maioria das vezes como agente (des)ressocializador dos indivíduos.

Assim, concluímos a análise do material coletado através da observação participante, aplicação dos questionários e realização das entrevistas no processo da pesquisa. Salientamos a importância das categorias raça/racismo e Direitos Humanos como fundamentais para o processo de empoderamento dessas mulheres que vivem à margem da lei pelo crime que cometeram e pela ausência institucional do Estado para sua subsistência.

Considerações finais

O racismo ainda é força estruturante de nossa sociedade, mas as ideias do mito da democracia racial “caem por terra” ao observar a formação populacional dos presídios, assim como das favelas. Nessa cruel realidade, a mulher negra se encontra numa posição de desvantagem econômica, social e cultural; por ser mulher e por ser negra. Para além dessa realidade externa, também verificamos como o racismo se introjeta na subjetividade dos indivíduos, não permitindo que eles se percebam como pertencentes da raça negra, e dessa forma, dificultando a organização e reivindicação desse segmento da população por condições de vida mais digna.

Verificamos, através do material bibliográfico e dos relatos estudados, as formas de discriminações que essas mulheres internalizaram e o descaso que

recebem no sistema público com suas demandas específicas. É evidente as situações de desumanização que essas mulheres sofrem no percurso das suas vidas e que se agravam após entrarem no sistema prisional. Entendemos que a manutenção dessa realidade cruel tem como base estruturante as questões do passado, entre elas o sistema escravocrata e patriarcal.

Dessa forma, ocorre a violação dos tratados internacionais e da própria constituição brasileira no que diz respeito aos direitos de determinados grupos. Como podemos observar de forma geral, as violações dos direitos da população negra que não tem acesso às condições institucionais para uma vida digna, somando a isso a população carcerária que ao entrar no sistema prisional tem sua cidadania negada.

É de extrema importância, para alcançar uma nova realidade, o estímulo às pesquisas institucionais que ajudem a realizar não somente o mapeamento dessa realidade, mas que também ajudem a projetar ações nas mais variadas esferas. Tendo em vista que o problema prisional envolve várias temáticas da nossa sociedade e que a escassez de atendimento qualificado para essa população é um dos fatores que acaba por colaborar com a reincidência por parte dos detentos.

Compreendemos durante o percurso feito nesse trabalho que uma possível forma de mudança dessa realidade são os processos educativos, tendo como alicerce o que denominamos como ações afirmativas emancipatórias que se proponha a problematizar a situação histórica vivenciada por esse segmento populacional nos mais variados âmbitos e temáticas, possibilitando que as próprias detentas percebam as várias discriminações e preconceitos de que são vítimas, para que, assim, elas se tornem agentes de uma mudança concreta da realidade em que estão inseridas.

Por intermédio das leituras das obras de Foucault, observa-se que o sistema prisional tem a função real de docilizar os corpos, conformar os indivíduos e punir os delinquentes, embora o discurso institucional pregue que por meio desse processo seja capaz de educar e ressocializar os indivíduos, recolocando os presos no convívio social. Vemos diariamente que essa função de fato não ocorre.

Defendemos nesse trabalho que o papel educativo da instituição prisional pode de fato ser alterado, desde que ocorram mudanças na lógica contraditória dentro desse sistema, que ao invés de docilizar os corpos e domesticá-lo, se proponha a emancipar os indivíduos, possibilitando que eles tenham acesso a informações sobre si mesmo, que até o dado momento está velado, ampliando assim as suas

possibilidades de regresso à sociedade e até mesmo de sobrevivência nela, tendo a dignidade humana como referência.

Dessa forma, faz-se necessário o debate nacional que envolva todos os setores da sociedade para alcançar a mudança da realidade desse segmento da população e principalmente que as instituições responsáveis cumpram o seu papel e estimulem o debate interno com as detentas, que estão sobre a responsabilidade do Estado. Para que assim haja a possibilidade de romper com o vigente desrespeito aos direitos das presidiárias e presidiários, ampliando a ação das instituições prisionais a partir da humanização e dos processos educativos mais amplos.

Tendo em vista a singularidade desta temática, a presente investigação tem o compromisso com as novas demandas estabelecidas que estimulem os novos recursos de representações nas políticas públicas identitárias. Assim refletem-se os novos caminhos da organização dos sujeitos de direitos e suas lutas, além de contribuir para os estudos de raça, gênero, Sistema jurídico-penal e Direitos Humanos. Sendo assim, o combate da violência racial que estrutura o sistema prisional depende das ações dos poderes públicos, através da responsabilidade de equiparar as oportunidades para toda a população, independente da sua cor, sexo ou idade.

Dessa forma, concluímos o que foi proposto nesse trabalho, colaborando para a reflexão sobre a situação do sistema prisional feminino de forma mais ampla e mais especificamente sobre a condição da mulher negra dentro dessa estrutura racista, machista, patriarcal e excludente. Reafirmamos o objetivo de colaborar com novas pesquisas que incorporem esses eixos temáticos como norteadores para a compreensão mais apropriada da situação das mulheres encarceradas, possibilitando maior visibilidade a esse segmento populacional, como também, vislumbrando num futuro, a formulação de ações emancipatórias que envolvam esse público na conquista dos seus direitos e a sua reintegração com dignidade na sociedade.

Referências

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de Metodologia Científica – Um guia para iniciação científica**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2000.

CARBONARI, Paulo César. Direitos Humanos no Brasil: a promessa é a certeza de que a luta precisa continuar. In: **Direitos humanos no Brasil 3: diagnóstico e perspectivas**. Passo Fundo: IFIBE, p. 21- 35, 2012.

- CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas Sociais**. São Paulo: CORTEZ, 1998.
- FANON, Frantz. **Pele negra máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**, vol. 1. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008.
- FOUCAUL, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.
- FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**. São Paulo: Global Editora, 1933.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1988.
- GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**. São Paulo: Anpocs, p. 223 -244, 1984.
- HASENBALG, Carlos Alfredo. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. São Paulo: Edições Graal Ltda., 1979.
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN Mulher – Junho de 2014**. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/news/estudo-traca-perfil-da-populacao-penitenciaria-feminina-no-brasil/relatorio-infopen-mulheres.pdf>>. Acessado em: 10 jan. 2018.
- MUNANGA, Kabengele. **Redescobindo a mestiçagem no Brasil**. Belo Horizonte, 2004.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humano**. Disponível em: <http://unicrio.org.br/img/DeclU_D_HumanosVersoInternet.pdf>. Acessado em: 22 ago. 2013.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Racismo no Brasil**. São Paulo: PUBLIFOLHA, 2001.
- RUIZ, Jefferson Lee de Souza. **Direitos Humanos: argumentos para o debate no serviço social**. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Júris, 2013.
- WIEVIORKA, Michel. **O Racismo, uma introdução**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

PARTE III: EXPERIÊNCIAS DE RESISTÊNCIA

REFERÊNCIA PARA EDUCAÇÃO DAS NOVAS GERAÇÕES – TROCA DE SABERES: O CASO DA CASA VOVÓ BIBIA DE APOIO À FAMÍLIA

*Aparecida Brito Andrade¹
Betânia Xavier da Silva²
Cirlene Francisca Sales da Silva³*

Introdução

A pirâmide demográfica mundial aponta para o envelhecimento populacional em diferentes partes do mundo. O Brasil não é diferente. De acordo com os resultados dos estudos do IBGE (2018), em 2039, haverá mais pessoas idosas que crianças no Brasil, e em 2060, haverá cerca de 32 milhões da população com idade superior a 65 anos. Diante disso, a sociedade precisa se reinventar para desenvolver um olhar atento ao envelhecimento, pois as crianças e os jovens de hoje serão os idosos do amanhã, e as limitações físicas estão aquém das experiências de vidas. Uma forma impactante e transformadora de lidar com o indivíduo idoso está diretamente relacionada a sua capacidade funcional e à manutenção da sua autonomia, de modo a torná-lo protagonista da sua própria vida e atuante no seu entorno, seja com a família, no trabalho e/ou na comunidade.

Diante das conclusões da Assembleia Mundial de Madri (2002), houve o reconhecimento da importância decisiva dos programas intergeracionais para o desenvolvimento social, a interdependência, a solidariedade e a reciprocidade entre as gerações, pois a inversão da pirâmide populacional apresenta um novo cenário para a sociedade brasileira, e isso é de suma importância para que o projeto tenha um olhar direcionado para as reais necessidades dessas populações. Fomentar ações comprometidas com essa realidade pode contribuir para a autonomia da pessoa idosa e a aquisição de conhecimentos da pessoa jovem, de modo a promover condições de vivenciar na prática suas próprias experiências. Além disso, pode oportunizar a troca de saberes diante das diversas atividades que visam à integração das gerações, ou seja, à intergeracionalidade.

¹ Fisioterapeuta especialista na Saúde do Idoso Universidade de Pernambuco – UPE e Diretora da Casa Vovó Bibia de apoio a família-CVB, aparecidabrito@casavovobibia.org.br;

² Professora de Língua Portuguesa especialista em Linguística, betamxavier@hotmail.com;

³ Doutora em Psicologia Clínica da Universidade Católica de Pernambuco- UNICAP, cirlene.silva@unicap.br

Nesse sentido, a Casa Vovó Bibia (CVB) é comprometida com o seu papel social e fundamentada nos ensinamentos do mestre Paulo Freire, em seu livro, a Pedagogia do oprimido, quando diz: “A prática da liberdade só encontrará adequada expressão numa pedagogia em que o oprimido tenha condições de, reflexivamente, descobrir-se e conquistar-se como sujeito de sua própria destinação histórica”.

Assim, faz-se necessário considerar os caminhos de lutas traçados pela CVB, uma organização da sociedade civil, com dezesseis anos de história e que busca comprometer-se com as políticas públicas voltadas para a temática do envelhecimento humano. A Casa possui acentos nos conselhos Estadual de Defesa dos Direitos do Idoso (CEDIP) e Estadual de Saúde (CES), na comissão de Direitos Humanos Dom Helder Câmara da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), além de participar ativamente em diversas conferências e reuniões nacionalmente em defesa dos direitos da pessoa idosa.

A CVB desenvolve e atua em parceria com escolas públicas, para realizar ações e atividades em prol da cidadania para a pessoa idosa e sua família, através da educação, capacitando todo o público envolvido sobre o processo do envelhecimento humano. Posto isso, busca fortalecer os vínculos familiares, as conquistas de coberturas da proteção direcionada a esse segmento populacional, a fim de contribuir concretamente com o favorecimento, melhores condições nos âmbitos biopsicossocial e cultural, fatores fundamentais para serem inseridos na contribuição da formação de uma sociedade inclusiva, justa e igualitária.

1 Estudo de caso: Projeto Renovando Famílias com Educação, Talento e Arte

No final do ano de 2010, a CVB realizou a avaliação anual e identificou um índice de violência de 43%, segundo relatos coletados com os idosos cadastrados e seus familiares pertencentes à comunidade da CVB. A maior parte da violência acontecia no próprio ambiente domiciliar do idoso. Sendo assim, ao se desenvolver o Plano Anual das Ações da Casa Vovó Bibia para 2011, houve um direcionamento estratégico institucional com o intuito de mitigar os conflitos intergeracionais e fomentar medidas voltadas à inclusão, entendendo a família do idoso como parte do próprio idoso. Ou seja, as ações foram planejadas de modo a incluir crianças, jovens e adultos. Para tanto, priorizou-se a participação dos familiares dos idosos cadastrados.

Em 2012 foram iniciadas parcerias em duas escolas públicas para o desenvolvimento do **projeto Renovando famílias, com educação e Arte**, por acreditar que é no ambiente escolar e acadêmico que se promove a real transformação social. Assim, com o propósito das ferramentas de troca de saberes e de partilha das experiências de vida, obtivemos a direção das ações no tripé CVB-Escola-Famílias.

O projeto Renovando Famílias com Educação, Talento e Arte objetivou promover a diminuição da violência contra a pessoa idosa, sendo as ações pautadas nos princípios da Cultura de Paz, a fim de fortalecer o sentido da paz positiva e a perspectiva criativa da resolução dos conflitos. Assim, no decorrer das atividades foram utilizados os elementos significantes que possibilitaram desenvolver um novo senso crítico diante dos conflitos fundado na ética, no respeito e nos valores psicossócio-afetivos. Comprometidas com esse propósito, as psicólogas, Cirlene Silva, nossa orientadora, e Elizete Maciel, realizam trabalho voluntário na CVB, fundamentando sua contribuição junto ao propósito desse projeto. Portanto, o compromisso primordial do projeto foi o de:

- Promover ações que possibilitassem a compreensão do processo do envelhecimento humano;
- Identificar como poderia contribuir com a diminuição da violência que assola essa parcela da população;
- Fomentar estratégias para combater o ageísmo (preconceitos contra a pessoa idosa), seja intrínseco ou não. Para tanto, promoveu-se o respeito ao indivíduo idoso e o resgate de sua dignidade como ser humano.

Neste sentido, foram ofertadas gratuitamente, em 2011, pela Casa Vovó Bibia, aulas de Karatê para as crianças, jovens, adultos e idosos cadastrados. As aulas funcionavam de modo a integrar todos os diferentes perfis etários dos participantes, a fim de promover a melhoria das relações intergeracionais. Assim, as aulas buscavam, em consonância com o Projeto, promover a oportunidade de a pessoa idosa ter o poder de idealizar, planejar e realizar seus sonhos, seus ideais, com a convicção de saber que não está só e que existem pessoas que lhe impulsionarão na caminhada. Por exemplo, a idosa Jaciara Gomes ingressou com 70 anos na oficina sobre a aplicabilidade da arte do Karatê. Hoje, possui 80 anos e é faixa preta. Assim, Jaciara busca repassar o conhecimento aos alunos das escolas parceiras durante as ações

do projeto Renovando Famílias com Educação, Talento e Arte, vislumbrando, sobretudo, os princípios do Karatê que remetem a “manter na mente a pureza de pensamentos, buscar praticar atitudes de cortesia e respeito”, segundo o Mestre Funakoshi (2007). Reforçando ainda esta lógica, afirma: “[...] o objetivo maior do karatê não é nem a vitória nem a defesa, mas o aperfeiçoamento do caráter dos seus participantes, ao praticante de Karatê”, ainda conforme o mestre.

2 Metodologia

A Casa Vovó Bibia realiza, desde 2011, um trabalho com foco no fortalecimento dos laços familiares e na melhoria das relações intergeracionais e diante da reposta positiva dos resultados, e, em 2012, foi decidido, pela sua diretoria, ampliar as ações nas escolas públicas parceiras. Essas ações estão em conformidade com os princípios da Cultura de Paz, Política Nacional do Idoso – lei nº 8.842/1994 –, que prevê a garantia dos direitos sociais à pessoa idosa; Estatuto Nacional do Idoso – lei nº 10.741/2003 –; Plano de Ação Internacional de Madrid para o Envelhecimento – MIPAA –.

Método de trabalho:

Utiliza ensinamentos teórico-práticos, fundamentados na metodologia de Paulo Freire, no Aprender-Fazendo, baseada na construção de trocas de saberes e nos princípios da mediação dos conflitos estabelecidos pelos Seis Pilares da Cultura de Paz: (1) Respeitar a Vida; (2) Rejeitar a Violência; (3) Ser Generoso; (4) Ouvir para Compreender; (5) Preservar o Planeta e (6) Redescobrir a Solidariedade da Cultura de Paz; e nas orientações do acordo internacional das Organizações das Nações Unidas (ONU), no que se refere aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) da agenda 2030.

Estratégias de ação:

Implementou-se um tripé de sustentação, a fim de promover o fortalecimento do elo nas relações entre a CVB-Alunos de Escola Pública-Famílias (da CVB e/ou Pessoas Idosas parentes dos alunos). Entre as estratégias de ações focou-se em: atividades de artesanato; rodas de conversas; passeios pedagógicos; aulas expositivas e dialogadas; grupos de discussão; vídeos comentados sobre o conteúdo a ser trabalhado; gincanas; jogos; feirinhas; exposições e atividades culturais diversas

(como peças de teatro e poesias). Todas as ações voltadas para a conscientização e a transformação social no favorecimento do bem conviver.

Equipe:

A Casa Vovó Bibia, comprometida concretamente com a responsabilidade social, montou uma equipe multidisciplinar especializada no envelhecimento: psicólogos, fisiologistas, assistentes sociais e pessoas idosas artesãs, todos. Desse modo, a equipe é composta por: 1 (um) coordenador; 5 (cinco) monitores, profissionais especializados; 5 (cinco) facilitadores das oficinas (idosos cadastrados). Cada facilitador idoso atenderá 10 (dez) alunos.

Essas atividades contribuem, concretamente, com a melhoria da saúde Biopsicossocial, nos relacionamentos sociais, na participação e, sobretudo, no fortalecimento dos laços familiares e na melhoria nas relações intergeracionais para todos os envolvidos.

Público-alvo:

- Pessoas idosas devidamente cadastradas na Casa Vovó Bibia;
- Alunos (as) do ensino fundamental das escolas públicas parceiras;
- Pessoas adultas/idosas pertencentes ao grupo familiar dos alunos das escolas públicas parceiras.

Critérios de acesso:

1. Residir no município do Recife – pertencer a famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica e risco (renda per capita de até dois salários-mínimos);
2. Alunos (as) do ensino fundamental, com idade entre 9 e 17 anos, das escolas públicas parceiras, que tenham a frequência comprovada; motivados(as) pelo espírito de inclusão, integração e participação social e que desejam participar do projeto;
3. Pessoas idosas com desejo de alinharem-se aos programas e ações a serem implantadas no projeto.

3 Resultados e discussão

Após a introdução do projeto Renovando famílias com Educação, Talento e Arte, com a inclusão do propósito da Cultura de Paz e a Intergeracionalidade, a

avaliação de 2011 demonstrou um índice de 39%. Ou seja, houve uma diminuição de 4% no percentual dessa violência.

Foram realizadas, de 2012 a 2018, ações em parcerias com 02 (duas) escolas públicas do ensino fundamental para fortalecer ações intergeracionais. A escola pública municipal Antônio de Brito Alves, foi uma das escolas parceiras da CVB, que iniciou comprometida com o projeto, após um ano (2013) de trabalho em parceria o corpo docente e decidiu submeter a escola para concorrer, nacionalmente, ao Prêmio Construindo a Nação, do Instituto da Cidadania Brasil, a qual recebeu o 1º lugar. Este concurso teve mais de 7 mil concorrentes, na disputa pelo prêmio, entre escolas públicas e particulares.

Um dos grandes benefícios deste projeto, além promover a quebra do ageísmo, foi a melhoria no âmbito cognitivo, social e o prazer do sentimento solidário, observada através das avaliações e diagnósticos realizados pela equipe de psicólogos voluntários da instituição, além de identificar-se uma significativa diminuição do índice de violência doméstica, ao se analisar os dados coletados entre os anos de 2010 e 2018, obtendo um percentual igual a 23%. (Tabela de avaliação do índice de violência/ano da CVB).

Ano	Índice de violência doméstica
2010	43%
2011	39%
2012	28%
2013	20%
2014	22%
2015	18%
2016	19%
2017	19%,
2018	20%

Tabela de avaliação do índice de violência/ano da CVB

Essas estratégias são norteadoras da melhoria nas relações intergeracionais, considerando suas especificidades, com foco nos ganhos positivos já observados em todos os grupos envolvidos no projeto que envolve o tripé de ações entre a Casa Vovó Bibia-Escola-Famílias. A equipe de psicólogas envolvidas observou, em suas avaliações, um resultado satisfatório no que se refere à cognição, à autonomia e à

independência, e acrescentou que a importância desses resultados também se deu devido à contribuição para a melhoria na sociabilização.

4 Depoimentos

Observou-se um importante comprometimento dos idosos envolvidos no projeto, sendo evidente observar o prazer em realizar as atividades como protagonistas. Foi realizada uma mesma pergunta para todos os idosos que participaram no projeto: Qual a sua opinião sobre nossas atividades desenvolvidas com os alunos das escolas e seus familiares?

Respostas:

- MAS, 69 anos relatou que hoje é mais feliz de que quanto tinha 15 anos;
- JGS, 80 anos: *“Gosto muito de participar do projeto, os meninos me adoram”*;
- MCS, 69anos: *“Isso aqui é um paraíso, eu amo ensinar.”* (Referindo a CVB);
- SMC - 68 anos: *“Meu neto está mais calmo e até dormindo melhor”* – e acrescenta: *“Ele está mais paciente comigo”*
- MAF, 78 anos: *“Minha vida mudou muito, hoje sou outra pessoa, gosto muito de ir para escola ensinar os meninos.”*

Para aos alunos das escolas parceiras e participantes do projeto foi realizado o seguinte questionamento: Qual a influência do projeto do idoso em sua vida?

Respostas:

- AVS, 15 anos, participa desde 2015: *“Para mim foi muito importante participar do projeto, nunca imaginei que ia aprender tanto sobre idosos e a importância de envelhecer. Hoje sei que posso envelhecer e escolher como vou envelhecer e eu, sim, vou envelhecer! Porque fico triste quando vejo os meus amigos morrendo.”*
- *“Hoje tenho esperança de sonho alto e quero ser advogado. Foi com as oportunidades do projeto que fiquei acreditando que eu podia sonhar.”*
- *“Hoje admiro minha mãe ao cuidar de vó e tenho o prazer em ajudar ela a cuidar de vó.”*

- JMS ,16 anos, participa desde 2014: *“Acho que respeitar as pessoas idosas é nosso dever e obrigação, elas são capazes de fazer muitas coisas se quiserem que nunca pensei que poderiam fazer.”*
- LMS, 16 anos, participa desde 2014: *“Gosto de ajudar as pessoas, os professores e aprendi a gostar ainda mais.”*

Com vínculo nas duas escolas parceiras e representantes, por elas, na função de coordenação pedagógica do projeto, eu Profa. Betânia Xavier da Silva, participei do questionário realizado pela Casa Vovó Bibia de Apoio à Família, respondendo as seguintes perguntas:

Pergunta: Qual a importância do projeto em sua vida?

- *“Foi uma experiência maravilhosa poder participar, em parceria, desse projeto da intergeracionalidade da Casa Vovó Bibia, ele é um projeto revolucionário”. – E acrescentou ainda: “Ao longo dos meus 32 anos de magistério, foi a melhor experiência que tive como profissional. A oportunidade de contribuir com um legado de cidadania para ambas as gerações foi algo transformador em minha vida e eu só tenho a agradecer.”*

Pergunta: E quanto a sua observação para com os seus alunos?

- *Meus alunos participantes do projeto se destacaram diante dos demais, com uma melhora significativa no comportamento, no respeito pelo outro, na moralidade, no nível de compreensão e de atenção em sala.”*
– E concluiu: *“O projeto causou comoção diante da superação das expectativas, tanto no que se refere à equipe e gestores da Casa Vovó Bibia, como as do corpo docente/discente das escolas parceiras e familiares. Essas mudanças foram significativas, impactantes e transformadoras, na vida de todos os participantes do projeto Renovando Famílias com Educação, Talento e Arte”.*

Considerações finais

O projeto Renovando famílias com Educação, Talento e Arte possui uma proposta desafiadora para o envelhecimento humano do século XXI, que busca a quebra de paradigmas socioculturais, em que a pessoa idosa está inserida numa sociedade excludente, que entende como natural e estado de ruptura dos direitos

adquiridos e do ageísmo, para a população dessa geração, sendo os diversos espaços sociais protagonizados pelas gerações mais jovens.

Esta situação gera transformações, no cenário de violência familiar e social preocupante, e exige, com urgência, medidas cabíveis dos órgãos públicos, sociedade civil organizada e do próprio indivíduo, todos contribuindo ativamente para promover a uma participação com protagonismo no avanço do processo de tomada de decisões, especialmente quando se refere à compreensão de seus direitos.

Envelhecer é uma condição única e um direito fundamental para toda a pessoa humana. Promover ações para a promoção da autoestima, oferecendo oportunidades para encaminhar a pessoa idosa a uma posição de participação ativa e fazedora da sua própria história, que busca conquistar sua cidadania e dignidade, em uma sociedade inclusiva, justa e igualitária, esse é o papel da Casa Vovó Bibia.

Neste sentido, Giacomini (2012) contribui, quando afirma que o fenômeno do envelhecimento traz repercussões que exigem ações urgentes de políticas públicas efetivas, com garantias dos direitos adquiridos, e concordamos com Bruno (2003), quando fala da necessidade da pessoa idosa em obter a percepção e dia que o exercício da cidadania é uma questão crucial para a inclusão social, e ainda afirma que

É necessário deflagrar uma revolução social e cultural que possibilite, de um lado, a efetivação de políticas públicas que respondam às necessidades do segmento e, do outro, tão importante quanto, o investimento na mudança da percepção que a comunidade familiar e social tem sobre o envelhecimento e a velhice, provocando o rompimento dos mitos e preconceitos que, ainda hoje, são os maiores responsáveis pela exclusão do segmento idoso.

Por isso, foi urgente e necessário que a Casa Vovó Bibia iniciasse o projeto Renovando Famílias com Educação, Talento e Arte e, tomasse atitudes comprometidas com a Educação e Cultura de Paz, e que essas passassem a fazer parte do cotidiano da CVB e do ambiente escolar, como fim de obter o a transformação social através da melhoria nas relações sociais com foco na diminuição da violência contra a pessoa idosa entre as gerações de todos os envolvidos.

Paulo Freire (1975), em seus escritos, expressa que a escola deve ser um lugar em que a convivência permita estar continuamente se superando, porque a escola é o espaço privilegiado para pensar. Ele que sempre acreditou na capacidade criadora do ser humano e, pensando assim, nos apresenta a escola como instância da sociedade e nesse sentido afirma:

Não é a educação que forma a sociedade de uma determinada maneira, senão que esta, tendo-se formado a si mesma de certa forma, estabelece a educação que está de acordo com os valores que guiam essa sociedade

Ainda de acordo com as considerações de Freire,

a educação não é a chave das transformações do mundo, mas as mudanças do mundo. Sabe-se que a educação não pode tudo, mas pode alguma coisa. Sua força reside exatamente na sua fraqueza. Cabe a todos pôr sua força a serviço dos sonhos. (Freire, 1991)

Neste sentido, por ter o projeto estratégias direcionadas à educação e à cultura de paz, isso implica o esforço de transformação pessoal para modificar o pensamento e a ação das pessoas. Contudo, contribuir com a construção de viver promovendo a paz é decidir em tomar atitudes rotineiras que possibilitem a gestão de conflitos. (MATOS, 2006)

Seguindo essa lógica, ainda de acordo com Matos (2006), o projeto foi direcionado para o conceito de paz positiva, levando os participantes a perceberem uma perspectiva criativa para a resolução dos seus conflitos, utilizando os elementos significantes com enfoques nos valores socioafetivos. Assim, foi observado, através das avaliações e diagnóstico realizados pela psicóloga voluntária da equipe da CVB, Elizete Maciel, que os benefícios deste projeto, além promover a quebra do ageísmo foi a melhoria no âmbito cognitivo, social e o prazer do sentimento solidário.

Portanto o projeto Renovando Famílias com Educação, Talento e Arte, possibilitou benefícios reais a todos os indivíduos envolvidos. A compreensão no impacto desse resultado remete a uma reflexão: O quão foi importante o projeto trazer em sua metodologia, a união da temática dos princípios da Cultura de Paz nas ações teórico-práticas da construção e compreensão do novo olhar para o envelhecimento humano, que oportunizou aos alunos a vivência nas atividades protagonizadas pelas pessoas idosas da CVB? Acreditamos que esses elementos foram determinantes e primordiais para promover as mudanças transformadoras, nos valores psicossocioculturais na vida de todos os indivíduos envolvidos no projeto.

Esse Projeto, em 2017, recebeu a certificação do Porto Social como um dos melhores projetos sociais para o seguimento idoso na cidade do Recife. Contudo, muito há que se fazer ainda, principalmente, no que se refere à proteção dos direitos e, conseqüentemente, à mitigação da violência contra esse segmento populacional e a qualidade nas relações intergeracionais. Nesse sentido, é urgente e necessário que seja produzido mais estudos sobre essa temática e, assim, contribuir para uma sociedade mais justa e igualitária.

Agradecimentos

A Casa Vovó Bibia de apoio à família agradece a equipe de psicólogas voluntárias, composta por Cirlene Silva e Elizete Maciel, que contribuíram fundamentalmente para o alcance do propósito do projeto; as escolas Antônio de Brito Alves e Arraial Novo do Bom Jesus e a todo o corpo docente destas escolas, pois foram bastante receptivas e colaboradores com o desenvolvimento do projeto. Aos professores que participaram ativamente dos projetos em questão, sendo parceiros e extremamente dedicados, com um destaque especial a todas as pessoas idosas, alunos e familiares, por seu comprometimento, dedicação no empenho em acreditar na transformação social, beneficiando todas as gerações, através do fortalecimento dos vínculos familiares e da educação.

Referências

- BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: DF, Senado, 1988.
- BRUNO, Marta Regina Pastor. **Cidadania não tem idade**. Serviço Social & Sociedade, ano 24, n.75, 2003.
- CAVALCANTE, Fátima Gonçalves; MINAYO, Maria C. de Souza; MANGAS, Raimunda M. do Nascimento. **Diferentes faces da depressão no suicídio em idosos**. Ciência & Saúde Coletiva [online]. Vol. 18, n.10, 2013.
- ESTATUTO DO IDOSO: Lei nº10.741, de 1 de outubro de 2003. **Dispõe sobre o estatuto do idoso e das outras providências**. Brasília: Senado Federal, 2003.
- FALEIROS, Vicente de Paula. **A pessoa idosa e seus direitos: sociedade, política e constituição**. In: BERZINS, Marília Viana; BORGES, Maria Claudia (Org.). Políticas Públicas para um país que envelhece. São Paulo: Martinari, 2012.
- FILLENBAUM, G. G. **The Well-Being Of The Elderly: Approaches To Multidimensional Assessment**. Geneva: World Health Organization, 1984.
- FREIRE, P. & SHOR, Ira. **Medo e ousadia: o cotidiano do professor**. 11 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.
- FREIRE, Paulo. & HORTON, Myles. **O caminho se faz caminhando: conversas sobre educação e mudança social**. 4 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2003.
- FREIRE, Paulo. & GUIMARÃES, Sérgio. **Aprendendo com a própria história**. Vol. 1. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.
- FUNAKOSHI, Gichin. **Karate-do: Mi Camino**, Dojo Ediciones, 2007.

Disponível em: <https://www.nova-acropole.pt/a_reflexao_karatedo_funakoshi.html>
Acesso em 26/11/2020

GAIOLI, C.C.L.O., RODRIGUES, R.A.P. Ocorrência de maus tratos em idosos no domicílio. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, 2008.

GONDIM, R. M. F.; Costa, L.M. **Violência contra o idoso**. In D. V. S. Falcão, & C. M. S. B. Dias (Eds.), *Maturidade e velhice: pesquisas e intervenções psicológicas* (Vol. 1; pp. 169-191). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, 2006.

GIACOMIN, Karla Cristina. Envelhecimento populacional e os desafios para as políticas públicas. In: BERZINS, Marília Viana; BORGES, Maria Claudia (Org.). *Políticas Públicas para um país que envelhece*. São Paulo: Martinari, 2012.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Envelhecimento ativo: uma política de saúde**. Brasília: DF: Organização PanAmericana de Saúde, 2005.

MATOS, Kelma Socorro Lopes (Org.). **Cultura de paz, educação ambiental e movimentos sociais: Ações com sensibilidade**. Fortaleza: Editora UFC, 2006.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL- ONU BR. A Agenda 2030.

Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em: 25/11/2020.

ECONOMIA SOLIDÁRIA: ARTESÃS TECENDO SUA AUTONOMIA ECONÔMICA E (RE)CONSTRUINDO ESPAÇOS AUTOGERIDOS POR MULHERES

*Rogéria Gladys Sales Guerra¹
Wanessa de Oliveira Holanda²*

Introdução

Com o crescente desenvolvimento do capitalismo, foi possível enxergar consideráveis mudanças na vida social, principalmente na esfera do trabalho, tendo em vista a lógica do sistema capitalista que acentua a competitividade do mercado, na busca incansável pelo lucro. Um modelo que absolve os trabalhadores mais aptos, exclui e marginaliza a mão de obra que não se adequa a esse padrão.

Nesse contexto, importante salientar o trabalho da mulher após as mudanças sociais, visto que as transformações políticas, sociais e econômicas foram insuficientes para banir o histórico de desigualdade de gênero em termos ocupacionais, a precarização das relações trabalhistas, a baixa remuneração e a dupla jornada da mulher inserida no mercado de trabalho. Pois, embora a igualdade entre homens e mulheres seja um direito garantido por lei, as mulheres ainda são, na maioria das vezes, as maiores vítimas do desemprego estrutural e do subemprego.

Como resposta a esse cenário de desemprego e de exclusão social, começaram a surgir outros caminhos para a geração de emprego e de renda, ou seja, uma forma diversa de sobrevivência econômica. É nessa circunstância que a Economia Solidária se desenvolveu no país, como uma forma de organização do trabalho coletivo, uma alternativa à alienação do trabalhador, à individualização e à exploração do trabalho no mercado capitalista. A Economia Solidária expressa um modo de criação e comercialização que privilegia o trabalho associado, a cooperação, a autogestão e a sustentabilidade. É uma resposta às mudanças ocorridas na vida social, objetivando democratizar as relações de produção e possibilitando a emancipação por meio do trabalho.

Atento a essa realidade, o Instituto Humanitas Unicap (IHU) em parceria com o Liceu Nóbrega desenvolveram o Projeto Mães do Liceu um grupo formado por mães,

¹ Doutora em Direito pela UFPE, Professora de Direito do Trabalho na UNICAP. rogeria.gradys@gmail.com

² Graduanda em Direito pela UNICAP. wanessaoh@hotmail.com

avós e mulheres acompanhantes dos alunos do Colégio Nóbrega de Artes e Ofícios. O projeto pretende dar suporte para que essas mulheres desenvolvam diversas habilidades.

Este artigo surgiu com o objetivo de evidenciar a exclusão social das mulheres frente à possibilidade de reconhecimento e de emancipação social feminina, tendo como alternativa outro sistema de geração de renda, como a Economia Solidária, que designa uma forma de organização do trabalho baseado na democracia e na cooperação, sob aspecto de autogestão, realizando a produção de bens e serviços, finanças, créditos, trocas e consumo solidário.

Discute-se aqui o papel da economia solidária, no contexto do fortalecimento de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) como gerador de trabalho para as mulheres artesãs, visto que esses espaços de desenvolvimento individual e coletivo, proporcionam o reconhecimento social, em uma rede de solidariedade, dando origem a processos de interações sociais. São mulheres que conseguiram vivenciar a autonomia econômica, por meio da produção e comercialização sustentável.

1 Mudança social: economia solidária como estratégia para enfrentar o desemprego e a exclusão social

Nas últimas décadas, percebe-se que as mulheres conseguiram se inserir em outros espaços historicamente ocupados por homens, como no mercado de trabalho e na política, e isso ocorreu devido às transformações sociais e culturais que vêm modificando o perfil das famílias brasileiras. Elas conseguiram romper os limites do espaço privado, mas essa ascensão feminina se encontra em estágio que envolve a quebra de paradigmas, de uma sociedade marcada pelo patriarcalismo, isto é, um sistema de dominação ideológica, política e econômica sobre as mulheres.

É importante analisar como as questões de gênero podem evidenciar diversas carências estruturais, como o subemprego feminino ou o desemprego, que tem cor e gênero, visto que as mulheres têm menor nível de ocupação que os homens³, e quando o recorte é por cor, a situação é ainda pior, pois as mulheres negras são duplamente discriminadas, por serem mulheres e por serem negras, e por tais razões

³ IBGE, Agência notícias. PNAD Contínua trimestral: desocupação cresce em 14 das 27 UFs no 1º trimestre de 2019. Estatísticas Sociais. Disponível em: < <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/24486-pnad-continua-trimestral-desocupacao-cresce-em-14-das-27-ufs-no-1-trimestre-de-2019> > Acesso em: 07 de out. de 2019.

estão mais vulneráveis às ocupações informais e precárias, com menos proteção social, sem carteira assinada.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2008, dos 97 milhões de pessoas acima de 16 anos presentes no mercado de trabalho, as mulheres correspondiam a cerca de 42,5 milhões (43,7% do total) e a população negra (homens e mulheres) a cerca de 48,5 milhões de pessoas (cerca de 50%). Somados, mulheres brancas, mulheres negras e homens negros representavam 72% das pessoas no mercado de trabalho, o que corresponde a 70 milhões de trabalhadores (as). Neste mesmo ano, mulheres e negros apresentavam os maiores níveis de desemprego, sendo as mulheres negras as que se encontravam em pior situação, apresentando uma taxa de desemprego de 10,8%, comparada a 8,3% para as mulheres brancas, 5,7% para os homens negros e 4,5% para os homens brancos. É importante ressaltar, ainda, o aumento do número de famílias chefiadas por mulheres, o que evidencia a importância de propiciar a elas uma melhor inserção no mercado de trabalho como estratégia de superação da pobreza. Entre 1998 e 2008, aumentou de 25,9% para 34,9% a porcentagem de famílias chefiadas por mulheres, sendo que as estruturas unipessoais aumentaram de 4,4% para 5,9% (OIT, 2011).

As mulheres são as principais vítimas da desigualdade de sexo nas relações de trabalho, estando mais sujeitas ao desemprego, e, quando empregadas, são submetidas à dupla jornada de trabalho, pois elas passaram a assumir tanto o espaço doméstico como o trabalho remunerado fora de casa, visto que, devido às questões relativas às representações de gênero, as mulheres são predominantemente responsáveis pelas atividades domésticas e pelo cuidado com a família.

Isto posto, quando o assunto é o papel da mulher na sociedade, precisamos analisar como os papéis de gênero induzem, direta ou indiretamente, as diferenças sexuais estereotipadas, ou seja, como essas diferentes expectativas impostas socialmente ajudam a moldar determinadas crenças, aptidões e atitudes. E como esses aspectos podem influenciar um quadro caracterizado por menores remunerações, menor chance de ascensão profissional em cargos de comando e chefia, uma vez que o ambiente de trabalho é o lugar em que as diferenças entre homens e mulheres são ainda mais evidentes.

No atual cenário econômico e social, o trabalho remunerado é socialmente imprescindível para as mulheres, para garantir a própria subsistência e dos seus dependentes, tendo em vista o aumento do número de famílias chefiadas por mulheres. O avanço do capitalismo e da crise econômica gerou, nas últimas décadas, o desemprego estrutural, a precarização e a pobreza dos trabalhadores, principalmente para as mulheres, considerando a reprodução de um “sistema de desigualdade social que perpassa a desigualdade de gênero” (SOARES, 2018). A

alternativa foi o empoderamento das mulheres em outras formas de geração de renda, como na Economia Solidária, que, segundo Fonseca (2010), representa “novos arranjos produtivos e novos formatos organizacionais que se desenvolvem em busca de alternativas que possam contemplar as vertentes econômicas e sociais ao mesmo tempo, ou tenta suprir as lacunas de demandas sociais não preenchidas pelo Estado”.

De acordo com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária — FBES (2006), a Economia Solidária é uma forma de organização do trabalho e da produção que “privilegia o trabalho coletivo, autogestão, cooperação, a justiça social, o cuidado com o meio ambiente e a responsabilidade com as gerações futuras”:

A Economia Solidária é fruto da organização de trabalhadores e trabalhadoras na construção de novas práticas econômicas e sociais fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular. (FBES, 2006)

Os empreendimentos de economia solidária estão organizados em diferentes formas, por exemplo:

Na agricultura familiar e camponesa, hortas urbanas, cooperativas de diferentes tipos de trabalho autogestionário, empreendimentos econômicos solidários, centrais de comercialização, associações, entidades de assessoria, rede de gestores, bancos comunitários, grupos de trocas solidárias, grupos de consumo e fundos rotativos solidários. (LIMA, 2016)

segundo Guérin (2005), a participação feminina nos empreendimentos solidários é vista como uma experiência animadora pelas mulheres, tendo em vista que, na maioria das vezes, elas precisam conciliar a vida familiar com a vida profissional, com a dificuldade de acesso à propriedade e ao crédito. E, por tais razões, as mulheres frequentemente são as primeiras a se mobilizarem e a se auto-organizarem.

A autora também defende que a iniciativa na economia solidária tem outra função além da geração de renda e emprego, que é a eliminação das desigualdades entre os sexos, sobretudo no âmbito das relações de trabalho, na medida em que as mulheres enfrentam, principalmente, três obstáculos: "o caráter multidimensional da pobreza, a inadequação das instituições e, por fim, a desigualdade na divisão das obrigações familiares":

Ora, as iniciativas de economia solidária, que criam espaços intermediários entre o privado/doméstico e a vida pública, entre o monetário e o não-monetário, preenchem, de fato, três funções intersticiais importantes que podem favorecer a diminuição desses bloqueios. Em primeiro lugar, elas desempenham um papel de justiça de proximidade; ora, esta é essencial

diante do caráter multidimensional da pobreza. Em segundo lugar, elas constituem espaços de discussão, de reflexão e de deliberação coletivas; elas se apresentam nesse aspecto como modo de acesso à fala pública para pessoas que geralmente não o têm. E, por meio da expressão e da reivindicação coletivas, elas podem participar da transformação das instituições, quer se trate da legislação ou das normas sociais. Em terceiro lugar, elas contribuem com a redefinição da articulação entre família, autoridades públicas, mercado e sociedade civil, e participam da revalorização das práticas recíprocas; ora, essa redefinição e essa revalorização devem tornar possível que se lute contra as desigualdades intrafamiliares ao permitir que as mulheres, mas também os homens, conciliem melhor vida familiar e vida profissional (GUÉRIN, 2005).

Nesse sentido, a atuação das mulheres na economia solidária evidencia um espaço de desenvolvimento individual e coletivo, bem como de luta pela emancipação e pelo reconhecimento social, em uma rede de solidariedade que contribui para a promoção da cidadania com a inclusão social dessa parcela significativa da população que é excluída do mercado capitalista, por causa do gênero, da raça, por conta da qualificação, ou até mesmo da idade. São mulheres com poucas oportunidades e visibilidade, mas que no espaço coletivo do empreendimento conseguiram vivenciar a autonomia econômica, o que reforça a autoestima e o potencial dessas mulheres, diante da possibilidade de serem protagonistas do desenvolvimento local, por meio da produção e comercialização, tendo como “base princípios éticos, solidários e sustentáveis” (FBES, 2006).

2 Das mãos das mulheres artesãs: participação feminina na economia solidária

A economia solidária designa uma forma de organização econômica e social que surgiu como uma estratégia de enfrentamento da lógica competitiva e individualista do capitalismo. "São milhares de organizações coletivas, organizadas sob forma de autogestão que realizam atividades de produção de bens e de serviços, crédito e finanças solidárias, trocas, comércio e consumo solidário" (ANTEAG, 2006).

Arcanjo e Marques (2012), por sua vez, salientam que "a economia solidária é uma forma de produção, consumo e distribuição de riqueza centrada na valorização do homem e não do capital". Na perspectiva da economia solidária, o cooperativismo popular é um instrumento de inclusão social produtivo, tendo em vista que a prática cooperativista "cria condições para que as famílias marginalizadas dos processos econômicos da sociedade possam conquistar aquisições materiais".

De acordo com a autora Pita (2013), em muitos Estados da Federação Brasileira, encontram-se instalados Conselhos Estaduais de Economia Solidária

(CEES) ou divisões administrativas, normalmente vinculadas às secretarias estaduais do trabalho:

Devem mencionar as seguintes leis: no 12.823/2005, que instituiu a Política de Fomento à Economia Popular e Solidária no Estado da Pernambuco; no 8.256/2006, instituidora da Política Estadual de Fomento à Economia Solidária no Estado do Espírito Santo; no 5.315/2008, que criou o Conselho Estadual de Economia Solidária do Estado do Rio de Janeiro; no 14.830/2009, que criou o Conselho Estadual do Artesanato e da Economia Solidária de Santa Catarina; no 12.368/2011, que trata da Política Estadual de Fomento à Economia Solidária e do Conselho de Economia Solidária do Estado da Bahia, instalado em agosto de 2012; no 14.651/2011, que criou o Programa Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária no Estado de São Paulo; e no 13.839/2011, do Estado do Rio Grande do Sul, que trata da Política Estadual de Fomento à Economia da Cooperação e cria o Programa de Cooperativismo, o Programa de Economia Popular e Solidária, o Programa Estadual de Fortalecimento das Cadeias e Arranjos Produtivos Locais, o Programa Gaúcho de Microcrédito e o Programa de Redes de Cooperação (PITA, 2013, p.85).

Diante do cenário de desemprego, precarização e exploração do mercado capitalista, muitas mulheres viram na produção artesanal⁴ uma fonte de renda e de emancipação social.

De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), nos Empreendimentos Econômicos solidários (EESs) "liderados por mulheres, em áreas urbanas e dedicados à produção artesanal, verifica-se que do total de trabalhadores na categoria social artesãos, 78,1% são mulheres (81.486), enquanto o percentual de homens são 21,9% (22.792)⁵", o que demonstra um perfil empreendedor formado principalmente por mulheres. Além de predominar a comercialização no espaço local, municipal e comunitário, provavelmente isso se justifique pelo tamanho do empreendimento, por ser pequeno — até sete sócios⁶, e "devido ao tipo de produto, voltado a uma comercialização varejista, com destino

⁴ De acordo com o art. 10º, inciso IV da Portaria nº 1.007-SEI/2018, cooperativa de artesão: " é uma entidade e/ou instituição autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, com número variável de pessoas, não inferior a 20 participantes, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade coletiva ". [BRASIL. Ministério Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Secretaria especial da Micro e Pequena Empresa. Portaria nº 1.007-SEI, de 15 de junho de 2018. Institui o Programa do Artesanato Brasileiro, cria a Comissão Nacional do Artesanato e dispõe sobre a base conceitual do artesanato brasileiro. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 jun. 2018]

⁵ A comercialização na economia solidária em empreendimentos urbanos de produção artesanal lideradas por mulheres. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. São Paulo: DIEESE, 2017. Cadernos de Debates do Observatório Nacional de Economia Solidária e do Cooperativismo, n.2, 2017.

⁶ Art. 6.º da Lei n.º 12.690/2012 inovou ao estabelecer um número mínimo de 7 (sete) sócios para constituição de uma cooperativa de trabalho.

imediatamente ao consumidor final e vendido majoritariamente em feiras ou em locais próprios", o que contribuiu para o equilíbrio econômico social da região.

A interação das mulheres no artesanato vai muito além do trabalho, pois se construiu laços sociais, bem como se estabeleceram canais de diálogos e uma forma de superação, seja financeira ou emocional. O trabalho ajudou muitas mulheres a obterem a independência econômica e a se profissionalizarem. Ressignificando o espaço social ocupado, em um processo de reconstrução de identidades, aumentando a sua capacidade de exercício de poder, na esfera pública e privada, criando práticas de empoderamento, buscando a valorização e o reconhecimento do seu trabalho. Portanto, quando se compra um artesanato, leva-se consigo um pouco da história da artesã que viu nesse ofício uma distração, reconhecimento, elevação da autoestima e principalmente, uma alternativa para a produção de renda.

Segundo dados divulgados pelo mapeamento do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), são "19.708 empreendimentos, organizados e distribuídos entre 2.713 municípios brasileiros em todos os estados da Federação" (IPEA, 2019), e em "termos regionais, a maior parte se encontra na região Nordeste, responsável por 40,8% do total de empreendimentos mapeados" (IPEA, 2019).

No Estado de Pernambuco, o Espaço de Comercialização e Formação da Economia Solidária (ESCOFES) viu nos empreendimentos solidários a possibilidade de ajudar várias mulheres artesãs, de modo a promover a autoestima das mulheres e torná-las referências dentro de seu grupo de influência, "fortalecendo a ideia de um consumo consciente e responsável dos produtos e serviços de origem solidária" (VIEIRA, 2012). Destarte, pretende-se potencializar a geração de renda dessas mulheres envolvidas no projeto, por meio dos trabalhos manuais dentro das comunidades, dando origem a uma rede de economia solidária.

Neste sentido, o Instituto Humanitas Unicap (IHU) em parceria com o Liceu Nóbrega, desenvolveu o Projeto Mães do Liceu. Este grupo pretende desenvolver diversas habilidades e competências no âmbito da economia solidária. Bem como proporcionar, por meio de oficinas e palestras, que as participantes tenham condições e estímulos para a criação de artesanatos com elementos regionais da cultura nordestina, e que possuam condições de desenvolver coleções de objetos artesanais – decorações e acessórios. Os produtos comercializados pelas mulheres do Projeto Mães do Liceu são facilmente encontrados dentro da Universidade Católica de

Pernambuco. O projeto pretende empoderar e tornar essas Mães multiplicadoras, líderes nas comunidades periféricas do Recife, abraçando a política de Reutilizar e Reciclar, incentivando a criação de produtos que tragam consigo elementos regionais, respeitando os princípios norteadores da economia solidária sustentável, tendo em mente que é possível um desenvolvimento sem poluição.

Logo, faz-se necessário evidenciar a importância do Projeto Mães do Liceu, pois visa proporcionar a essas mulheres uma alternativa para o desemprego estrutural. São histórias de vida individual que se entrelaçaram às demais e formaram um elo. São mulheres artesãs que privilegiaram o trabalho coletivo, que veem na economia solidária a possibilidade de conciliarem o trabalho com o espaço privado, devido às jornadas mais flexíveis, e que conseguiram, mesmo diante das dificuldades estruturais, transcender outras esferas da vida social por meio da autogestão e da cooperação. São práticas que possibilitaram a incorporação de fatores qualitativos, como a profissionalização, o aumento da autoestima, o bem-estar familiar e individual, assim como a maior participação na vida comunitária.

Mas é importante ressaltar as dificuldades e inúmeros obstáculos que as mulheres que dependem da Economia Solidária enfrentam para conseguir conquistar ou alcançar suas rendas, já que tiveram inúmeros cortes sociais, no atual governo federal, bem como o incentivo de empresas privadas que ainda é muito pequeno. O que muitas vezes leva à desistência de algumas delas, pois não conseguem retorno financeiro imediato. O aumento da participação e incentivos dos atores envolvidos (Estado, sociedade, instituições de ensino, empresários etc.) é fundamental para o sucesso desses projetos e, conseqüentemente, para a garantia da dignidade da pessoa humana das participantes.

Considerações finais

No Brasil a Economia Solidária cresceu de maneira significativa e tem sido uma resposta às transformações ocorridas no mercado laboral. São organizações coletivas que se estruturam sob a forma de autogestão, realizando atividades de produção de bens e de serviços, trocas, comércio e consumo solidário. Neste processo, houve um fortalecimento do enfrentamento da pobreza, do subemprego e do desemprego estrutural, por meio de Empreendimentos Econômicos Solidários, conquistas que

possibilitaram uma resistência ao mercado capitalista e que proporcionaram uma rica experiência de desenvolvimento sustentável.

Nesse artigo, apresentamos a Economia Solidária diante da perspectiva de gênero, enfatizando a discriminação, a desigualdade e a exclusão social vivenciada pelas mulheres, seja no espaço público ou privado, bem como a relação de poder que permeia as relações de trabalho, tornando ainda mais invisível a luta feminina por direitos trabalhistas.

Foi diante da ineficiência do Estado em garantir os direitos à cidadania, e da ausência de políticas eficazes de combate à discriminação de gênero, que as vítimas das mazelas sociais buscaram alternativas para sobreviver à desigualdade e à exclusão. Dentro desse contexto, o projeto Mães do Liceu é formado por mulheres artesãs que viram na Economia Solidária uma possibilidade de resistência à trama tecida diariamente, diante de um cenário de discriminação, de baixa remuneração e com pouca expectativa de ascensão profissional, além da dupla jornada enfrentada por essas mulheres.

Portanto, foi uma alternativa encontrada por essas mulheres para transgredirem o modelo capitalista vigente no Brasil. O grupo Mães do Liceu aderiram ao modelo de Economia Solidária, que engloba uma série de iniciativas que envolvem uma rede capaz de abranger cooperativas, associações e empresas, efetivando o cumprimento de princípios básicos como cooperação, democracia e autogestão.

Essa iniciativa do Espaço de Comercialização e Formação da Economia Solidária (ESCOFES) não significa apenas uma medida de geração de emprego e renda, visto que ultrapassa as expectativas materiais de sobrevivência, impulsionando a produção democrática, pois são ações que visam o bem-comum, além de possibilitar que essas mulheres transformem suas vidas através do trabalho, da solidariedade e da união.

Referências

ARCANJO, Rodrigo da Silva; MARQUES, Jódiney Benedito. O Cooperativismo Popular na Perspectiva da Economia Solidária como Instrumento de Inclusão Social Produtiva, 2012. In: **SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA**, n.9, 2012, p.3. Disponível em:< <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos12/23316315.pdf>>. Acesso em: 09 de out. de 2019.

ANTEAG. Atlas da economia solidária do Brasil - 2005. Brasília: MTE SENAES, 7-15p, 2006. p.7.

BRASIL. Ministério Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Secretaria especial da Micro e Pequena Empresa. Portaria nº 1.007-SEI, de 15 de junho de 2018. Institui o Programa do Artesanato Brasileiro, cria a Comissão Nacional do Artesanato e dispõe sobre a base conceitual do artesanato brasileiro. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 jun. 2018

DIEESE. A comercialização na economia solidária em empreendimentos urbanos de produção artesanal lideradas por mulheres. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. São Paulo: DIEESE, 2017. **Cadernos de Debates do Observatório Nacional de Economia Solidária e do Cooperativismo**, n.2, 2017, ISBN 978-85-87326-83-6, p.37.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA - FBES. Secretária Executiva. **Fórum Brasileiro de Economia Solidária: a experiência de gestão e organização do movimento de economia solidária no Brasil**. Brasília/DF. 2006, 23 p. Disponível em: <<http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2014/05/texto-5363c725c2c79.pdf>>. Acesso em: 07 de out. de 2019, p.3.

FONSECA, Fernanda Pierangeli. **Associações e mulheres: possibilidades de (re)construção identitária e empoderamento**. 2010. 127 f. Dissertação (Pós-Graduação em Administração). Universidade Federal de Lavras, Minas Gerais, 2010. p.40.

IBGE, Agência notícias. **PNAD Contínua trimestral: desocupação cresce em 14 das 27 UFs no 1º trimestre de 2019**. Estatísticas Sociais. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/24486-pnad-continua-trimestral-desocupacao-cresce-em-14-das-27-ufs-no-1-trimestre-de-2019>> Acesso em: 07 de out. de 2019.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil: nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos**. Relatório de Pesquisa. Brasília: Ipea, 2016. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7410/1/RP_Os%20Novos%20dados%20do%20mapeamento%20de%20economia%20solid%C3%A1ria%20no%20Brasil_2016.pdf> Acesso em: 11 de out. de 2019. p.10.

LIMA, Claudia. **Boas práticas em economia solidária no Brasil**. Centro de Estudo de Assessoria. 1ªed, Brasília: CEA; FBES, 40p.2016, p.5-6.

GUÉRIN, Isabelle. **As mulheres e a economia solidária**. São Paulo: Edições Loyola, 2005, p. 17, 18.

Organização Internacional do Trabalho. **A abordagem da OIT sobre a Promoção da Igualdade de Oportunidades e Tratamento no Mundo do Trabalho**. Brasília, DF. 2011. 9p. Disponível em: <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms_229490.pdf>. Acesso em: 07 de out. de 2019. p. 2.

PITA, Flávia Almeida. **A economia solidária e o Estado: Lições a partir de um caso concreto**. Revista Direito Mackenzie, Paraná., n.1, v.7, p.81-103,2013. p.85.

SOARES, Maria de Nazaré M.; FERRAZ, Serafim F. de Souza; REBOUÇAS, Sílvia M. D. Pedro. **INFLUXOS DO FEMINISMO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA**: um estudo sobre as práticas organizacionais em empreendimentos autogeridos por mulheres. Encontro Internacional sobre Gestão Ambiental e Meio Ambiente (XX ENGEMA).16f, 2018. ISSN 2359-1048. p. 4.

VIEIRA, Carlos. **Participação do projeto Mães do Liceu na 1ª Feira de Economia Solidária**. IHU, 2012. Disponível em: <<http://www.unicap.br/ihu/?p=3212>>. Acesso em: 11 de out de 2019.

